



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO
LINHA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ROSCELINO QUINTÃO BARBOSA

**UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROEJA: UM ESTUDO DE CASO
NO IFET SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS RIO POMBA
(2006 - 2008)**

**BRASÍLIA-DF
2010**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO
LINHA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ROSCELINO QUINTÃO BARBOSA

**UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROEJA: UM ESTUDO DE CASO
NO IFET SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS RIO POMBA
(2006 - 2008)**

Projeto apresentando à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB como requisito para a qualificação no mestrado em Educação, linha de pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do projeto gestor.

Orientadora: Professora Dra. Jaqueline Moll

**BRASÍLIA - DF
2010**

**UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROEJA: UM ESTUDO DE CASO
NO IFET SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS RIO POMBA
(2006 - 2008)**

ROSCELINO QUINTÃO BARBOSA

Projeto submetido à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito para qualificação no curso de Mestrado em Educação, linha de pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do projeto gestor.

Aprovado por:

Profa. Dra. Jaqueline Moll (Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Bernardo Kipnis (membro interno)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB

Profa. Dra. Simone Valdete dos Santos (membro externo)
Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Remi Castioni (membro suplente)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB

Brasília-DF
Data de aprovação: 05/ 07/ 2010.

LISTA DE SIGLAS

ANPEd – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação

ACS – Agente Comunitário de Saúde

CEFET de Rio Pomba-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba - MG

CEP – Código de Endereço Postal

CF/1988 – Constituição Federal de 1988

CGAE – Coordenação (Coordenador) Geral Assistência ao Educando

CGE – Coordenação (Coordenador) Geral de Educação

CIEC - Coordenação de Integração Escola-comunidade

DDE – Departamento (Diretor) de Desenvolvimento Educacional

EAF – Escola Agrotécnica Federal

E.E. – Escola Estadual

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FHC – Presidente Fernando Henrique Cardoso

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF – Instituto Federal

IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e do Desporto

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAC – Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEE-MG – Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

SETEC – Secretaria de Educação e Tecnologia

TCU - Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

Resumo	07
Abstract	09
Para compreensão da escolha do tema: fragmentos do Memorial Acadêmico e Profissional	11
Introdução - EJA e EPT: o PROEJA como campo de pesquisa	14
01 - Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional: descompasso e horizontes no âmbito das políticas educacionais brasileiras	22
1.1 - O PROEJA como Política Pública: advento e possibilidades	33
02 - Processo da Pesquisa	40
2.1 - Instrumentos de Coleta de Dados	43
2.2 - Análise de Dados Coletados	46
2.3 - Definição da População	47
2.4 - Definição da Amostra	48
2.4.1- Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque: Curso do PROEJA de Técnico em Informática	48
2.4.2- IF Campus Rio Pomba: Curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde	49
03 - A implantação do PROEJA no IF Campus Rio Pomba	51
3.1 - A implantação dos Cursos do PROEJA, pelo IF Campus Rio Pomba, na perspectiva do(as) professores(as), pedagogos(as) e gestores(as)	52
3.2 - A implantação dos Cursos do PROEJA, pelo IF Campus Rio Pomba, na perspectiva dos(as) alunos(as)	64
04 - A implementação dos Cursos do PROEJA, pelo IF Campus Rio Pomba, em dois momentos distintos	71
4.1 - Implementação na perspectiva de professores(as), pedagogos(as) e gestores(as)	71
4.2 - Implementação na perspectiva dos(as) alunos(as)	88
05 - A implantação e a implementação dos Cursos do PROEJA, pelo IF Campus Rio Pomba, na percepção dos(as) entrevistados(as), críticas e sugestões	103
5.1- Críticas ao PROEJA na visão dos(as) alunos(as)	103
5.2- Sugestões ao PROEJA na visão dos(as) aluno(as)	105
5.3- Críticas ao PROEJA na visão dos(as) professores(as), pedagogos(as) e gestores(as)	105
5.4- Sugestões ao PROEJA na visão dos(as) professores(as), pedagogos(as) e gestores(as)	107

Considerações Finais	109
Referências Bibliográficas	115
Apêndices	122
Apêndice 1 – Identificação do(a) entrevistado(a), e perguntas formuladas nas entrevistas aos alunos(as)	122
Apêndice 2 – Identificação do(a) entrevistado(a), e perguntas formuladas nas entrevistas aos professores(as), pedagogos(as) e gestores(as)	124
Anexos	126
Anexo 1 – Documento da SETEC/MEC aos dirigentes das Instituições da Rede Federal de EPT, reafirmando a obrigatoriedade da implantação do PROEJA até o segundo semestre de 2007, no cumprimento da determinação da Presidência da República	126
Anexo 2 – Parecer da SEE de MG em relação à proposta de convênio apresentado pelo IF Campus Rio Pomba, para implantação do PROEJA.....	129
Anexo 3 – Fax do Diretor Geral da EE Adalgisa de Paula Duque, reafirmando junto a Superintendência Regional de Educação a importância da implantação do PROEJA	131
Anexo 4 – Termo de convênio celebrado entre o IF Campus Rio Pomba e a SEE de MG, para implantação e implementação do PROEJA em Técnico de Informática	133
Anexo 5 – Matriz Curricular do Ensino Médio – PROEJA em Técnico de Informática	138
Anexo 6 – Matriz Curricular do Ensino Profissionalizante – PROEJA em Técnico de Informática	139
Anexo 7 – Páginas do Livro de Ata do Conselho Diretor, do IF Campus Rio Pomba, contendo relato aos conselheiros(as) à oferta do Curso do PROEJA em Técnico de Informática, na cidade de Lima Duarte; comunicado de encerramento desse Curso; relato aos conselheiros(as) da implementação do Curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, no próprio campus de Rio Pomba; assinatura dos(as) conselheiros(as) ao tomar ciência às informações.....	140

Resumo

Esta dissertação de mestrado apresenta um estudo do processo de implantação e implementação do PROEJA no IF Campus Rio Pomba, no período de 2006 a 2008, em dois momentos distintos, com os Cursos de Técnico em Informática e de Técnico em Agente Comunitário de Saúde. Os dados coletados, que trouxeram subsídios para o desenvolvimento da pesquisa, surgiram a partir de informações dos(as) alunos(as), professores(as), pedagogos(as) e gestores(as) que tiveram envolvimento nestes Cursos. Como instrumento para obtenção das informações, utilizamos uma interação verbal, através de entrevista semi-estruturada, realizada face a face, e também, através de uma forma não verbal, com o uso de questionário aberto. Complementarmente a esses procedimentos para coleta de dados, e de modo a trazer maior esclarecimento aos fatos pesquisados, foi realizado ainda um levantamento documental. Como proposta metodológica, fez-se uso de uma abordagem qualitativa e do estudo de caso. As informações levantadas trouxeram esclarecimentos ao primeiro momento do PROEJA, com o Curso em Técnico de Informática, que aconteceu por meio de convênio firmado entre o IF Campus Rio Pomba e a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, que nessa parceria esteve representada pela Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, localizada no município de Lima Duarte. Foi ainda objeto de análise para esse Curso do PROEJA, quais os motivos determinantes para preferência da Formação Profissional em Informática e as implicações advindas dessa opção, bem como a concomitância que aconteceu entre o ensino médio e o ensino técnico. Em outro instante, com o Curso do PROEJA em Técnico de Agente Comunitário em Saúde, realizado no próprio campus de Rio Pomba, são apresentadas elucidações à criação deste Curso e o modo como este tem caminhado, e também, os motivos à escolha da integração entre o ensino médio e a formação técnica. Assim, com base nas experiências adquiridas com a implantação e a implementação dos Cursos do PROEJA, no IF Campus Rio Pomba, em que se pôde averiguar as potencialidades e os desafios revelados pelo PROEJA, serão apresentadas sugestões, de modo a corrigir as distorções identificadas nesta pesquisa, como a ausência de planejamento mais detalhado na implantação do PROEJA; falta de qualificação dos profissionais da educação para trabalhar com esses jovens e adultos; ausência de pesquisa para se levantar a demanda local e regional, que trouxe implicações na escolha inadequada da proposta pedagógica; falta de recursos materiais e humanos; falhas em relação ao conteúdo e tempo,

teoria e prática; e outras relacionadas ao contexto de se estar trabalhando com uma prática pedagógica nova. Na construção desta dissertação, buscamos auxílio nos fundamentos teóricos na concepção de autores como Jaqueline Moll, Simone Valdete dos Santos, Gaudêncio Frigotto, Acácia Zeneida Kuenzer, Ramon de Oliveira, Bernardo Kipnis, Marli André, Alda Judith Alves-Mazzotti, Sari Biklen e Roberto Bogdan entre outros.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional e Tecnológica; Implantação Institucional do PROEJA; Políticas Públicas; Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Abstract

This master's degree dissertation presents a study of the implantation process and implementation of PROEJA (Youngs and Adults Education Project) in the IF Campus Rio Pomba, in the period from 2006 to 2008, in two different moments, with Technician's Courses in Computer science and of Technician in Community Agent of Health. The collected data, that brought subsidies for the development of the research, appeared starting from information of students, professors, educators and managers that had involvement in these Courses. As instrument for obtaining of the information, we used a verbal interaction, through semi-structured interview, accomplished face to face, and also, through a non verbal form, with the use of open questionnaire. In order to complement those procedures for data collection and in way to bring larger explanation to the researched facts, it was still accomplished a documental rising. As methodological proposal, was made use of a qualitative approach and of the case study. The raised information brought explanations to the first moment of PROEJA, with the Course in Technician of Computer science, that happened through agreement among the IF Campus Rio Pomba and the Minas Gerais State Education Secretary, that was represented by the State School Adalgisa de Paula Duque in that partnership, located in the municipal district of Lima Duarte. It was still analysis object for that Course of PROEJA, which the decisive reasons for preference of the Professional Formation in Computer science and the implications resulted of that option, as well as the concomitance that happened between the medium and the technical teaching. In another instant, with the Course of PROEJA in Technician in Community Agent of Health, accomplished at Rio Pomba campus, elucidations are presented to the creation of this Course and the way as this has been done, and also, the reasons to the choice of the integration between the medium and the technical formation. So, with base in the acquired experiences with the implantation and the implementation of the Courses of PROEJA, in the IF Campus Rio Pomba, what could discover the potentialities and the challenges revealed by PROEJA, suggestions will be presented, in way to correct the identified distortions in this research, as the absence of more detailed planning in the implantation of PROEJA; lack of qualification of the education professionals' to work with those young ones and adults; research absence to raise the local and regional demand, that brought implications in the inadequate choice of the pedagogic proposal; lack of material and human resources; fails in relation to the content and

time, theory and practice; and another related to the context of to be working with a new pedagogic practice. In the construction of this dissertation, we looked for aid in the theoretical foundations in the authors' conception as Jaqueline Moll, Simone Valdete dos Santos, Gaudêncio Frigotto, Acácia Zeneida Kuenzer, Ramón de Oliveira, Bernardo Kipnis, Marli André, Alda Judith Alves-Mazzotti, Sári Biklen and Roberto Bogdan and other.

Key-words: Education of Youths and Adults; Professional and Technological Education; Institutional Implantation of PROEJA; Public Politics; Federal Networking of Professional and Technological Education.

Para compreensão da escolha do tema: fragmentos do Memorial Acadêmico e Profissional.

Para melhor compreender este Trabalho de Mestrado sobre o tema PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e as indagações que nortearam esta pesquisa, é necessário conhecer um pouco da minha trajetória pessoal e profissional sem a qual, talvez, ficasse incompreendida a minha vontade de trabalhar com questões relativas à “inclusão social”, que foi o motivo do desenvolvimento desta pesquisa.

Então, sobre minha trajetória posso descrever que trabalho no IFET Sudeste de Minas, Campus Rio Pomba, como Coordenador Geral de Assistência ao Educando, e paralelamente atuo como professor de matemática desde a minha aprovação no concurso público em 2006.

Comecei essa caminhada na Rede Federal em 1994, no cargo de Assistente de Alunos, na então EAF de Uberlândia, onde em contato direto com os alunos, que na grande maioria estavam na condição de internos, ou seja, residiam no alojamento da Instituição, pude observar a visível diferença socioeconômica existente entre eles. Essa realidade despertou a minha atenção e me deixou bastante incomodado.

Em 1997, por opção, me transferi para a EAF de Rio Pomba, que posteriormente se transformou em CEFET de Rio Pomba, e hoje Campus Rio Pomba do IFET Sudeste de Minas Gerais, onde desempenhei atividades administrativas junto a Secretaria de Registros Escolares.

Por ter formação acadêmica em Licenciatura de Matemática, suprimindo uma deficiência da Instituição, relativo à falta de professores, paralelamente as funções administrativas, atuei como Professor de Matemática “substituto”, no curso Técnico em Informática, no período noturno, nos anos de 1999, 2000 e 2001, onde a faixa etária média destes alunos estaria acima de dezoito anos.

Esta experiência me colocou diretamente em contato com um público adulto, na maioria trabalhadores(as) no período diurno, e que freqüentavam o curso noturno na expectativa de adquirir novos conhecimentos, com a finalidade de manter o emprego ou até mesmo de conseguir uma colocação.

Posteriormente no período de 2001 a 2004, a convite da Direção Geral, em meu primeiro cargo de gestão, assumi a Coordenação de Integração Escola-comunidade – CIEC,

que tinha como prática administrativa o cultivo das relações com as Instituições parceiras, com a comunidade local, e também atuar no acompanhamento de egressos. Para melhor atender as necessidades dos alunos e ex-alunos, em relação a estágios e empregos, buscou-se o desenvolvimento do cadastro de empresas colaboradoras, além da intensificação na participação em eventos que estivessem relacionados com os cursos oferecidos pela Instituição, cuja finalidade seria a divulgação. Por ser esta Coordenação o elo entre a formação técnica e o primeiro emprego, muitas vezes, também, foi à responsável pelo primeiro salário, e conseqüentemente trouxe uma melhoria na renda familiar de alguns alunos. Essas oportunidades eram estendidas a todos os alunos, de maneira não discriminatória. Aquele que melhor se adequasse ao perfil requerido à vaga era indicado pela Coordenação, e com o aval da Instituição. O envolvimento direto na execução dessas ações, incutiu no meu ser a vontade de mudar para melhor a vida desses alunos. Descobriu a minha visão e proporcionou-me enxergar que o conhecimento adquirido na formação técnica, é um grande diferencial para aqueles que buscam mais cedo uma chance de emprego.

Assim, percebia a educação como um direito de todos, com força para gerar oportunidades e aumentar a renda, reduzindo assim as desigualdades. Portanto a educação precisa ser inclusiva, estando ao alcance de todos, independentemente do ensino que se busque, e da idade que se tenha. Nesta época eu já estava totalmente envolvido com as questões sociais.

A partir do final de 2004 até os dias de hoje, estou responsável pelo CGAE - Coordenação Geral de Assistência ao Educando e questões sociais fazem parte do dia-a-dia deste departamento. Estas ações se traduzem em aplicação e análise de questionário socioeconômico, que permite analisar o grau de carência dos alunos e assim definir isenções de taxa de alimentação e vagas para alojamento. Além disso, abordar e advertir aos educandos, dando oportunidade a todos de expressarem suas angústias, opiniões e reivindicações, cobrando-lhes, também, responsabilidade e comprometimento com a manutenção da ordem e da boa convivência no Campus. Nos casos em que o aluno venha manifestar problemas relacionados com a dificuldade de adaptação, vontade de desistir do curso, de ordem familiar que atrapalhe o aluno, este, poderá receber ajuda junto aos setores de: orientação educacional, assistência social e psicologia; todos subordinados a Coordenação Geral de Assistência e a disposição do aluno, e no apoio ao ensino.

Neste contexto, onde questões relacionadas a minimizar diferenças, permanência na escola, inclusão social, oferta de uma “educação pública e de qualidade”, que fazem parte do trabalho diário e permanente de assistência ao discente, optei por me envolver mais efetivamente junto às turmas do PROEJA, Campus Rio Pomba. Assim, o Trabalho de Pesquisa que me propus a fazer, poderia levantar o grau de satisfação destes alunos ou não. Onde, a partir da discussão sobre o tema, e se necessário, sugerir ajustes no projeto pedagógico, aconselhar alternativas para motivação destes alunos, propor ações para disseminar o conhecimento de novas tecnologias, conceitos e outros atos que venham promover o pleno desenvolvimento dos alunos e do Programa.

O conjunto dessas ações, indiscutivelmente proporcionará novos horizontes a estes alunos, os quais, muitos deles, não tiveram ainda uma chance de buscar uma vida melhor, no entanto, se apoiados por Políticas Públicas bem elaboradas e comprometidas com as causas sociais, poderão almejar novas conquistas e dias mais justos.

Introdução

EJA e EPT: o PROEJA como campo de pesquisa

Este trabalho de pesquisa tem como proposta fazer uma abordagem do PROEJA, no contexto nacional das políticas públicas educacionais, bem como analisar a situação em relação à criação e a condução do Programa, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba, em dois momentos e cursos distintos, no período de 2006 a 2008, de modo a trazer clareza a todo esse processo de implantação e implementação.

Faz-se necessário a apresentação de esclarecimento em relação à criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que aconteceu através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Neste aspecto, e de maneira singular, vamos abordar o surgimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, de modo a evitar que no decorrer dessa pesquisa as nomenclaturas CEFET de Rio Pomba, IFET e IF Campus Rio Pomba, possam trazer estranheza e confusão. Entre outras modificações que a Lei de criação dos Institutos Federais trouxe, em relação a esta dissertação, vamos nos restringir a mudança da estrutura organizacional. Na prática, houve a extinção da nomenclatura CEFET-RP, que significava Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba, que passou a ser conhecido como IF Campus Rio Pomba, uma unidade, ou seja, um dos quatro campi que compõe o IFET Sudeste de Minas Gerais. Então, significa dizer que CEFET-RP e IF Campus Rio Pomba é a mesma Instituição. Entretanto, no contexto desta Pesquisa aparecem informações anteriores a Lei 11.892/08, em que a nomenclatura CEFET de Rio Pomba é mencionada, e que foi preservada neste Trabalho. Isto é necessário em função de se manter a integridade dos dados obtidos, que se configura como prática norteadora para esta Pesquisa.

A escolha do PROEJA como objeto de estudo para o Trabalho de Pesquisa, surgiu do compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e do meu envolvimento com as questões sociais do IF Campus Rio Pomba, que estão associadas ao meu trabalho na Coordenação Geral de Assistência ao Educando.

Neste setor, em que a assistência estudantil é muitas vezes o diferencial para que o aluno permaneça ou abandone os estudos, tenho acompanhado que o conhecimento adquirido

na formação técnica é um grande diferencial para aqueles que buscam mais cedo uma chance de emprego. É uma percepção de que a educação é capaz de transformar realidades sociais, criando oportunidade de ocupação em melhores postos de trabalho, assim, gerando renda e reduzindo desigualdades.

Entretanto existia uma parcela de brasileiros, que não tinham acesso aos benefícios e às transformações que a educação poderia trazer. Mas sendo a educação um direito legítimo de todos, onde subentende que também esteja ao alcance desses, independente do nível de ensino que se busque e da idade que se tenha, essa exclusão precisava ser corrigida. Assim com o advento do PROEJA, um programa de política pública educacional, voltada ao público EJA, com oferta da educação profissional integrada à educação básica, no âmbito das Instituições Federais de Educação Profissional, logo percebi a importância desse Programa no processo de inclusão social e para o desenvolvimento da cidadania.

Tratava-se de um projeto novo e arrojado, do Governo Federal, que trouxe para dentro dos Institutos Federais de Educação Profissional um público inédito na história dessas Instituições. Surgiram controvérsias em torno do assunto nos Institutos Federais, e não foi diferente para o Campus Rio Pomba. Mas o Decreto Presidencial 5.840/06, em seu Art. 2º, deixava claro que a implantação do PROEJA deveria acontecer até o ano de 2007.

E foi assim, em meio a polêmicas, falta de recursos materiais e humanos, que foi implantado o Curso do PROEJA em Técnico de Informática, uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação – SEE, que foi representada nesse convênio pela Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, na cidade de Lima Duarte, e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba, no período de criação do curso, hoje IFET Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba. Posteriormente, com a conclusão do Curso do PROEJA, na cidade de Lima Duarte, e também com o encerramento desse convênio, iniciou-se no próprio Campus Rio Pomba, outro Curso do PROEJA em Agente Comunitário de Saúde.

Em meio a tudo isso, senti vontade e também necessidade de compreender e de explicar através dessa dissertação, toda essa dinâmica institucional que levou o IF Campus de Rio Pomba a seguir dois caminhos diferentes para implantação do PROEJA.

Para apoiar este Trabalho de Pesquisa, utilizamos uma abordagem qualitativa e o estudo de caso, que Alves-Mazzotti (2006) definiu como uma unidade específica, situada em seu contexto, e que seja realmente um “caso”, isto é, uma situação intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão. Os dados coletados, base dessa pesquisa, para

compreensão de todo o processo de implantação e implementação do PROEJA, foram obtidos através da entrevista semi-estruturada, realizada face a face, e também, por meio de uma forma não verbal, através de questionário aberto, em que os informantes foram os(as) alunos(as), professores(as), pedagogos(as) e gestores(as) que tiveram participação no Programa. Além disso, foi realizado um levantamento documental, que segundo Lüdke e André (1986), se constitui numa técnica valiosa de abordagem, complementarmente as informações obtidas por outras técnicas de coleta.

Para isso, buscamos suporte nos conceitos apresentados por pesquisadores educacionais, junto a documentos base dessa política – documentos publicados pelo MEC, nos decretos e artigos governamentais, além de um levantamento documental no Campus Rio Pomba e na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, de modo a trazer luz à implantação e a execução dessa política de educação, relatando os dois momentos distintos e as experiências acontecidas no IF Campus Rio Pomba, entre 2006 a 2008. Somado a isso, se fez também necessária uma pesquisa bibliográfica sobre a Educação de Jovens e Adultos, sua relação com a Educação Profissional e Tecnológica, e o surgimento do PROEJA no contexto nacional das políticas públicas educacionais.

Nessa perspectiva, com base em documentos que reforçam a necessidade da concepção de políticas educacionais, com a finalidade de promover a inclusão social e a qualificação para o mundo do trabalho, podemos citar o texto da Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III, Art. 205, que defende a educação como um direito do cidadão, afirma: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A importância da educação profissional na geração e qualificação para o emprego tem amparo na LDB 9.394/96, em seu Capítulo III, Art. 39, “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, e no seu Parágrafo Único, “O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”.

Para atender aos novos paradigmas de formação do trabalhador e na perspectiva de maior participação da Rede Federal, na conjuntura das políticas públicas voltadas a Educação de Jovens e Adultos, foi instituído pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Integração

da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Sua criação se deu através do Decreto Presidencial nº 5.478/2005, que foi revogado pelo Decreto nº 5.840/2006. O objetivo desse Decreto foi implementar uma política educacional para o público de EJA, com ensino gratuito e de qualidade, integrando educação profissional à educação básica, de modo a proporcionar a reinserção desse público no sistema de ensino e de sua qualificação para o trabalho.

Assim podemos afirmar que este Trabalho de Pesquisa apresenta um estudo com situações contextualizadas, que possibilitam maior compreensão desta política pública de educação, o PROEJA, e faz uma abordagem das suas implicações em um “estudo de caso” do IFET Sudeste de Minas, Campus Rio Pomba, bem como uma análise das dinâmicas da cultura institucional que compuseram sua implantação.

O embasamento em estudos com esses enfoques permite um real conhecimento desta modalidade de ensino, e conseqüentemente, a consolidação dessa Política Educacional que visa propiciar uma educação pautada no desenvolvimento e igualdade social, com atenção à cidadania e aos direitos sociais.

Neste contexto, tendo em vista o atendimento de uma parcela considerável de jovens e adultos, que excluídos do sistema de ensino acabam por encontrar dificuldades em sobreviver em uma sociedade na qual o conhecimento ganha cada vez mais importância, o IF Campus Rio Pomba, nessa perspectiva, deu execução ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Este fato teve implicações em dois momentos distintos, em que inicialmente com Curso do PROEJA de Técnico em Informática, esta modalidade educação foi em concomitância entre o ensino médio e o ensino técnico. Posteriormente, com o Curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, que é realizado integrando o ensino médio com o ensino profissionalizante.

Fazendo um estudo do PROEJA do IF Campus Rio Pomba, em seu primeiro momento, que se efetivou na cidade de Lima Duarte, em Minas Gerais, verificou-se que foi realizado no período noturno, fruto de uma parceria entre o IF Campus Rio Pomba e a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque. Apesar de todo empenho dessas Instituições em priorizar esta educação de forma integrada, diversos motivos alheios à vontade das mesmas Instituições, impediram a viabilização dessa política educacional nessa modalidade, levando assim, a flexibilização dessa proposta e a opção de concomitância entre o Ensino Médio e o

Técnico foi adotada. Essa atitude tem respaldo legal, e está prevista no texto do Documento Base do PROEJA:

“Não obstante o esforço pela integração, sabe-se o quanto é grande a diversidade entre as instituições que executarão essa política pública educacional, em função de diferenças geográficas, de dependência administrativa, de infra-estrutura física e de recursos humanos, entre outras peculiaridades, o que levará a se admitir, quando a realidade assim o exigir, a articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio na forma concomitante”. (BRASIL, 2007, p. 39)

O Documento Base do PROEJA (2007), traz a orientação que mesmo nessas situações de excepcionalidade é preciso buscar um projeto político-pedagógico único, entre as Instituições parceiras na promoção desta oferta de educação.

Contudo, prevê também a possibilidade de ocorrer diferentemente da orientação anterior, quando afirma que “opera, prioritariamente, na perspectiva de um projeto político pedagógico integrado, apesar de ser possível a oferta de cursos de educação profissional articulada ao ensino médio em outras formas”. (BRASIL, 2007, p. 39)

No amparo destas contextualizações passamos a relatar o propósito de nossa investigação.

O Governo Federal através do MEC convida à Rede Federal de EPT, para atuar efetivamente como colaboradora, ofertando em seu ambiente educacional o curso do PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, até o ano de 2007, conforme o Decreto 5.840/06, em seu Art. 2º.

Mas diante de um quadro reduzido de professores para lecionar as disciplinas do ensino médio, o Campus Rio Pomba não tinha como cumprir a determinação do Decreto Federal.

Optou-se então, no ano de 2006, por efetivar uma parceria entre o IFET Sudeste de Minas, Campus Rio Pomba, e a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, que neste convênio foi representada pela Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, localizada no município vizinho de Lima Duarte-MG. Para atender ao programa foi criado o curso de formação profissional técnica de nível médio ao ensino médio, na modalidade PROEJA, de Técnico em Informática.

Assim, ficou acertado que o Campus Rio Pomba ficaria responsável pela parte da educação profissional e a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque pelo ensino médio.

Também é importante ressaltar, que a escolha do Curso para formação profissional técnica do PROEJA, o Curso Técnico de Informática, pelas Instituições parceiras, teve ainda como motivação a existência de um laboratório de informática doado pelo Governo Estadual e pela inoperância de seus computadores naquele momento. Podemos acrescentar além disso, que para o IF Campus Rio Pomba, o fator prazo para implantação, que foi determinado pelo Decreto Presidencial 5.840/06, foi preponderante para tomada dessa decisão.

O Decreto 5.840/06, em seu Art. 2, prevê que:

“As instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007”. (BRASIL, 2006).

Ainda, no mesmo Decreto, em seu Art. 5, Parágrafo único, prevê que:

“As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural”. (BRASIL, 2006).

Entretanto, não havia tempo hábil para um planejamento mais efetivo e para se levantar as demandas local e regional, o prazo de encerramento para implantação do PROEJA, nas Instituições Federais estava próximo. Isto se levarmos em consideração o tempo legal para edital, seleção e início do curso.

Então, com o consentimento de ambas as Instituições deu-se início ao Curso no primeiro semestre de 2006, no modelo de educação “integrada” e com previsão de término em quatro semestres (2 anos), ou seja, fim do ano de 2007. Previa atender os(as) trabalhadores(as) sem uma qualificação profissional, afastados do mercado de trabalho, além de outros já inseridos no mercado de trabalho, porém, carentes de uma melhor qualificação para o exercício profissional. Em suma, estaríamos em cumprimento à proposta do Programa, atendendo a um público “novo”, com suas peculiaridades, inédito para as Instituições Federais de Educação Profissional.

O percurso escolar a ser seguido pelo curso do PROEJA sofreu alterações. A Educação Profissional que seria ministrada pelo IF Campus Rio Pomba não aconteceu junto com o ensino médio, sendo este, por sua vez, começou com seis meses de antecedência.

Assim, em virtude também dessa disparidade ocorrida no início do Curso, numa decisão conjunta entre as Instituições envolvidas, o Curso do PROEJA em Técnico de Informática, assumiu a forma “concomitante” entre os dois modelos de educação, o Ensino Médio e a Formação Técnica Profissionalizante, que também, é um acontecimento previsto no Documento Base do PROEJA.

“A política de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade EJA, considerando-se especificamente nesse documento a integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, conforme anteriormente afirmado, opera, prioritariamente, na perspectiva de um projeto político-pedagógico integrado, apesar de ser possível a oferta de cursos de educação profissional articulada ao ensino médio em outras formas – integrada, concomitante e subsequente (Decreto nº 5.154/04) e o Decreto nº 5.840/2006 prever, especificamente para o PROEJA, as possibilidades de articulação considerando as formas integrada e concomitante. Na busca de priorizar a integração, os maiores esforços concentram-se em buscar caracterizar a forma integrada, que se traduz por um currículo integrado”. (BRASIL, 2007, p.39).

Nesse contexto, em relação à concomitância, as aulas do ensino médio aconteciam na segunda-feira em período integral e de terça a sexta-feira, nos dois primeiros horários, e as aulas do técnico, de terça a sexta-feira, nos dois últimos horários, todas as aulas ocorriam no período noturno. Ocasionalmente nos sábados, no período diurno, também aconteciam aulas de formação profissional.

O ensino médio foi concluído no final do ano de 2007, e os alunos foram certificados pela Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, com formação em EJA.

A formação Profissional Técnica de nível médio, o Técnico em Informática, na modalidade PROEJA, foi concluído em agosto de 2008, um semestre depois. Os alunos serão diplomados pelo IF Campus Rio Pomba, fechando o círculo e finalizando a parceria e o Curso na modalidade em “concomitância”.

Deste modo, na investigação que proponho realizar, o problema de pesquisa, relaciona-se com o acolhimento institucional do PROEJA como prática educacional nova, ligada a um público inédito para os Institutos Federais.

Em relação ao objetivo dessa pesquisa, será feita uma análise comparativa dos dois momentos distintos do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, abordando toda a conjuntura que levou a Instituição a adotar caminhos diferentes à mesma modalidade de ensino.

De modo então, a demarcar estes caminhos que foram percorridos no desenvolvimento deste Trabalho, propomos um objetivo geral que se configurou no norte desta pesquisa.

“Compreender o processo de implantação e implementação do PROEJA no IF Sudeste de Minas – Campus Rio Pomba, no período de 2006 a 2008”.

Para se alcançar este objetivo maior, foi proposto a construção de objetivos específicos, que passo-a-passo foram esclarecido no decorrer da pesquisa, e que consequentemente, nesta caminhada, trouxe também clareza ao objetivo geral.

Então, como objetivos específicos temos:

“Identificar fatores explicativos para a implantação e implementação do PROEJA na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque e no Instituto Federal – Campus Rio Pomba”.

“Analisar o contexto da implantação, nos dois momentos do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, na visão dos(as) professores(as), pedagogos(as), gestores(as) e alunos(as)”.

“Analisar a dinâmica da implementação, nos dois momentos do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, na visão dos(as) professores(as), pedagogos(as), gestores(as) e alunos(as)”.

“Identificar as críticas e as sugestões à proposta pedagógica, desenvolvidas nos dois momentos dos Cursos do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, e sugerir elementos que auxiliem no planejamento do Programa no âmbito das políticas públicas para educação”.

1- Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional: descompassos e horizontes no âmbito das políticas educacionais brasileiras.

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III, Art. 205, defende a educação como um direito do cidadão. Reafirmado posteriormente no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96, a saber:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, LDB n. 9.394/96, Art. 2º).

A educação brasileira nos anos da década de 1990 teve como características a expansão e a elevação do nível de escolaridade básica, como condição fundamental para o desenvolvimento do país. Entretanto, neste período a Educação de Jovens e Adultos começou a perder espaço nas ações do Governo Federal.

Durante o governo do Presidente Fernando Collor (1990-1992), em março de 1990, a Fundação Educar foi extinta e todos os seus funcionários colocados em disponibilidade.

Encontramos esclarecimentos em Moll (2000), que a Fundação Educar veio substituir o Mobral, e de alguma forma, supera o centralismo controlador do Estado, em nível federal, sobre as ações de educação de adultos. (p. 91).

“Os anos 90, iniciados com os “devaneios” da Era Collor, são marcados pela extinção da Fundação Educar e pela imediata instituição de um Programa e Alfabetização denominado “Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania” (PNAC) que sob o apanágio do discurso constitucional de 1988 – reafirma os propósitos acerca da universalização do ensino fundamental e da eliminação do analfabetismo”. (MOLL, 2000, p. 91).

Desse modo, em nome do enxugamento da máquina administrativa, a União foi se afastando das atividades da EJA e transferindo a responsabilidade para os Estado e Municípios.

Para Frigotto et al. (2010), nesse período político do país deu-se início a doutrina neoliberal, e que mais tarde, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, essas idéias se concretizariam.

“Com o governo Collor, inicia-se a cega adesão à doutrina neoliberal. O debate político e econômico são substituídos pelo discurso técnico-gerencial e pelo ideário do ajuste, descentralização, flexibilização e privatização. Esse ideário teve consequência prática nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, (...)”. (FRIGOTTO et al., 2010, p. 31).

Ainda para Frigotto (2010), sobre a política educacional na visão neoliberal da década de 1990, temos:

“(...) as políticas educacionais, sob o ideário neoliberal da década de 1990, com um avanço quantitativo no ensino fundamental e com uma mudança discursiva aparentemente progressista no ensino médio e na “educação profissional e tecnológica”, aprofundam a segmentação, o dualismo e perpetuam uma relação débil entre ambas”. (FRIGOTTO et al., 2010, p. 32).

Então, nesse período, foram instituídas ações com a finalidade de tornar a economia brasileira mais eficiente e competitiva perante a concorrência externa. Foi criado o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (1990), que veio somar ações na busca de caminhos e soluções visando o desenvolvimento da economia brasileira.

Neste contexto, a educação passou a exercer um papel fundamental no desempenho da economia brasileira.

“Destaca-se o fato de que, daquela vez, vários setores passam a explicitar não só o quanto o investimento na educação poderia trazer benefícios econômicos, como, ao mesmo tempo, seria um instrumento imprescindível no combate à crise do emprego e na diminuição das altas taxas de pobreza”. (OLIVEIRA, 2006, apud OLIVEIRA, 2008, p.46).

Em meio a este momento de valorização da educação surgiram propostas e projetos educacionais a partir de setores organizados da sociedade civil, entidades de educação, sindicatos, que se organizaram em “Fóruns de Defesa pela Escola Pública”, na busca de soluções para criação de uma escola básica unitária. Os debates preconizavam a construção de um sistema de educação nacional integrado, que propiciasse a unificação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

“Esta nova escola, por meio de uma concepção articulada e integrada de Sistema Nacional de Educação, tal como prevê a LDB, será inicialmente de cultura geral única para todos, de modo que generalize uma sólida base comum de conhecimentos básicos, nos níveis elementar e médio, só após o que se passará a formação profissional especializada. O conteúdo a ser

ensinado não terá finalidades práticas imediatas, devendo ser basicamente formativo, ainda que tome como ponto de partida o movimento concreto da realidade social”. (KUENZER, 1999, p. 38)

Podemos encontrar também na LDB/96 uma abordagem a educação de formação geral e integrada, onde no Título V, Capítulo III, Da Educação Profissional, traz:

“A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. (LDB n. 9.394/96, Art. 39º).

Kuenzer e Grabowski (2006), ressaltam ainda a Educação Profissional como política de Estado, afirmando que: “a educação, como direito fundamental concernente à cidadania, é responsabilidade do Estado, que deve assegurar oferta pública com qualidade”. (p.314)

Os mesmos autores alertam para a importância da sociedade organizada se mobilizar em função de exigir, do Estado, a oferta pública de educação.

“Para tanto, cabe à sociedade civil, através dos seus movimentos organizados e instâncias de representação dos interesses contraditórios em jogo, instar permanentemente o Estado a cumprir não apenas um papel de coordenador das políticas, mas pelas instâncias democráticas constituídas, organizar a legislação e a normalização da oferta pública de educação profissional, construindo socialmente as regulamentações, preservando a qualidade da educação ofertada e assegurando conteúdos de interesse coletivo, já que as leis e reformas não são naturais, mas refletem um projeto de sociedade que se define por uma dada correlação de forças, em que a classe que vive do trabalho, dadas as características do modo de produção capitalista, tende a ser sempre perdedora”. (KUENZER e GRABOWSKI, 2006, p. 314-315).

Nesse paradigma, a formação profissional envolvendo as diferentes especializações, ocorreria após a conclusão da escola básica valorizando o desenvolvimento das competências intelectuais e técnicas para o trabalho.

“A categoria que assegura a integração entre os diferentes níveis e modalidades é a Educação Básica, formação mínima necessária a todo e qualquer cidadão, respeitando-lhe a diversidade; é a Educação Básica que assegura a organicidade da Educação Nacional, pelo princípio da integração; em decorrência, a educação profissional a ser desenvolvida mediante ações intencionais e sistematizadas sobre uma sólida base de educação geral, científico-tecnológica e sócio-histórica, por concepção e por norma, é parte

integrante e indissociável da Educação Nacional”. (KUENZER e GRABOWSKI, 2006, p.299)

A participação de jovens e adultos no processo de construção social como cidadãos e trabalhadores recebeu amparo na LDB/96, Título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

“VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”. (BRASIL, 1996).

No CAPÍTULO II, Da Educação Básica, Seção V, Da Educação de Jovens e Adultos, temos:

“Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. (BRASIL, 1996)

Também na LDB – Lei nº 9.394/96, ao ensino médio foi dado o status de última etapa da educação básica, Seção IV, Art. 35, “O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos”, o que trouxe um ganho inquestionável do aumento de tempo na escolarização da educação básica. Entretanto, incide o fato de que o mesmo foi colocado sob a responsabilidade prioritária dos estados, isentando o Governo Federal, por falta de uma legislação específica, a uma maior obrigatoriedade com o seu financiamento. Podemos evidenciar este fato na LDB/96, TÍTULO IV, Da Organização da Educação Nacional, onde encontramos:

“Art. 8º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º. Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais”. (BRASIL, 1996).

No período de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi implantada a Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, que modifica os Artigos 34, 208, 211 e 212 da CF/1988 e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Essas mudanças instituíram regras de financiamento para educação com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, regulamentado pela Lei 9.424/96, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Na prática, estas ações tinham a finalidade de afirmar que o ensino fundamental receberia tratamento prioritário em relação aos investimentos na educação, em prejuízo da educação infantil, do ensino médio e da educação de jovens e adultos. Conseqüentemente, houve uma redução das ofertas de matrículas para a educação infantil e para EJA, que por lei não entravam no FUNDEF.

“Ao estabelecer o padrão de distribuição dos recursos públicos estaduais e municipais em favor do ensino fundamental de crianças e adolescentes, o FUNDEF deixou parcialmente a descoberto o financiamento de três segmentos da educação básica – a educação infantil, o ensino médio e a educação básica de jovens e adultos. Com a aprovação da Lei 9.424/96, o ensino de jovens e adultos passou a concorrer com a educação infantil no âmbito municipal e a com o ensino médio no âmbito estadual pelos recursos públicos não capturados pelo FUNDEF. Como a cobertura escolar nestes dois níveis de ensino é deficitária e a demanda social explícita por eles muito maior, a expansão do financiamento da educação básica de jovens e adultos (condição para a expansão da matrícula e melhoria de qualidade) experimentou dificuldades ainda maiores que aquelas já observadas no passado”. (HADDAD & DI PIERRO, 2000, p. 123).

Assim, as necessidades educativas dos jovens e adultos, quando abordadas, foram relacionadas como políticas de caráter emergencial e temporário, custeadas por programas de erradicação da pobreza.

Estados e municípios reagiram a essa circunstância diferentemente. A oferta dos serviços de educação de jovens e adultos ficou condicionada a capacidade financeira de cada Unidade da Federação e da vontade política de seus governantes, os quais eram pressionados por movimentos sociais em prol desse direito.

Moll (2000) relata que a educação brasileira, no contexto do público da EJA, historicamente está condicionada a políticas econômicas e a momentos influenciados pela ordem econômica vigente, denotando a inexistência de um sistema de educação nacional.

“(…) aproximação e apropriação de espaços escolares pelos grupos populares é atravessada por ausências e silêncios rompidos, ora pela ação-pressão destes mesmos grupos, ora pelas exigências do próprio Estado, em termos de adequação à ordem econômica vigente em cada tempo”. (MOLL, 2000, p. 69).

Esta interdependência entre educação e interesses econômicos dominantes, pode ser notada ainda no texto de Moll (2000).

“Os processos educativos pedagogizados pela instituição escolar (enquanto estrutura sistêmica) desprendem-se paulatinamente como recuos, resistências, ganhos e perdas dos imperativos contextuais que lhes dão significado e são *colonizados* pela lógica estratégica/ instrumental da ação sistêmica, definida pelos interesses econômicos hegemônicos”. (MOLL, 2000, p.17).

Desse modo, a saída para o impasse que se criou foi a “improvisação”. Estados e municípios incluíram no censo escolar as matrículas da educação de jovens e adultos como ensino fundamental regular, sob forma de classes de aceleração para estudantes com defasagem série-idade, situação compatível para captação de recursos.

Outras situações advieram nessa perspectiva de educação na modalidade EJA, através de parcerias com organizações sociais de caráter filantrópico, que encontraram apoio no poder público, o qual, convenientemente visualizou nessa oportunidade uma forma de reduzir custos dos serviços na educação de jovens e adultos.

Também no governo FHC, sob a ótica neoliberal, foi criado o Decreto nº 2.208/97 que regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da LDB - Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Na prática essas mudanças representaram um grande retrocesso para educação profissional, o Decreto 2.208/97 ao desprezar o Art. 36, da LDB/ 96, que traz uma correlação do ensino médio com a educação profissional, limita essa possibilidade de articulação às modalidades concomitante ou subsequente. O que pode ser verificado no texto de Cêa (2006), que trouxe esclarecimentos a essa questão:

“Essa flexibilidade indicada na LDB 9.394/96 é parcialmente absorvida pelo decreto 2.208/97, uma vez que este, negligenciando o indicado no artigo 36 daquela lei, limitou-se a estabelecer a concomitância ou sequencialidade como únicas alternativas de articulação entre a educação profissional e os níveis de escolaridade, explicitando a independência da primeira em relação aos segundos, especialmente tratando-se do ensino médio”. (BRASIL, 1997, p.133-156, apud CÊA, 2006, p.3).

O Decreto governamental 2.208/97 acompanhado de subsídios jurídicos, concepções e normas, tornou possível o desenvolvimento do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, vinculado ao Ministério da Educação e financiado pelo Banco Mundial. Neste período, as políticas educacionais adotadas pelo Estado brasileiro tinham como base as determinações do Banco Mundial.

“Em virtude do elevado investimento que seria necessário para universalizar pelo menos o ensino médio nos países periféricos, o Banco Mundial tem recomendado que se priorize o ensino fundamental, deixando de investir em Educação Profissional especializada e de elevado custo como estratégia de racionalização financeira com vistas ao atingimento das metas de ajuste fiscal. Tal recomendação vem respaldada em pesquisa encomendada pelo próprio banco, que concluiu ser o nível fundamental o de maior retorno econômico e ser irracional o investimento em um tipo de formação profissional cara e prolongada, em face da crescente extinção de postos de trabalho e da mudança do paradigma técnico para o tecnológico”. (KUENZER, 2000, p.23)

Igualmente encontramos em Oliveira (2008), indicativos da subserviência à vontade do Banco Mundial, que tomou conta da educação nesse período regido pelo neoliberalismo.

“O Banco Mundial, ao priorizar para os governos o financiamento apenas da educação básica - entendida como oito anos de escolarização -, retira da alçada do Estado a obrigação de atuar em outros níveis de ensino. Conseqüentemente, a desarticulação da educação profissional e da educação secundária, não objetiva alcançar a maior eficiência da primeira, mas sim, retirar do raio de cobrança da população sua manutenção pelo poder público”. (OLIVEIRA, 2008, p.125)

Vale ressaltar que neste acordo MEC e Banco Mundial teve como meta principal à separação entre o ensino médio e a educação profissional, gerando trajetórias distintas e contrapondo-se a idéia de uma escola básica unitária. Contrariamente ao discurso construído, este novo paradigma dava continuidade aos interesses dos incluídos.

“Resta saber, portanto, a que interesses serve a disseminação da idéia de que o novo Ensino Médio atende aos princípios da escola única. Uma forma de fazê-lo é buscar compreender a quem se destina e como se insere esse nível de ensino no conjunto da reforma que vem sendo levada a efeito desde a aprovação autoritária da LDB. Ao mesmo tempo, essa análise permitirá demonstrar que o Ensino Médio continua, sob a falsa idéia da unitariedade, perversamente mais dual”. (KUENZER, 2000, p. 21)

Além disso, temos em Kuenzer (2000), a afirmação de que a reforma instituída foi um retrocesso, quando diz:

“Essa reforma constituiu-se em um ajuste conservador, que retrocede aos anos 40, quando a dualidade estrutural, agora revigorada, estabelecia uma trajetória para os intelectuais e outra para os trabalhadores, entendendo-se que essas funções eram atribuídas com base na origem de classe”. (KUENZER, 2000, p. 24).

Ainda nos dizeres da autora, podemos encontrar falhas tanto pela forma de condução do processo de discussão do Decreto 2.208/97, como pela proposta de organização da educação profissional ali contida.

“O resultado disso tudo é a perpetuação e o aprofundamento da dualidade, justificada pela ideologia presente nas reformas, que nada mais faz do que tentar esconder que a educação proposta como universal é para muito poucos, restando para a grande maioria uma versão piorada da pedagogia taylorista/fordista, da qual os cursos aligeirados de “desqualificação profissional básica” propostos pelo Decreto 2208/97 são o melhor exemplo”. (KUENZER, 2000, p. 35).

Essa discordância da separação da educação técnica e a escolarização básica promovida pelo Decreto 2.208/97, também é sentida na fala de Moll (2008) et al:

“Então, não se pode continuar dissociando educação técnica e escolarização, conforme propunha o Decreto 2.208/97, sob pena de alimentarmos, na história da educação brasileira, a dualidade perversa que reservou para alguns um conhecimento mais elaborado e, para a maioria, o acesso aos rudimentos do ler, escrever e contar e o iniciar-se em alguma instrução profissionalizante”. (BRASIL, MEC/SETEC, 2008, p. 12).

Segundo Cêa (2006), diante desse novo modelo de educação pública gerado pelo Decreto 2.208/97, e suas possibilidades de organização da educação profissional (concomitante ou seqüencial, mas não integrada), houve uma primazia na oferta de cursos

básicos, livres de pré-requisitos e de cursos técnicos nos moldes do Decreto, em detrimento dos cursos de ensino médio integrado a formação profissional, que quase foram extintos em todo o país.

O apoio ao desenvolvimento institucional, por parte do Banco Mundial, estava condicionado à elaboração de políticas governamentais e execução das reformas “sugeridas”.

“Se alguma unidade federada decidisse manter a formação integrada, poderia fazê-lo, com apoio na LDB; o preço dessa decisão, contudo, seria não receber recursos do convênio firmado com o Banco Mundial”. (KUENZER, 2003, apud CÊA, 2006, p. 3-4).

Neste contexto, este período que certamente foi um dos mais conturbados da educação brasileira em função de pressões internacionais, na vigência do mandato do Presidente FHC, acatou a determinação de desestimular a qualificação para o trabalho e a concomitante elevação dos níveis de escolaridade.

Essa realidade, sintetizada por Frigotto (2010), traz inferência a esse momento:

“O projeto societário que se definiu, mormente na década de 1990, por um capitalismo monetarista e rentista, associado de forma subordinada e dependente aos centros hegemônicos do sistema capital, demanda predominantemente, na divisão internacional do trabalho, o trabalho simples e de baixo valor agregado. Consequentemente, para esse projeto de sociedade, não há necessidade da universalização e nem da democratização da qualidade da educação básica, especialmente de nível médio”. (FRIGOTTO et al., 2010, p.35).

Por ocasião da eleição presidencial de 2002, debates em torno da temática educacional ocuparam importante espaço na pauta do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Apoiadas por entidades de classe dos trabalhadores, por pesquisadores e estudiosos da educação, essas discussões em torno das prescrições do Decreto 2.208/97 se acirraram neste período pré-eleitoral.

Com a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições, em seu governo no período do primeiro mandato (2003-2006), o MEC, em janeiro de 2003, anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo Governo. Para isso, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que está vinculado a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), criada em julho de 2004, com a finalidade de contribuir para a redução das desigualdades educacionais, com vista à elevação

da escolaridade. O programa é uma porta de acesso à cidadania, apoiando ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos, em todo território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Destes municípios, 90% estão na região Nordeste.

Em 2004, em meio a debates e discussões de diversas ordens, foi implantado o Decreto 5.154/04, de 23 de julho, que revogou o Decreto 2.208/97. Na prática, o novo Decreto além de manter a oferta de educação profissional técnica de nível médio concomitante ou sequencial ao ensino médio, condições estas que estavam previstas no Decreto 2.208/97, que fora substituído, prevê ainda a oferta de educação na modalidade “integrada”. Estas ofertas de educação dar-se-ão da seguinte forma:

I - Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - Concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III – Subseqüente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004)

A flexibilidade que permeava o Decreto 5.154/04 trouxe críticas por parte de estudiosos, Kuenzer (2006), afirma:

“Assim, o Decreto n. 5.154/2004 ampliou o leque de alternativas com o ensino médio integrado sem que nenhuma das possibilidades anteriores, que favoreceram ações privadas de formação precarizada com recursos públicos, fosse revogada.

O novo decreto, portanto, longe de reafirmar a primazia da oferta pública, viabilizando-a por meio de políticas públicas, representou uma acomodação conservadora que atendeu a todos os interesses em jogo: do governo, que cumpriu um dos compromissos de campanha com a revogação do Decreto nº 2.208/97; das instituições públicas, que passaram a vender cursos para o próprio governo, e gostaram de fazê-lo, renunciando em parte

à sua função; e das instituições privadas, que passaram a preencher, com vantagens, o vácuo criado pela extinção das ofertas públicas”. (KUENZER, 2006, p. 900).

Para Soares (2004), o novo Decreto não trouxe avanços:

“(…) não atendeu aos anseios das entidades e dos educadores que combateram a política de desmonte da educação tecnológica empreendida por Fernando Henrique Cardoso (...) e ignora o debate travado desde a edição do Decreto nº 2.208/97 e a concepção defendida pelos educadores da educação profissional e tecnológica, baseada na formação integral e no trabalho como princípio educativo, integrada à educação básica como um referencial para reestruturar e organizar o sistema público de ensino”. (SOARES, 2004, p.66-67, apud ARAUJO, 2004, p. 8).

Entretanto para outros pesquisadores da educação o Decreto 5.154/04 era visto de maneira mais complacente, como para Rodrigues (2005), que confirma avanços com o novo decreto:

“De uma maneira geral, podemos dizer que o novíssimo decreto estabelece um salto de 40 anos adiante na educação brasileira. Com efeito, se o decreto 2.208/97 reproduzia, de certa forma, a reforma Gustavo Capanema (também conhecida como “leis” orgânicas do ensino), de 1942, o novíssimo decreto parece inspirar-se na lei 7.044 de 1982. Lei essa que “reformou a reforma” do regime militar (lei 5.692/71). Em síntese, a educação profissional brasileira deu um salto no tempo: deixamos o ano de 1942 e avançamos até 1982”. (RODRIGUES, 2005, p. 1)

O autor afirma ainda que:

“Além disso, o decreto em tela mostra-se bastante adequado à característica mais importante do atual padrão de acumulação: a flexibilidade. De fato, (...), o novíssimo decreto flexibiliza ainda mais a possibilidades de relacionamento entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico, já que agrega às possibilidades anteriores (formação subsequente, formação concomitante) a formação *integrada*”. (...) (RODRIGUES, 2005, p. 2)

Araújo (2004, p.7), diz que a flexibilidade não se caracteriza por submissão ao neoliberalismo. Neste caso ela é interessante, permite a forma integrada entre profissionalização e escolarização de nível médio, que interessa a um projeto de escola unitária, apesar de não ser suficiente para tal.

O mesmo autor desvenda ainda o complicado entendimento entre certificados e diplomas, que estão estabelecidos no Decreto 5.154/04. Os documentos serão emitidos por Instituições de Educação com competência para este fim, onde os certificados serão para os concluintes de etapas ou módulos de educação profissional e os diplomas para os concluintes dos programas de formação articulados ao curso médio.

Ainda no primeiro mandato do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Educação de Jovens e Adultos recebeu cuidados especiais como forma de aplacar os índices de analfabetismo do País.

De acordo com Rummert (2008), a educação dos trabalhadores jovens e adultos, no Brasil atual, vem recebendo especial destaque no âmbito das políticas do Governo Federal. Entretanto, no que se refere à elevação da escolaridade de jovens e adultos trabalhadores, surgem uma variedade de ofertas de oportunidades de certificação que correspondem a fingimentos de ações educativas.

“É obscurecido, também, por meio de falsos discursos de universalização de acesso e de democratização de “oportunidades”, o direcionamento dos jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolarização para diferentes ofertas de elevação de escolaridade que corroboram a atual divisão social do trabalho”. (RUMMERT, 2008, p.176)

Para Rummert (2008), pouco efetivamente foi realizado em prol desta educação, no período de 2003 a 2006, no sentido de universalização da educação básica do Brasil. Iniciativas emergenciais têm sido implementadas em atendimento a pequenos grupos populacionais, como a elevação da escolaridade de maneira precária e acelerada. Faz-se necessário então, uma intervenção urgente no sentido de sanar as dificuldades de um sistema que emprega ações de reparo e não a busca de soluções dinâmicas e definitivas.

1.1- O PROEJA como Política Pública: advento e possibilidades

Interferindo nesse processo educacional, em que os resultados não foram os esperados, e de modo a colocar um fim nas soluções de caráter paliativo, o Ministério da Educação, juntamente com a Presidência da República, motivados pela necessidade da efetivação de ações voltadas a inclusão social, redução das desigualdades, crescimento com geração de emprego e renda, desenvolvimento da cidadania, e o fortalecimento da

democracia, através da Portaria MEC nº 2.080/05, estabeleceu as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade de jovens e adultos – EJA, no âmbito das Instituições da Rede Federal.

Com base no relatório apresentado em 2004, pelo Tribunal de Contas da União – TCU, relativo ao acompanhamento da gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que focaliza a necessidade de maior atuação dessas instituições em programas de inclusão social, essa ação inicial se transformou em uma atuação mais efetiva da Rede Federal dentro do processo de inclusão social. Isso se deu, com a promulgação do Decreto Presidencial nº 5.478/05, instituindo o PROEJA, e substituído pelo Decreto nº 5.840/06, onde dentre outras alterações, temos a mudança de denominação, que resultou no atual Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos. A proposta central do PROEJA é implementar uma política educacional com a oferta de educação gratuita e de qualidade, ao público EJA, com a integração da educação profissional à educação básica, na promoção do desenvolvimento social, redução das desigualdades, e qualificação para o trabalho.

Nesse contexto, a Rede Federal de EPT passa atuar como referência no modelo de educação que se inicia. Estão obrigadas a destinarem no mínimo 10% das vagas existentes para formação profissional com escolarização para jovens e adultos, como afirma Rummert (2007).

“Pelo primeiro documento legal, ficavam obrigados a oferecer o PROEJA todos os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Estabelecia-se, também, que do total de vagas oferecidas em todos os cursos de cada unidade educacional, no ano de 2005, 10% deveriam ser destinados ao referido Projeto, reservando-se o MEC a atribuição de definir, nos anos subsequentes, os novos quantitativos”. (RUMMERT, 2007, p. 44).

Tal como se apresenta no Documento Base do PROEJA, a rede de EPT até então não atuava junto à formação do público EJA, que a partir da convocação do Governo Federal passou a atuar de maneira a incluir estes sujeitos ofertando turmas de PROEJA.

“Denotada na Rede Federal a ausência de sujeitos alunos com o perfil típico dos encontrados na EJA, cabe — mesmo que tardiamente — repensar as ofertas até então existentes e promover a inclusão desses sujeitos, rompendo

com o ciclo das apartações educacionais, na educação profissional e tecnológica. Nesse contexto, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, convida a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para atuar como referência na oferta do ensino médio integrado à educação profissional na modalidade EJA”. (BRASIL, 2007, p. 34).

Essa ausência da Rede na educação de jovens e adultos está evidenciada também na fala de Santos (2006), que afirma:

“O caráter inédito corresponde ao fato da ocorrência das vagas, em sua primeira fase, dar-se nas escolas federais, sendo o público da EJA, na sua maioria, inédito nestas instituições marcadas por rigorosos exames de seleção, selecionando os excelentes dentre os excelentes, sujeitos estes, na sua maioria, bem distantes do perfil do público da EJA”. (SANTOS, 2006, p.1)

A Rede Federal de Educação Profissional, então, reparando essa ausência, passa a oferecer cursos profissionais articulados com a educação básica dos jovens e adultos, que estão acima da faixa etária de escolarização prevista para o ensino regular, em sua maioria, trabalhadores oriundos de uma educação básica insuficiente e com dificuldade de inserção no mercado do trabalho.

Consta no Documento Base do PROEJA que:

“A formação humana, que entre outros aspectos considera o mundo do trabalho, implica também a compreensão de elementos da macro-economia - como a estabilização e a retomada do crescimento em curso - mediatizados pelos índices de desenvolvimento humano alcançados e a alcançar. A formação humana aqui tratada impõe produzir um arcabouço reflexivo que não atrele mecanicamente educação-economia, mas que expresse uma política pública de educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio para jovens e adultos como direito e como parte da educação básica, em um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica”. (BRASIL, 2007, p. 14)

A diferença do PROEJA para os demais programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, anteriormente implantados, é a consolidação de uma política pública que estabelece a aproximação da educação geral do mundo do trabalho por meio da integração curricular.

O Documento Base do PROEJA sobre o termo “integrar”, recorrendo a Ciavatta (2005), define o trabalho como princípio educativo e descreve que:

“Remetemos o termo [integrar] ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...]. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”. (CIAVATTA, 2005, apud BRASIL, 2007, p. 40).

Kuenzer (2006), diz que o Decreto nº 5.840/06 prevê também a formação de jovens e adultos trabalhadores em nível inicial e continuado e em nível de Educação Profissional técnica de nível médio, integrada ou concomitante (cujas descrições destes modelos foram mencionadas anteriormente neste trabalho).

“O PROEJA, objeto do Decreto n. 5.840, de julho de 2006, regulamenta a formação de jovens e adultos trabalhadores em nível inicial e continuado e em nível de Educação Profissional técnica de nível médio, integrada ou concomitante. Embora instituído no âmbito federal, compreendido pela Rede Federal de Educação Profissional, poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelo “Sistema S”, desde que se assegure a construção prévia de um projeto pedagógico integrado único”. (KUENZER, 2006, p. 893).

Então, o PROEJA, surge no cenário nacional como uma resposta do Governo Federal aos Indicadores Sociais, que demonstravam elevados índices de baixa escolaridade da população, revelando ainda, que os programas e projetos sociais destinados a Educação de Jovens e Adultos desenvolvidos no primeiro mandato do Presidente Lula, não surtiram os efeitos desejados.

Outras contribuições vêm somar, como a divulgação dos Indicadores Sociais apresentados pelo IBGE (2006) e publicados no trabalho de Rummert (2007), que traz:

“O país chega, assim, a meados da primeira década do século XXI, enfrentando a baixa escolaridade da população, cujos índices se mantêm elevados, como demonstrados na mais recente Síntese de Indicadores Sociais divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006). Nela afirma-se que, em 2005, o país “contava com cerca de 14,9 milhões de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas”. É informado, também, que “apenas 53,5% dos alunos concluíram a última série do ensino fundamental”. No que se refere especificamente à juventude, o documento destaca que para os “jovens de 18 a 24 anos, a frequência à escola era ainda mais reduzida, um privilégio para 31,6% das pessoas nessa faixa etária”. Especificamente no que diz respeito ao Ensino Médio, verificamos, na mesma Síntese, que

somente 45,3% dos jovens entre 15 e 18 anos o cursavam no ano de 2005”.
(RUMMERT, 2007, p. 36)

O Jornal “O Estado de São Paulo”, em 24/02/2009, trouxe uma matéria que informa:

“Apesar dos recursos e programas voltados para tentar reduzir os índices de analfabetismo no País, os governos estaduais, municipais e federal ainda enfrentam um dado nada animador: 75% dos que não sabem ler no Brasil têm mais de 40 anos. Com uma média de idade de 54 anos, essa é uma população que precisa vencer a falta de motivação, interesse e até dificuldades físicas para se animar a aprender as primeiras letras”.
(Disponível em:
<<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=250051&modulo=964>>). Acesso em 24/02/2009.

O mesmo Jornal apresentou ainda outras informações:

“As dificuldades de alfabetizar essa população se traduzem em números - foi exatamente essa faixa etária que teve a menor redução nos últimos 15 anos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de analfabetos entre as pessoas acima de 40 anos passou de 29,2% em 1992 para 17,2% em 2007. O ritmo foi bem mais lento do que o registrado, por exemplo, entre os 15 e 17 anos - caindo de 8,2% para 1,7%”.
(Disponível em:
<<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=250051&modulo=964>>). Acesso em 24/02/2009.

Os dados apresentados demonstram que os programas de políticas públicas, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos, os quais precedem a criação do PROEJA, não obtiveram êxito satisfatório. Os insucessos têm correlação com campanhas emergenciais na busca de resultados imediatos, que visam aplacar os índices estatísticos comprobatórios de baixa escolaridade e que servem para esconder a realidade e para satisfazer as exigências de políticas internacionais. Esta realidade se configura no texto que se reproduz:

“Esses dados demonstram que o desafio da expansão do atendimento na educação de jovens e adultos já não reside apenas na população que jamais foi à escola, mas se estende àquela que frequentou os bancos escolares mas neles não obteve aprendizagens suficientes para participar plenamente da vida econômica, política e cultural do país e seguir aprendendo ao longo da vida. Cada vez torna-se mais claro que as necessidades básicas de aprendizagem dessa população só podem ser satisfeitas por uma oferta permanente de programas que, sendo mais ou menos escolarizados, necessitam institucionalidade e continuidade, superando o modelo dominante nas campanhas emergenciais e iniciativas de curto prazo, que

recorrem a mão-de-obra voluntária e recursos humanos não-especializados, características da maioria dos programas que marcaram a história da educação de jovens e adultos no Brasil”. (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.126).

Segundo Rua (1998), para que uma política tenha sucesso a “combinação necessária de recursos humanos, financeiros e materiais deve estar efetivamente disponível no momento adequado.” (p.253).

E foi assim, através do esforço integrado, baseado no diálogo dos atores e setores envolvidos, e com ações pontuais, que o PROEJA, segundo Moll (2010), “ao longo dos anos de 2006 e 2007, se inseriu no contexto educacional brasileiro como uma ação permanente”. (p. 134).

Ainda para autora, o PROEJA constitui-se como parte da resposta a essa nova realidade que se apresenta. No segundo mandato do governo do Presidente Lula (2007-2010), deu-se a continuidade da política de consolidação da democracia e ampliação de oportunidades educativas. Diferentemente de outros períodos de desenvolvimento do país, em outros governos brasileiros, a educação básica no governo atual, recebe financiamento em todos os níveis e modalidades de ensino. O que se evidencia no texto de Moll (2010):

“No contexto brasileiro contemporâneo de expansão dos serviços públicos, de retomada do desenvolvimento econômico e de ampliação do financiamento para todos os níveis e modalidades da educação básica, a oferta pública de educação escolar articulada à educação profissional e tecnológica apresenta-se como elemento diferenciador em relação a outros ciclos de desenvolvimento pelos quais o país passou”. (MOLL et al, 2010, p. 131).

Nesse contexto de contemporaneidade, as políticas públicas, em especial no campo do PROEJA, que pensado como elo, ligando as demandas imediatas de escolarização básica e de profissionalização, que segundo Moll (2010), “com perfis profissionais que melhor respondam às demandas presentes e futuras, de modo a atender os setores produtivos consolidados e em consolidação”. (p. 131-132).

A importância de Programas Educacionais como estratégia de inclusão social, e na promoção de melhores chances no mundo do trabalho, e com melhores salários, inegavelmente, se bem planejados, contribui de forma substancial para esse processo de redução das desigualdades sociais, entretanto é preciso ter a clareza que sem se articular com outras Políticas Sociais, não será capaz de gerar aumento de emprego e de renda.

“O desenvolvimento de uma nação não depende exclusivamente da educação, mas de um conjunto de políticas que se organizam, se articulam e se implementam ao longo de um processo histórico, cabendo à educação importante função estratégica neste processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, deve-se ter clareza em reconhecer que nem a educação geral nem a educação profissional e tecnológica, por si sós, gerarão desenvolvimento, trabalho e renda.” (BRASIL, 2007, p. 31).

Assim a educação se revela como parte indissociável às políticas públicas, com foco no enfrentamento das desigualdades existentes no Brasil. Donde se denota que por si só não será capaz de promover as transformações esperadas.

2- Processo da Pesquisa

A presente pesquisa pauta-se na abordagem qualitativa, via estudo de caso, que abrange as características mais importantes da delimitação da unidade que se está pesquisando, nesta dissertação, o IF Campus Rio Pomba, uma unidade do IFET Sudeste de Minas Gerais. Os dados coletados, que trouxeram subsídios para o desenvolvimento da pesquisa, surgiram a partir de informações dos(as) alunos(as), professores(as), pedagogos(as) e gestores(as), que tiveram envolvimento nos Cursos do PROEJA do IF Campus Rio Pomba, no período de 2006 a 2008, em dois momentos distintos, com os Cursos de Técnico em Informática e de Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Para Bogdan e Biklen (1994, p. 19), “ainda que a investigação qualitativa no campo da educação só recentemente tenha sido reconhecida, esta possui uma longa e rica tradição”.

Estes autores trazem, também, ao nosso conhecimento que a investigação qualitativa é descritiva, que os dados coletados são em forma de palavras. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. Os dados incluem transcrições de entrevistas, documentos com registros oficiais e outros. Na busca de conhecimento, os investigadores qualitativos não reduzem as muitas páginas contendo narrativa e outros dados a símbolos numéricos. Tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos. A palavra escrita assume particular importância na abordagem qualitativa, tanto para o registro dos dados como para a disseminação dos resultados.

Nessa forma de pesquisa, exige-se que o mundo seja examinado com idéia de que nada é trivial, tudo se potencializa na construção de uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo. São as realidades múltiplas e não uma realidade única que interessam ao investigador qualitativo. Os dados são analisados de forma indutiva. Não recolhem dados ou provas com objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente, ao contrário disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando.

Nesse contexto, André (2009), afirma que o conhecimento está em constante processo de construção.

“(…) implica uma atitude aberta e flexível por parte do pesquisador, que não se fixa rigidamente no seu referencial teórico de apoio, mas fica atento a

aspectos novos que podem se mostrar relevantes no decorrer do trabalho”. (André, 2009, p. 66).

Também, em relação à investigação qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1994), o modo como às pessoas normalmente se comportam e pensam nos seus ambientes naturais são relevantes. A interação com os sujeitos obedece a princípios de naturalidade, de forma não intrusiva e não ameaçadora, de modo que as atividades que ocorrem na sua presença não difiram extraordinariamente daquilo que se passa na sua ausência. (p.48-70).

Ainda segundo os mesmos autores, sobre investigação qualitativa, temos:

“(…) a investigação qualitativa em educação assume muitas formas e é conduzida em múltiplos contextos (...). Privilegiam essencialmente a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação”. (BOGDAN e BIKLEN, 1994, apud BUTTCHEVITZ, 2009, p. 03).

Assim, podemos elucidar, com base no pensamento de Bogdan e Biklen (1994), que a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, oriundos do contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Kipnis (2005, p. 62), nesta linha de raciocínio, afirma que “o interesse central não está em definir variáveis e medi-las, mas em entender como a realidade é construída pelos sujeitos percebidos como atores sociais”.

Em Lüdke e André (1986, p. 13), encontramos apoio à afirmação inicial de que cada vez mais os pesquisadores da área de educação vêm demonstrando interesse pelo uso das metodologias qualitativas, através do estudo de caso. Essa crescente aceitação na área de educação é devido, principalmente, ao seu potencial para estudar as questões relacionadas à escola.

Do mesmo modo, foi reafirmado no texto de André (2009).

“Já nos anos 1980, no contexto das abordagens qualitativas, o estudo de caso ressurgiu na pesquisa educacional com um sentido mais abrangente: o de focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da análise situada e em profundidade”. (ANDRÉ, 2009, p. 66).

Ainda em Lüdke e André (1986, p.17), o estudo de caso é o estudo de um caso. Ele distingue dos outros tipos de pesquisa por tratar o objeto estudado como único, “uma representação singular da realidade, que é multidimensional e historicamente situada”. Quando queremos estudar algo singular, particular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso.

Para se desenvolver um estudo de caso é necessária a observação de algumas características, que neste trabalho será fator de orientação aos desdobramentos da pesquisa, e que segundo Lüdke e André (1986, p.18-20), visam à descoberta, enfatizam a “interpretação em contexto”, buscam retratar a realidade de forma completa e profunda, usam uma variedade de fontes de informação e demonstram os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.

Todas essas características apontam para um estudo que se preocupa com a constante reformulação dos seus pressupostos, uma vez que o conhecimento nunca está pronto. Vemos também que para compreensão de determinado objeto, levar-se-á em conta o contexto em que acontece. Os fatores externos também podem ajudar na ponderação e interpretação da problemática estudada. A complexidade desse problema de pesquisa está em retratar o problema em seu aspecto total, a partir de uma situação particular.

O pesquisador usa uma variedade de fontes para coleta de dados que são colhidos em vários momentos da pesquisa e em situações diversas, com diferentes tipos de sujeitos.

Para Yin (1984), apud Alves-Mazzotti (2006), de maneira sintética, o estudo de caso é definido como:

“(…) uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto natural, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes, utilizando múltiplas fontes de evidência”. (YIN, 1984, apud ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 643).

Bogdan e Biklen (1997), apud Peres e Santos (2005), sugerem que o pesquisador menos experiente deve dar preferência aos estudos de caso no desenvolvimento de suas investigações, uma vez que consideram que essa estratégia metodológica geralmente oferece menos dificuldades práticas em comparação com as demais. (p. 117).

Tal concepção encontra discordância na fala Alves-Mazzotti (2006), nem todo estudo de uma única unidade pode ser considerado um estudo de caso, e não são fáceis de ser

realizados, ao contrário, eles se revestem de grande complexidade, o que exige o recurso a técnicas variadas de coleta de dados. (p. 648).

Em Alves-Mazzotti (2006), citando Yin, descreve três critérios para determinar se uma pesquisa pode vir a ser um estudo de caso:

“Vale lembrar que Yin descreve três tipos que podem ser tomados como critérios para avaliar se uma dada investigação pode ou não ser classificada como um estudo de caso: o caso deve ser crítico, extremo ou único ou, então, revelador; e, em qualquer dessas situações, deve focalizar fenômenos sociais complexos, retendo as características holísticas dos eventos da vida real”. (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p.649).

A autora conclui então dizendo que:

“(…) o estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado. Os critérios para identificação e seleção do caso, porém, bem como as formas de generalização propostas, variam segundo a vinculação paradigmática do pesquisador, a qual é de sua livre escolha e deve ser respeitada. O importante é que haja critérios explícitos para a seleção do caso e que este seja realmente um “caso”, isto é, uma situação complexa e/ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão”. (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p.650).

Assim, numa perspectiva da abordagem qualitativa, encontramos no estudo de caso, subsídios para o desenvolvimento desse Trabalho de Pesquisa.

2.1- Instrumentos de Coleta de Dados

Nesta dissertação, como instrumentos para obtenção das informações, utilizamos uma interação verbal, através de entrevista semi-estruturada, realizada face a face, e também, através de uma forma não verbal, com o uso de questionário aberto. Complementarmente a esses procedimentos para coleta de dados, e de modo a trazer maior esclarecimento aos fatos pesquisados, foi realizado ainda um levantamento documental.

A entrevista como instrumento de coleta de dados, segundo Martucci (2001, p. 7), se caracteriza pela intencionalidade presente na conversa entre duas pessoas, a qual é dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informações, de modo a recolher dados

descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo.

Para Muniz e Abreu (1999, p. 16), os dados levantados são obtidos, na maioria das situações, através de perguntas respondidas com o preenchimento de questionários ou em entrevistas. Os dados são informados por relatos verbais do entrevistado e os resultados devem ser tomados com muito cuidado. Apesar das limitações, o procedimento de perguntas proporciona informações que, se obtidas de outras formas, seriam muito mais falhas. O questionário e a entrevista são técnicas semelhantes que se baseiam em perguntas formuladas ao entrevistado. No questionário, as perguntas propostas pelo pesquisador são respondidas por escrito pelo pesquisado, este instrumento de coleta de dados, exige que o entrevistado saiba ler e escrever e esteja motivado a responder. Quanto à entrevista, ela pode acontecer face a face, por telefone e através da internet. Na forma face a face às respostas do entrevistado podem ser obtidas por gravações, ou anotações feitas pelo entrevistador, é mais flexível de todas, pois permite ajustar-se aos mais diversos tipos de problemas e de informantes.

Segundo Kipnis (2005, p. 60), para a entrevista via questionário, afirma que este possibilita a preparação prévia das questões, traz consigo a possibilidade de ser remetido a um grande número de pessoas, é mais barato e garante o anonimato do entrevistado, uma vez que este não precisa identificar-se. Além disso, ainda, evita vieses potenciais do entrevistador, quer dizer, como as perguntas já estão escritas, não há possibilidade de interferência. Consequentemente oferece menos pressão ao entrevistado, este tem tempo para pensar no que vai responder.

Ainda para Kipnis (2005, p. 60), sobre a entrevista face a face, diz que ela é ideal para indivíduos com dificuldade de expressão escrita, muitos entrevistados fazem-se entender melhor pelo discurso oral. Traz consigo, também, a vantagem de permitir os informantes de se corrigirem a medida que depõem.

A entrevista para Lüdke e André (1986, p. 33), representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, e uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa, podendo ser de enorme utilidade para a pesquisa em educação. Cria uma relação de intereção, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde.

Também as entrevista, revelam Lüdke e André (1986, p. 34), podem ser elaboradas de forma “não-estruturadas ou não padronizadas”, “estruturada ou padronizada” e “semi-estruturada”.

Em relação às entrevistas semi-estruturadas, que também foi um dos instrumentos de coleta de dados utilizado nesta pesquisa, segundo Lüdke e André (1986, p. 34), se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações.

Para Oliveira (2009), na entrevista semi-estruturada encontramos espaço para as perguntas anteriormente determinadas, em que as respostas podem ser relativamente livres, e se houver necessidade, o pesquisador pode acrescentar outra questão não prevista, tudo vai depender das respostas dos respondentes.

Não obstante, ainda em Oliveira (2009), encontramos justificativas para escolha de entrevista na forma semi-estruturada, pois aceita não somente a realização de perguntas que são necessárias à pesquisa e que não podem ser deixadas de lado, mas também a relativização dessas perguntas, dando liberdade ao entrevistado. Permite o aparecimento de novos questionamentos não previstos pelo pesquisador, o que poderá ocasionar uma melhor compreensão do objeto em questão.

Tal qual aconteceu nesta dissertação, em que foi utilizado como instrumento de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada, questionário aberto e levantamento documental, no texto de André (2009), encontramos apoio ao uso de vários instrumentos de pesquisa na coleta de informações.

“(…) multiplicidade de dimensões requer o uso deliberado de diferentes enfoques, o uso de várias fontes de dados e uma variedade de instrumentos e procedimentos de coleta para contemplar as múltiplas dimensões do fenômeno investigado e evitar interpretações unilaterais ou superficiais”. (ANDRÉ, 2009, p. 66).

Igualmente, aparece também em Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2004), que os métodos não se excluem como instrumentos de análise, se completam:

“As pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos dizer, entretanto, que observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os mais utilizados,

embora possam ser complementados por outras técnicas”. (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 2004, p.163).

Neste contexto, de modo a complementar outras técnicas empregadas nessa pesquisa para obtenção de dados, também foi realizado um levantamento documental.

Podemos verificar em Lüdke e André (1986, p. 38), que a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, além disso, ela pode complementar as informações obtidas por outras técnicas de coleta. A entrevista que proporciona aprofundar as informações e a análise documental que completa e complementa os dados coletados, assim, nessa somatória, podemos propor novos pontos de vista à realidade pesquisada.

Em Phillips (1974, apud Lüdke e André, 1986, p. 38), são considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”.

Para Lüdke e André (1986), entre os documentos mencionados, podemos destacar: leis, regulamentos, normas, pareceres e arquivos escolares.

2.2- Análise de Dados Coletados

Lüdke e André (1986, p. 45), dizem que para analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, que neste Trabalho de Mestrado, representa as transcrições das entrevistas realizadas face a face, informações obtidas através de questionário aberto, e análise dos documentos encontrados.

Para Kipnis (2005, p. 39), o pesquisador qualitativo, “trabalha com um processo indutivo, descrevendo, simultaneamente, vários fatores, componentes da realidade. Identifica categorias baseadas em contexto e busca a compreensão e interpretação profunda do fenômeno, mais do que sua generalização”.

Segundo Patton (1980, apud Lüdke e André, 1986, p. 42), “a análise de dados qualitativos é um processo criativo que exige grande rigor intelectual e muita dedicação. Não existe uma forma melhor ou mais correta. O que se exige é sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo”.

Neste contexto, de modo a responder aos objetivos desta pesquisa, com base nos dados que foram coletados através das informações dos(as) professores(as), pedagogos(as),

gestores(as) e alunos(as), a partir do seu envolvimento com os Cursos do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, no período de 2006 a 2008, foram apresentados esclarecimentos, cuja relevância destas informações foram identificados após uma sistemática e repetitiva leitura dos dados obtidos, que teve também o propósito de apresentar respostas coerentes com o que se propôs aclarar nos objetivos desta pesquisa.

Assim, no processo de identificação e análise da importância das informações, de maneira a facilitar esse procedimento, os entrevistados(as) foram divididos em dois grupos, um deles foi formado com os participantes do Curso do PROEJA de Técnico em Informática e o outro, por aqueles que estão, ou que estiveram envolvidos com o Curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Em função dos diferentes olhares dos entrevistados(as), de um lado os(as) alunos(as), e de outro os(as) professores(as), pedagogos(as) e gestores(as), em relação ao processo de implantação e de implementação dos Cursos do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, surgiu então, a necessidade de se formar dois novos grupos. Deste modo, além da separação pelo envolvimento com o Curso, também se separou as informações prestadas pelos(as) alunos(as), daquelas apresentadas pelos(as) professores(as), pedagogas(as) e gestores(as).

Então, para esclarecer o objetivo geral desta pesquisa, que tem relação com a implantação e a implementação dos Cursos do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, no período de 2006 a 2008, foram desvendados os acontecimentos para a implantação dos Cursos do PROEJA de Técnico em informática e do Técnico em Agente Comunitário de Saúde, na visão dos professores(as), pedagogos(as) e gestores(as), e também de forma separada, na visão dos alunos(as). Em outro momento, em relação à implementação dos Cursos do PROEJA de Técnico em Informática e do Técnico em Agente Comunitário de Saúde, foram apresentados esclarecimentos na visão dos professores(as), pedagogos(as) e gestores(as), e de maneira separada, na perspectiva dos alunos(as).

2.3- Definição da População

A população investigada é composta pelos(as) alunos(as), professores(as), pedagogos(as) e gestores(as) que tiveram envolvimento com os Cursos do PROEJA do IF Campus Rio Pomba, no período de 2006 a 2008, em dois momentos distintos, com os Cursos de Técnico em Informática e de Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Em relação à população que participou do primeiro momento do PROEJA, com o Curso de Técnico em Informática, realizado na cidade de Lima Duarte, para as disciplinas propedêuticas, tínhamos 9 professores(as) como possíveis entrevistados, além de 1 gestor e 1 pedagoga. Para as disciplinas de educação profissional tínhamos 1 professor, que foi quem atuou em todas as matérias do técnico. Entre os(as) alunos(as) tínhamos como possibilidade a realização de 20 entrevistas, visto que esses são os alunos(as) que concluíram o Curso do PROEJA de Técnico em Informática, fato esse que os credenciavam a prestar informações sobre a implantação e implementação do Curso em questão. Os demais alunos(as) desse Curso, alguns desistiram de estudar, um morreu e outros concluíram somente a EJA. Como a nossa proposta não é trabalhar a evasão do PROEJA, por este motivo, estes alunos(as) foram desqualificados.

Para a população envolvida com o segundo momento do PROEJA, com o Curso de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, para as disciplinas propedêuticas, tínhamos 12 professores(as) como possíveis colaboradores, além de 2 gestoras e 1 pedagoga. Para as disciplinas de formação profissional, a possibilidade de entrevista era de 5 professores(as). Entre os(as) alunos(as), essa possibilidade existia com a realização de 19 entrevistas, visto que esses são os alunos(as) que estavam frequentando as aulas.

2.4- Definição da Amostra

2.4.1 – Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque: Curso do PROEJA de Técnico em Informática

Os entrevistados(as) foram identificados e escolhidos, em relação ao seu envolvimento direto com o curso, quer em sala de aula ou administrativamente. Cabe ressaltar que os(as) alunos(as), nessa modalidade de curso, a princípio não seriam ouvidos. Tal decisão tinha por base o fato que esses alunos(as) já haviam concluído o curso. Imaginávamos que seria extremamente difícil localizar os mesmos. Entretanto, fomos procurados por 04 alunos egressos, que voluntariamente se ofereceram para contribuir com as suas declarações. Quanto ao gestor e a pedagoga, prontamente se mostraram dispostos a colaborar. Sendo que a pedagoga, no momento da pesquisa, já não estava mais atuando profissionalmente, havia aposentado. Em relação aos demais professores das disciplinas da EJA, estes foram

consultados sobre a possibilidade de estar contribuindo com a pesquisa, mas não mostraram interesse. Alguns inclusive, foram procurados de forma mais incisiva, mas mesmo assim não quiseram prestar informações.

Então, a amostra foi formada por 04 (quatro) alunos egressos, 01 (um) gestor (Diretor Geral), 01 (um) pedagoga (Supervisora) e 03 (três) professores, sendo que 1 professor atuou na educação profissional e 2 na EJA.

Os(as) entrevistados(as) foram identificados(as) pelas iniciais de seus nomes, conforme o combinado durante o processo de coletas de dados.

- Alunos (as): DT, AM, AO e VL.
- Gestor (a): PA
- Pedagogo (a): TC
- Professores (as): CIP, WM, VO.

2.4.2 – IF Campus Rio Pomba: Curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Os entrevistados(as) foram identificados e escolhidos, em relação ao seu envolvimento direto com o curso, quer em sala de aula ou administrativamente. A amostra dos(as) alunos(as) referente a esse Curso, foi escolhida a partir de uma conversa com a turma, em duas horas/ aula, momento esse cedido por dois professores do curso, no período noturno, horário em que o curso é realizado. Durante essa conversa, em que foi revelado detalhes e intenções da pesquisa, se pôde verificar entre os(as) alunos(as), quais destes estariam interessado, de maneira espontânea, em participar da pesquisa. Em relação às gestoras e a pedagoga, estas prontamente se mostraram dispostas a cooperar. Para os professores(as), os critérios foram o interesse em participar da pesquisa. Alguns professores(as), que estavam na condição de contratados(as) para o exercício das atividades docentes, só vinham a noite, sempre apressados, não dispunham de tempo nem para ouvir o que estava sendo proposto.

Então, a amostra foi formada por 11 (onze) alunos(as), 02 (dois) gestores (Coordenadora Geral de Educação e Diretora de Desenvolvimento Educacional), 01 (um) pedagoga (Gerente Educacional) e 04 (quatro) professores, sendo que 2 professores(as) atuaram na educação propedêutica e 2 na formação profissional.

Os(as) entrevistados(as) foram identificados(as) pelas iniciais de seus nomes, conforme o combinado durante o processo de coletas de dados.

- Alunos (as): FO, GC, GS, GA, LR, PH, SC, TA, TF, TM e VM.

- Gestor (a): BE e MF

- Pedagogo (a): MB

- Professores (as): AA, CP, IR e PR.

3- A implantação do PROEJA no IF Campus Rio Pomba.

Com base nos documentos encontrados, vamos explicar as razões que levaram a implantação do PROEJA no Instituto Federal Campus Rio Pomba, na perspectiva da modalidade em concomitância, e na forma integrada. Assim, procedemos com um levantamento documental apresentado nesse trabalho, cópia nos “anexos”, documentos que comprovam o convênio firmado, “Termo de Convênio”, entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas – IFET, Campus Rio Pomba, na época do contrato CEFET de Rio Pomba, e a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE-MG, representada neste contrato pela Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, no município de Lima Duarte. Esse convênio instituído possibilitou a implantação do PROEJA, uma parceria entre essas Instituições de Educação.

A proposta inicial foi de um curso do PROEJA, com formação profissional de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Por razões adversas a essa proposta, entre elas, a falta de profissionais docentes que pudessem se deslocar à cidade de Lima Duarte, e a indisponibilidade de outros por parte do IF Campus Rio Pomba, assim houve um atraso no início das disciplinas de formação profissional, e o modelo de curso “integrado” ficou inviável.

Como solução ao impasse que se estabeleceu, dissociaram o ensino médio do curso técnico profissionalizante, inclusive com adoção de matrizes curriculares separadas, cópia nos “anexos”, em que o ensino médio ficou na responsabilidade da E.E. Adalgisa de Paula Duque, inclusive no que diz respeito à certificação, e o ensino profissional técnico a cargo do IF Campus Rio Pomba, até mesmo para a diplomação dos concluintes do Curso Técnico.

Nesse contexto, a partir de então, ficou estabelecido à concomitância entre o Ensino Médio e a Formação Técnica, para o Curso do PROEJA em Técnico de Informática, na cidade de Lima Duarte.

Essa parceria que viabilizou a implantação do Curso do PROEJA em Técnico de Informática, encerrou com esse curso, não havendo nenhuma prorrogação desse convênio. Fato esse mencionado no documento “paginas do livro de Ata do Conselho Diretor”, cópia nos “anexos”, que justifica o encerramento do Curso na cidade de Lima Duarte, em função de “dificuldades operacionais”, e ainda, contém relatos da implantação do Programa no próprio

campus de Rio Pomba, ficando entendido que foi um fato posterior, com o Curso do PROEJA em Agente Comunitário de Saúde, e com a explicação de ser esta área carente de qualificação.

3.1- A implantação dos Cursos do PROEJA, pelo IF Campus Rio Pomba, na perspectiva do(as) professores(as), pedagogos(as) e gestores(as).

Encontramos no conjunto das situações vividas pelos entrevistados(as), os motivos que explicam de que maneira aconteceu a implantação dos cursos do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba. Para o primeiro momento, para o Curso do PROEJA de Técnico em Informática, através das informações apresentadas por PA, Diretor Geral da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, na cidade de Lima Duarte, fica evidenciado a concomitância que ocorreu entre o Ensino Médio e a Formação Profissional para esse Curso do PROEJA.

"Na verdade o curso do PROEJA, a parte do ensino médio que ficou na responsabilidade da E. E. Adalgisa de Paula Duque, não iniciou junto com as disciplinas técnicas de formação profissional, que ficou a cargo do CEFET de Rio Pomba, houve uma diferença de seis meses, começamos primeiro. Assim, quando terminamos a EJA, educação voltada para o ensino médio, só depois, é que os alunos terminaram o PROEJA, a formação profissional em Técnico em Informática. Curiosamente, a bem da verdade, por causa desse desencontro de datas, o Curso do PROEJA foi concomitante por um tempo, e pós-médio em outro. Durante o tempo em que a EJA e a formação técnica andaram juntas, era concomitante, como acabamos primeiro, a EJA, os alunos só ficaram fazendo a parte do Técnico em Informática, nesse período foi pós-médio".

Para a então Diretora de Desenvolvimento Educacional, do IF Campus Rio Pomba, professora MF, uns dos motivos que tornou possível a implantação do Curso do PROEJA de Técnico em Informática, e que também trouxe viabilidade a parceria que se formou entre a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, e o IF Campus Rio Pomba, foi a existência de um laboratório de informática sem utilização nessa Escola Estadual.

"(...) é importante ressaltar que a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, tinha recebido do Governo Estadual um laboratório de informática com vinte e cinco computadores, os quais estavam ainda sem utilização porque não tinham na escola professores habilitados para o manuseio dos mesmos. Após a implantação do curso, estes equipamentos foram ativados e não só os alunos do PROEJA, mas os demais alunos, daquele educandário, puderam ter acesso à internet

melhorando assim o nível das aulas dadas. O curso era ministrado no período noturno”.

Doravante com apoio nas falas dos(as) entrevistados(as), as causas apresentadas para implantação podem estar relacionadas a acontecimentos que trouxeram satisfação ou insatisfação com a implantação do Curso. No primeiro caso, numa demonstração de que a implantação foi ou que é bem sucedida. Na outra característica, contrariamente, traz evidências da implantação ter acontecido de forma precipitada, sem planejamento, portanto uma escolha questionável.

Nas informações apresentadas pela pedagoga TC, da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, observamos que periodicamente aconteciam reuniões, cuja finalidade seria promover ajustes junto ao Curso, de modo a torná-lo mais interessante ao aluno.

“Reuníamos periodicamente a fim de ajustar o curso e avaliar os prós e contras, eliminando as dificuldades e tornando-o mais prazeroso. Tínhamos um diálogo tranquilo e amigável com toda a turma”.

Observamos ainda, nas informações de PA, uma alegria com a parceria instituída, com a implantação do PROEJA e também a visão de que essa oportunidade foi boa para o município. Não obstante, fica evidenciado sua decepção com o encerramento da parceria, que aconteceu com o término do Curso. Fica claro que ele esperava a criação de outros cursos do PROEJA, o que se pode entender dado a importância desse Programa para a comunidade de Lima Duarte.

“Gratificante ter a oportunidade de garantir a estes alunos (...), além do Ensino Médio um curso profissionalizante. (...) foi o mais rico acontecimento em todos os anos de gestão que tenho frente a esta Instituição. A parceria que se estabeleceu entre SEE de Minas Gerais, através da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque e o atual Instituto Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (...), garantiu às Instituições envolvidas uma grande experiência através do PROEJA, permitindo que elas dessem um grande salto em matéria de Ensino Profissionalizante para Jovens e Adultos de Lima Duarte. O que lamento profundamente é que o salto tenha sido um só”.

Para as declarações apresentadas por BE, Coordenadora Geral de Ensino, do IF Campus Rio Pomba, ficou demonstrado a falta de planejamento e o despreparo da Instituição, no primeiro instante do PROEJA, para o curso de Técnico em Informática:

"(...) a experiência para nós também era muito nova. Não fomos preparados para trabalhar com eles e isto foi muito complicado (...). Poderia ter sido melhor se eu estivesse preparada para trabalhar o PROEJA. O pouco que sabia tive que aprender sozinha".

Também se evidencia na fala de BE, os motivos para esse despreparo naquele instante:

"No primeiro momento, Lima Duarte, peguei o projeto parado e com prazo pré-determinado pela SETEC para executá-lo".

Podemos analisar dessas informações apresentadas por BE, que a SETEC/MEC havia determinado um prazo para implantação do PROEJA, nas Instituições da Rede Federal, o que levou a uma correria para o cumprimento da determinação.

O Decreto 5.840/06, em seu Art. 2, prevê:

"As instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007".

Além disso, a escolha dos Cursos do PROEJA a ser implantado, deveria ter como base a análise de viabilidade das demandas local e regional, evitando assim escolhas inadequadas para formação profissional desses Cursos.

Acontecimento esse, também previsto no mesmo Decreto, em seu Art. 5, Parágrafo único, que estabelece:

"As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural". (BRASIL, 2007, p. 70).

Entretanto, em função do pouco tempo que restava para implantação do Programa, o Art. 5º, Parágrafo único, do Decreto 5.840/06, não foi observado para a implantação do Curso do PROEJA de Técnico em Informática, o que pode ser verificado na fala da Professora BE, Coordenadora Geral de Ensino no período de implantação do PROEJA.

"Não podíamos ficar esperando o resultado da pesquisa para avaliar as necessidades local e regional, mesmo porque, não tínhamos como ministrar outro curso sem a parceria da Escola Estadual. Não tínhamos professores para isto".

Ainda em relação ao pouco tempo para implantação do PROEJA, a escolha dos professores para atuar junto a esse público não teve como base um profissional com experiência na educação de jovens e adultos, aconteceu na perspectiva de se buscar um profissional que tivesse disponibilidade de assumir de imediato o Curso do PROEJA, na cidade de Lima Duarte, e que lá permanecesse no decorrer da semana para ministrar as aulas desse curso. Vale ressaltar, que para as disciplinas de formação técnica profissional, o professor VO foi o único professor de todas as disciplinas. Este professor explica como aconteceu a sua escolha para esse Curso.

"Na época, a diretora de ensino, perguntou se eu poderia lecionar para essa turma por eu ser o único professor de informática solteiro, pois teria que passar a semana em Lima Duarte".

Nas palavras de BE, podemos verificar a falta de professores com experiência para trabalhar com esse público do PROEJA, no primeiro momento do Programa do IF Campus Rio Pomba.

"Este é o gargalo que vi, não só em Lima Duarte como em Rio Pomba, a falta de qualificação dos profissionais para trabalhar com o PROEJA".

Em outro comentário de PA, referente ao seu contato com o PROEJA, através da Escola Estadual em que é o Diretor Geral, e sua relação com esse público de jovens e adultos desse Programa, fica evidente o seu entusiasmo com o projeto. De suas palavras podemos analisar ainda, que o PROEJA se constituiu em um Programa importante para a Escola, da qual é o Diretor, ficando implícito também, os benefícios dessa oportunidade para comunidade de Lima Duarte.

"Confesso que a principio até criei certa resistência, era uma coisa tão boa que tive muito medo de não dar certo. (...), acabei cedendo e tornando um grande defensor do PROEJA, foi muito gratificante viver esta experiência, espero por outras oportunidades, para que os erros cometidos possam ser corrigidos".

No relato da pedagoga TC, se percebe o desafio de fazer o PROEJA dar certo, e o empenho da comunidade escolar:

"Sabia que seria um grande desafio, tanto para os alunos como para toda a escola".

Na declaração de BE, encontramos justificativas ao seu envolvimento na implantação do PROEJA, na cidade de Lima Duarte. Entretanto, é necessário o esclarecimento de que a partir desse fato, a sua participação foi direta e decisiva para a implantação do Programa.

"Contato com o público do PROEJA se deu porque na época da implantação dele em Lima Duarte, foi o momento em que assumi o CGE".

Ainda sobre a implantação do PROEJA, pode ser verificado na fala da Diretora de Desenvolvimento do Ensino, do IF Campus Rio Pomba, professora MF, a resposta de como surgiu a proposta do Programa, e o desafio de implantação no concernente a trabalhar o "novo". Afirma ainda, que a Direção do IF Campus Rio Pomba, acatou prontamente a determinação da SETEC/MEC de implantação do Programa. Entretanto, a visão de se estar trabalhando com o público do PROEJA, trouxe muitas especulações e comentários na comunidade escolar no Campus Rio Pomba.

"A proposta de criação do PROEJA partiu da SETEC/MEC, e foi prontamente acolhida pelo (...) CEFET-RP, (...). Nesta ocasião eu trabalhava (...) como Diretora de Ensino. Achei esta política de ensino um grande desafio, tendo em vista que, estaríamos trabalhando com um público, até então, totalmente desconhecido".

A pedagoga MB, do IF Campus Rio Pomba, diz como se deu o seu primeiro contato com o curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, e revela o despreparo da Instituição, até aquele momento, na condução do Programa. Importante lembrar, que nesse momento o IF Campus Rio Pomba, já havia passado pela experiência do PROEJA na cidade de Lima Duarte.

"Este projeto e esta turma caíram na minha mão por acaso, eu acabava de chegar à Instituição e alguém tinha que fazer o projeto e coordenar o curso".

Contudo, podemos analisar que o IF Campus Rio Pomba procurava transformar essa realidade, buscando apoio na experiência de profissionais, de modo a contribuir para o êxito do Programa. Foi o que aconteceu ainda com o Curso do PROEJA em Agente Comunitário de Saúde, disponibilizado no próprio Campus Rio Pomba. A instituição investiu na capacitação dos profissionais que atuam nessa modalidade, através do curso de pós-graduação *latu-sensu*, que é realizado pelo próprio IF Campus Rio Pomba, em seu campus, com especialização em PROEJA. Nesse contexto, encontramos nas palavras da professora PR, revelações em relação

a sua vinda para o IF Campus Rio Pomba, que era desejo da Professora, e que se efetivou em função das suas experiências vividas no PROEJA do IFET Norte de Minas Gerais, Campus Januária.

"Fui transferida para o Campus Rio Pomba a fim de auxiliar a implantação do curso aqui. Em conversa com a DDE na época, em julho de 2008, ficou evidente que a minha vinda estava diretamente ligada à necessidade de professores que já conheciam e atuavam no PROEJA, eu estava atuando no PROEJA deste fevereiro de 2007 no Campus de Januária".

Também na fala da pedagoga MB, fica claro esse novo paradigma de trabalho, que deu início a formação de uma equipe de trabalho com foco nesse curso.

"(...) formamos uma equipe para elaboração do projeto, e depois reformulamos a matriz curricular de acordo com as necessidades do curso".

Com o foco na investigação do material didático-pedagógico, que foi utilizado no Curso do PROEJA, a pedagoga TC, disse que foi necessário improvisar, como forma de suprir a falta de experiência que aconteceu no Curso do PROEJA em Técnico de Informática.

"Era a primeira experiência nossa e do CEFET-RP, adaptamos um pouco o material didático-pedagógico".

Nas declarações de BE, percebemos o quanto foi diferente o segundo momento do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, para o Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde. Houve uma transformação no padrão de trabalho, visto também, que naquele instante já existia a experiência do primeiro momento, do PROEJA de Lima Duarte. Assim, para esse Curso pôde-se observar um maior cuidado e planejamento.

"(...) para turma de Rio Pomba já foi diferente, (...), tivemos oportunidade de fazer um projeto digno e que atendesse as reais demandas do público. (...) foi fundamental para a implantação e o sucesso do PROEJA em Rio Pomba e também da especialização, (...)".

Outro questionamento importante para essa dissertação, é em relação à escolha da formação Profissional Técnica do Curso do PROEJA. Esse acontecimento foi motivo de esclarecimentos nas entrevistas desta dissertação. Contudo, é importante ressaltar que os dois cursos do PROEJA, praticados pelo IF Campus Rio Pomba, o Curso Técnico de Informática,

e o Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, foram praticados em momentos distintos, e em realidades bem diferentes.

O Curso do PROEJA em Técnico de Informática, o primeiro momento desse Programa, para o IF Campus Rio Pomba, foi um acontecimento em função da determinação da SETEC/MEC, para implantação do PROEJA nas Instituições EPT, com prazo estipulado para essa implantação, até o ano de 2007.

A forma que se iniciou o Programa foi bastante questionada, através de um Decreto Presidencial. Entretanto vale ressaltar, que talvez, se não acontecesse dessa forma, o PROEJA não fizesse parte da realidade das Instituições da Rede Federal. Fato esse comentado por Santos (2010), ao fazer a citação do evento “Diálogos PROEJA”, em que revela a fala de uma professora que participou do encontro:

“Uma professora da rede federal afirmou que, se não fosse por decreto, o PROEJA, provavelmente, não seria oferta das escolas federais da rede de educação profissional e tecnológica”. (SANTOS et al., 2010, p. 122)

Ainda para autora, Santos (2010), que complementa o pensamento da professora, justificando que em função do perfil tradicional de muitas Instituições da Rede Federal, isso poderia ter acontecido.

“Tal afirmação remete ao perfil tradicional da maioria das instituições, muitas fundadas em 1909 por Nilo Peçanha, preservando concepções conservadoras respaldadas pelo então Decreto nº 2.208/97. Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, essa lei exacerbou a dualidade entre a educação profissional e a educação geral, em consonância à nossa herança escravocrata de desvalorização do trabalho compreendido como manual”. (SANTOS et al., 2010, p. 122).

Então, foi realizada uma análise do PROEJA, no IF Campus Rio Pomba, comentando em que circunstâncias aconteceram a implantação do Curso Técnico de Informática, através das palavras de PA:

“A principio achamos que informática era o melhor a ser oferecido, pois todos se interessaram e o CEFET-RP tinha condições de ministrar o curso com os pobres equipamentos que a Escola tinha a disposição”.

Fica evidente nesse comentário que os fatores que levaram a escolha dessa formação profissional se basearam em particularidades momentâneas. A opção pelo Curso de Informática veio em função de ser um conhecimento de interesse geral e mediante o fato da Escola Adalgisa de Paula Duque ter “equipamentos” de informática a disposição, mas que estavam obsoletos, conforme dito por PA “pobres”. Portanto, pôde-se verificar que não foi realizada uma análise mais criteriosa para esta escolha.

Esse aspecto pode ser notado também, na entrevista do professor CIP:

“A informática é fundamental em qualquer setor nos tempos atuais, além do mais era o que o CEFET de Rio Pomba tinha para oferecer”.

Confirmado também nas palavras da pedagoga TC:

“Os critérios que usaram foi à existência do laboratório de informática dentro da escola, a disponibilidade de apenas um professor pelo CEFET-RP”.

A disponibilidade de apenas um professor, para lecionar as disciplinas da Formação Profissionalizante, remete ao fato da falta de profissionais qualificados, para atuar no primeiro momento da implantação do PROEJA, pelo IF Campus Rio Pomba.

Ainda na entrevista de TC, foi revelado que a escolha desse Curso para o PROEJA, Técnico de Informática, foi uma decisão de total responsabilidade do IF Campus Rio Pomba:

“Mas esta decisão não cabia à Escola, só tivemos a opção do curso de informática. Eu não participei da escolha do curso, fui consultada sobre a implantação do PROEJA. A escolha do curso foi feita pelo CEFET”.

Podemos analisar que todas as alocações, em relação ao Curso do PROEJA em Técnico de Informática, convergem para a falta de planejamento na escolha desse Curso. Contudo, revelações feitas por BE, foram muito significantes para a elucidação dessa questão. Podemos atribuir a importância desses esclarecimentos, ao fato de naquele momento, ela estava à frente da Coordenação Geral de Ensino, no IF Campus Rio Pomba, portanto, não só teve participação na implantação do curso, como também um grande peso nessa decisão.

“Um PROEJA em Informática requer infra-estrutura, física e humana, adequada e preparada, o que não ocorreu lá. O professor de Informática mandado para lá era um professor substituto do CEFET, que mesmo muito capacitado, conforme demonstrou durante as aulas, não estava preparado para o público e além do mais, ele foi o único

professor da área técnica. (...) A escolha foi mais porque a informática é uma área procurada por todo mundo, do que pela escolha de uma área que de fato atendesse o público PROEJA”.

Em Santos (2010), encontramos a confirmação da necessidade de se adequar o Curso do PROEJA, as necessidades dos trabalhadores, e com o foco no mercado de trabalho:

“Cabe ao PROEJA ofertar o melhor curso, a ênfase de educação profissional mais desejada pelos trabalhadores, que de fato qualifique para o mercado formal de trabalho e que também amplie para alternativas de economia popular e solidária um currículo *fagocitado* no/ do atual mundo do trabalho”. (SANTOS et al., 2010, p. 127).

Todas essas falhas na implantação do Curso do PROEJA em Técnico de Informática, com o decorrer do curso ficaram mais evidentes, trouxeram sentimentos de insatisfação e de desengano. É o que podemos notar nas palavras de PA:

“Com o caminhar do projeto vimos que o curso era muito pesado para a clientela, razão pela qual mais da metade desistiu e os que persistiram até o fim exigiram dos professores e da direção da Escola muita atenção e tempo para eles conseguirem vencer e chegar até o fim. Além disso, os equipamentos não eram suficientes, em todos os sentidos, para atender ao curso proposto. (...) Se tivéssemos mais tempo e um equipamento melhor, certamente teríamos alcançado mais sucesso, (...)”.

O único professor da área técnica desse curso, VO, expõe a razão pela qual o curso de informática, em relação ao público PROEJA, não foi uma boa escolha:

“Pois o curso técnico em informática é muito complicado, necessita de algumas horas de dedicação extra-classe, e como 95% da turma trabalhava o dia todo o ensino-aprendizagem era um pouco comprometido”.

Esses motivos também são identificados na fala de BE, que reconhece haver necessidade de um estudo mais detalhado para escolha da formação técnica no PROEJA:

“Área de informática é muito complexa e para se adequar ao currículo do PROEJA requer muito mais habilidade e estudo do que foi disponibilizado na época”.

Podemos analisar dessas declarações, que a construção do currículo pedagógico para o PROEJA, precisa ser elaborado com base na realidade de jovens e adultos que retornam às

salas de aula depois de uma ausência, muitas vezes, longa e sofrida. Suas experiências de vida precisam ser contempladas. A complexidade de um ensino meramente propedêutico, neste caso, não se aplica. O currículo do PROEJA se correlaciona com a visão de um ensinamento voltado a objetividade das relações cotidianas, de modo a permitir uma formação de cidadãos críticos, capazes de se relacionarem socialmente e que tenham espaço no mundo produtivo.

Ainda fazendo referência ao currículo do PROEJA, encontramos no texto de Moll (2010), a necessidade do conhecimento contemporâneo, que cruzam as trajetórias pessoais do público PROEJA, ser ensinado nas salas de aula desse Programa.

“No vasto repertório de possíveis saberes para o currículo do Proeja, também deverão estar presentes os saberes da contemporaneidade, que atravessam o cotidiano e dão sentido às relações sociais e às trajetórias pessoais daqueles que buscam as salas de aula do PROEJA como lócus de aprendizagens”. (MOLL et al., 2010, p. 136).

O que poderia ter sido uma possibilidade viável, quando da implantação do Curso do PROEJA em Técnico de Informática, é revelado na fala da pedagoga TC, da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, em Lima Duarte. Mas a decisão à escolha do Curso a ser implantado não estava nas mãos dos profissionais dessa Escola, a responsabilidade dessa determinação pertencia ao IF Campus Rio Pomba.

“Como tínhamos no início duas turmas, deveria ter sido oferecido dois cursos diferentes”.

O encargo da escolha, para o Curso do PROEJA, também foi reafirmada nas palavras de PA, que faz uma síntese do que foi a implantação do PROEJA na cidade de Lima Duarte.

“Não tivemos participação direta na escolha, apenas concordamos com o que foi oferecido, como já falei: a esmola era tanta que o santo até desconfiava”.

Em relação ao curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, que é realizado no próprio campus de Rio Pomba, fez-se uma análise das informações obtidas nas entrevistas, com o objetivo de trazer esclarecimentos as circunstâncias em que essa implantação ocorreu.

Percebemos o quanto foi diferente os critérios para escolha do segundo curso, em comparação com o PROEJA de Técnico em Informática. Essa disparidade de atitude pode ser verificada nas palavras de BE:

"Já em Rio Pomba foi diferente. Fizemos uma pesquisa de mercado para chegar ao Curso de Agente Comunitário, a matriz e a metodologia de ensino foram adequadas ao programa, tínhamos infraestrutura física e humana, foram contratados professores para área específica da saúde, (...). Minha participação neste cenário foi direta, na condição de gestora, como CGE. (...) fizeram pesquisa de mercado para escolha do curso. O Curso foi de fato planejado".

Também na alocução da Diretora de Desenvolvimento de Ensino, no IF Campus Rio Pomba, MF, percebemos essa diferença de postura, que subentende planejamento e organização. Houve primeiramente uma pesquisa para se verificar a demanda local e na região do entorno, para posteriormente se definir o curso de formação profissional, que seria implantado para o PROEJA.

"A formação de Técnico em Agente Comunitário de Saúde veio ao encontro à alta demanda já instalada no município e regiões do entorno, referente a esse profissional. Eu tive participação na escolha do curso do PROEJA, foi uma escolha bastante democrática, discutida entre todos os envolvidos no projeto. (...) Os critérios que levaram a escolha do curso se basearam principalmente no curso que melhor atendia ao perfil dos candidatos, nas demandas da região e entorno e no corpo docente mais interessado em trabalhar no projeto PROEJA".

Do mesmo modo, foi verificado na entrevista da professora CP, que apóia a escolha dessa formação técnica para o PROEJA, e defende também, a pesquisa como base para essa definição.

"(...) procurei ler o projeto enviado ao MEC e foi embasado em pesquisa, mudanças na legislação, demanda local e regional".

Nas palavras da pedagoga MB, encontramos vertentes desse novo paradigma de ações, realizado no campus de Rio Pomba. Foi observado também, os esclarecimentos em relação à forma de acesso ao Curso, uma maneira diferente a tradicional prova de seleção.

"(...) a escolha deste curso surgiu depois de um levantamento e observarmos que na região crescia a oferta pelas prefeituras de empregos na área de agente comunitário de saúde, e muitos não tinham a formação mínima necessária. (...) E realmente a procura foi muito grande, cerca de 150 candidatos para 35 vagas na primeira turma, (...) mas a preferência foi para quem tinha o ensino fundamental, maior idade, mais tempo fora da escola e, alguma

experiência na área contava pontos também, estes foram os critérios para a seleção”.

Para Moll (2010), é preciso trazer esses estudantes de volta à escola, facilitando as formas de acesso:

“É preciso modificar o consagrado e praticado processo de vestibular. (...) Trata-se de derrubar as barreiras que dificultam a aproximação desses estudantes com a escola”. (MOLL et al., 2010, p. 135).

Também como forma de planejamento e estratégia, para esse curso, foi verificado um convite para parceria, de modo a envolver as prefeituras da região, apoiando os alunos de seus municípios, com a oferta do transporte para aqueles que estivessem fazendo esse curso do PROEJA. Esse relato foi verificado nas palavras da pedagoga MB:

“Foi feito também um convite de parceria entre as prefeituras da região e somente uma aceitou, (...) as prefeituras teriam que disponibilizar o transporte para os estudantes do PROEJA (...)”.

A professora IR, acredita que a escolha desse curso se justifica pela carência a esses profissionais na região.

“Especialmente a habilitação em *Agente Comunitário de Saúde*, que é uma necessidade em nossa região. Com essa formação os alunos podem ter um retorno relativamente mais rápido e ao mesmo tempo eficiente, (...)”.

Algumas informações adicionais foram divulgadas pelos respondentes, que de forma livre se manifestaram, reafirmando alguns pensamentos que já foram mencionados anteriormente, e trazendo outros subsídios de significativa relevância para este trabalho de pesquisa.

Para o professor VO, que atuou no Curso do PROEJA, na cidade de Lima Duarte, o planejamento antes da escolha de formação profissional do curso, onde se subentende pesquisa de demanda, é uma ferramenta eficaz para uma decisão mais acertada.

“Antes de escolher qual curso profissionalizante que será lecionado no PROEJA, acho que teria de realizar uma pesquisa sobre a realidade dos alunos, o tempo disponível de estudo extra-classe, para não escolher um curso muito complexo”.

Outra expressiva revelação veio da Diretora de Desenvolvimento de Ensino, MF, que trouxe esclarecimentos a implantação do PROEJA em seus dois momentos, pelo IF Campus Rio Pomba, que na verdade, se configura numa síntese de todo o processo da implantação desses Cursos.

"Sobre a primeira turma do PROEJA, na cidade de Lima Duarte, foi uma parceria com o governo estadual, por intermédio de um convênio firmado entre o CEFET e a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. A parceria foi feita a fim de viabilizar a oferta do PROEJA pelo CEFET, pois na época, não havia disponibilidade de professores para lecionar as disciplinas do ensino médio. Dessa forma o estado patrocinou o ensino médio e o CEFET a educação profissionalizante. (...) A segunda turma teve início em agosto de 2008, no CEFET-RP. Foi oferecido o curso técnico integrado em Agente comunitário de Saúde. Já em outra realidade e contando com um maior apoio e incentivo do Governo Federal, o qual disponibilizou vagas para a contratação de professores".

Para pedagoga MB, que teve participação direta no segundo momento do Programa, do IF Campus Rio Pomba, na implantação do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, a dificuldade que se viu, ainda foi à falta de profissionais qualificados. Apesar da experiência do primeiro momento, que já existia, assim mesmo, o IF Campus Rio Pomba não estava preparado para implantação de um outro Curso do PROEJA. O que pode ser compreendido em função do fator novo. O primeiro foi realizado em outra cidade, portanto fora do campus de Rio Pomba, e o segundo estava para acontecer no próprio campus. O que demonstra que o público do PROEJA, neste aspecto, seria um público inédito no campus de Rio Pomba. Como também os cursos eram distintos, daí se justifica a falta de profissionais docentes qualificados para atuar nesse novo Curso do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba.

"A grande dificuldade na implantação do PROEJA foi à qualificação e formação dos professores para trabalhar com os alunos, era novidade para todos na Instituição. A própria Instituição não estava preparada para este tipo de público e até hoje está se adaptando para atender as necessidades do curso e certificar os alunos".

3.2- A implantação dos Cursos do PROEJA, pelo IF Campus Rio Pomba, na perspectiva dos(as) alunos(as).

As informações que foram apresentadas têm relação com os Cursos do PROEJA, praticados pelo IF Campus Rio Pomba, em dois momentos distintos. Tem fundamento nas respostas dos alunos(as) que participaram das entrevistas deste Trabalho de Pesquisa. No primeiro momento com o Curso do PROEJA em Técnico de Informática, realizado na cidade de Lima Duarte, e o segundo momento, que foi o Curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, que aconteceu no próprio campus de Rio Pomba.

Foi encontrado na oportunidade de estar fazendo o Curso do PROEJA, o suporte para analisar a percepção dos alunos (as) em relação à proposta pedagógica desenvolvida nesses Cursos. Podendo estar relacionada a um acontecimento que trouxe satisfação ou insatisfação, dos(as) alunos(as), com o curso. Para a satisfação, numa demonstração de que a oportunidade de ter feito ou de estar fazendo o Curso do PROEJA ser bem recebida, e que desperta a atenção para o Curso. Em situação inversa, de insatisfação, traz evidências da oportunidade de ter feito ou de estar fazendo o Curso do PROEJA, não ser bem recebida, trazendo rejeição e desmotivação, podendo inclusive ter sido ou ser causa de evasão.

Fez-se uma investigação dos “porquês” que estes alunos(as), que hoje fazem ou que fizeram o PROEJA, pararam de estudar no período regular de suas vidas, idade-ano escolar. Observamos nessa abordagem, que os fatores apresentados pelos(as) entrevistados(as), estão relacionadas as questões familiares, a justificativas por problemas econômicos e também para trabalhar, em que percebemos que se configura da mesma forma, a problemas econômicos. Pois quem parou de estudar para trabalhar, foi com o propósito de prover o próprio sustento, ou o da família.

Assim, nas palavras do aluno DT, encontramos fatores de ordem econômica para explicar os motivos pelos quais, parou de estudar.

“Parei de estudar por achar que trabalhar no comércio de meu pai era suficiente para minha realização pessoal, mas quando consegui ter meu estabelecimento próprio fui obrigado a fechar por fatores econômicos, (...)”.

Também para o aluno AO, os motivos ao abandono dos estudos estão relacionados a fatores econômicos.

“Por falta de recursos financeiros”.

Igualmente o aluno GC, atribui à razão de ter parado de estudar a motivos econômicos.

"Eu morava na roça e não tinha condição de pagar para fazer o segundo grau".

Para a aluna PH, a causa de ter deixado os estudos foi o trabalho.

"Porque tive que optar por trabalhar e ficou difícil de conciliar as duas coisas, e naquele momento o trabalho era mais necessário."

Ainda o trabalho, nas palavras de TM, foi o motivo para parar de estudar.

"Parei de estudar porque trabalhava. (...), como precisava trabalhar, achei mais fácil parar de estudar".

A descontinuidade do estudo, para aluna FO, foi por razões de ordem familiar.

"Porque engravidei e casei".

Problemas de natureza familiar, ainda foram apresentados pela aluna GA.

"Porque tive que mudar de Rio Pomba em 1992, onde fui morar não tinha com quem deixar minha filha".

O que também se verifica para a aluna LR, imputando causa a problemas familiares.

"(...) arrumei 3 filhos maravilhosos, vivi uma época nas nuvens. (...), caí e o tombo foi feio, mas levantei e estou dando a volta por cima."

Para a aluna SC, do mesmo modo, revela a família como causa a ter parado de estudar.

"(...) para estudar fora ficava difícil, por causa de filho pequeno".

Também para aluna TA, o motivo é a família.

"(...) engravidei para casar em 1979 e não mais voltei".

Igualmente, para a aluna TF, a família foi a razão pela descontinuidade dos estudos.

"Parei de estudar porque não tive oportunidade de continuar, foi logo depois que casei, (...)".

Podemos analisar dessas informações apresentadas, que o PROEJA, se apresenta como um Programa de Políticas Públicas, bastante viável as necessidades desses pais e mães de família, que tiveram que abandonar os estudos em algum momento de suas vidas, por razões determinantes, mas alheia à vontade desse público. Dessa maneira, o PROEJA se afirma como um programa de cunho social de inclusão e de resgate à cidadania. Proporciona

oportunidades a um público especial, em relação idade-ano escolar, de modo que estes pais e mães de família retomem os estudos, e ainda recebam formação profissional, o que lhes permitirão maiores chances no mundo do trabalho, e com melhores salários.

Outras informações que foram reveladas nas entrevistas, e que também foi motivo de investigação, são aquelas relacionadas com a escolha da Escola para voltar a estudar, e as que trazem justificativas do retorno aos estudos, em relação aos Cursos do PROEJA, do IF Campus Rio Pombas, em seus dois momentos distintos, o PROEJA da cidade de Lima Duarte, e para o PROEJA no campus de Rio Pomba.

Primeiramente então, com base nas entrevistas dos(as) alunos(as) do Curso do PROEJA em Técnico de Informática, buscou-se esclarecimentos à escolha da escola e para volta aos estudos.

Encontramos nas palavras do aluno DT, justificativa para escolha da escola, com base na gratuidade do ensino, e também à confiança na Instituição, neste caso o IF Campus Rio Pomba, por já ter formado outros conterrâneos. Para volta aos estudos DT, revela que foi para concluir o Ensino Médio, e daí surgiu também a oportunidade do Técnico:

"Estudando nas Escolas Estaduais e Federais não há mensalidades e o IFET de Rio Pomba já formou muitos limaduartinos. Voltei a estudar para ter o Ensino Médio, depois surgiu o técnico, espero com isso melhorar profissionalmente".

A aluna AM, diz que a escolha da Escola foi em função da comodidade em estudar perto de casa. E seu retorno ao estudo se deu em função do Ensino Médio, era uma exigência do trabalho.

"Porque era a que ficava mais perto de onde eu morava, e eu voltei porque precisava do Ensino Médio para trabalhar como Auxiliar de Creche".

O que igualmente se verifica nas palavras do aluno AO, para escolha da Escola, que foi em função de estar mais perto. Para volta ao estudo, justifica que aconteceu em função da vontade de concluir os estudos e pela formação profissional.

"Falta de opção mais próxima, e voltei porque além da vontade de concluir meus estudos, houve também a necessidade de enriquecimento profissional".

Para a aluna VL, a escolha da Escola foi por falta de outras opções, e a volta aos estudos foi para concluir o Ensino Médio.

"Foi o que tinha um curso para dar continuidade, pois ainda não tinha o 2º grau completo".

Em relação ao Curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, com base nas entrevistas dos(as) alunos(as), desta pesquisa, foi apresentado esclarecimentos à escolha da escola e para volta aos estudos.

Foram encontradas nas palavras da aluna FO, que a escolha da Instituição foi em função da qualidade do ensino, e que o retorno aos estudos foi pela oportunidade que apareceu, de fazer o ensino médio em menos tempo, e ainda fazer um curso técnico.

"Por ser uma Escola Federal, e seu ensino ser diferenciado e a oportunidade foi boa, (...). Voltei a estudar pela oportunidade de completar o ensino médio em apenas 2 anos e ter um curso técnico".

Igualmente foi verificado para a aluna PH, que atribui o fato de retomar os estudos, a oportunidade de concluir o Curso em pouco tempo, e também de fazer o 2º grau.

"Pela oportunidade de estar concluindo o curso em 2 anos e pela oportunidade de concluir o 2º grau e poder ter oportunidades em outros cursos".

Para a aluna GA, a escolha da Instituição foi com base na oportunidade e na credibilidade dessa. E que sua volta aos estudos, foi porque sempre teve vontade de concluir o ensino médio e continuar estudando.

"Porque foi uma oportunidade maravilhosa que apareceu, por ser uma escola séria. Voltei a estudar porque sempre tive vontade de acabar de concluir o ensino médio e dar continuidade, (...)".

Entretanto, observamos que para alguns entrevistados(as), a formação profissional de Técnico de Agente Comunitário de Saúde foi fator decisivo para o retorno ao estudo. O que demonstra aceitação do curso e da proposta pedagógica adotada. Também alguns desses alunos(as), já atuavam na área de conhecimento do curso, mas não tinham a formação técnica.

Tal fato pode ser verificado nas declarações da aluna LR, cuja escolha da Instituição foi baseada no orgulho que sente de estudar numa Escola Federal, e que voltou a estudar para concluir o Ensino Médio. A aluna também atua nessa área do conhecimento do curso, e tem expectativa de ser uma ótima Técnica de Agente Comunitário de Saúde.

"(...) também é muita honra estudar em uma Escola Federal. Achava que nunca chegaria aqui e cheguei com a graça de Deus. Voltei a estudar por causa do meu trabalho, para entender mais, concluir o 2º grau, e concretizar os meus objetivos. Ser uma ótima técnica de Agente Comunitário de Saúde, pois me considero profissional na área que atuo".

A formação profissional desse Curso do PROEJA, em Técnico de Agente Comunitário de Saúde, foi também determinante para a aluna SC voltar a estudar. A escolha da Instituição foi porque considera ser uma grande oportunidade, estudar perto de casa e na área que gosta de trabalhar.

"Porque foi a oportunidade única que surgiu e mais perto de casa e dos filhos. Voltei a estudar para me profissionalizar em Agente Comunitário de Saúde para ter um trabalho respaldado por leis, porque é uma área que eu gosto de trabalhar".

Para a aluna VM, a escolha da Instituição, IF Campus Rio Pomba, foi também em função do Curso do PROEJA oferecido. Revela ainda, que voltou a estudar na expectativa de recuperar o tempo perdido.

"Porque tinha o curso que eu estava procurando. Voltei estudar tentando correr atrás de tempo perdido e também porque gosto de estar bem informada, aprendendo coisas novas".

Nas palavras da aluna GS, verificamos que voltou a estudar pela oportunidade de fazer o ensino médio e profissionalizante, em pouco tempo. Também apresenta justificativas em função do conhecimento adquirido no Curso, que é a mesma área de conhecimento do seu trabalho.

"Porque estou fazendo dois cursos em um, em apenas pouco tempo, surgiu esta oportunidade para concluir o ensino médio e também estou aprendendo a lidar com pessoas na área em que eu trabalho".

O aluno GC, revela que voltou a estudar pela oportunidade de concluir o 2º grau, e ainda recendo o auxílio do Governo Federal. Nesse contexto, podemos analisar que esse auxílio, se constitui em um fator de incentivo para esses alunos do PROEJA.

"Foi uma oportunidade que o Governo nos ofereceu e ainda incentivando com a ajuda de 100 reais. Surgiu a oportunidade e resolvi abraçar com garra para concluir o 2º grau e as portas se abrem para vários cursos".

Também em função das informações apresentadas, podemos desvelar que o Curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, trouxe a qualificação e a profissionalização técnica para Agentes de Saúde, que já atuavam, mas sem a formação específica. Essa demanda foi verificada através de pesquisa local e na região do entorno, que foi realizada por ocasião da implantação do Curso, e que detectou que na região crescia a oferta pelas prefeituras de emprego nessa área. Assim, o Curso do PROEJA de Agente Comunitário de Saúde, veio ao encontro a demanda já existente, de onde denotamos que alguns alunos(as) desse Curso já exercem essa atividade, sem a qualificação necessária, mas que buscam na Formação Profissional, que é oferecida pelo PROEJA do IF Campus Rio Pomba, o conhecimento necessário para se efetivarem como Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Outra informação esclarecedora veio da aluna TF, que revela que com a oportunidade do PROEJA, voltou a estudar, e viu que foi muito bom. Contudo, podemos analisar em sua declaração, a síntese da incerteza que paira sobre esse público especial, e carente de olhares mais focado a sua realidade.

“Eu voltei a estudar porque sempre tive vontade de voltar a estudar, mas achava que os adolescentes não iriam me aceitar, eu acabaria parando não ia também conseguir acompanhar as matérias. Agora surgiu esta oportunidade com o PROEJA e com o incentivo de meus filhos acabei criando coragem e vi que foi muito bom, pois reencontrei meus colegas daquela época, e estou gostando muito do curso”.

Encontramos no texto de Moll (2010), a confirmação de como é difícil o caminho para retornar à vida escolar, daqueles que deixaram de ser estudante há muito tempo.

“O retorno à escola não é uma tarefa simples para quem já deixou de ser estudante há muito tempo ou que saiu por ver expectativas exauridas e sonhos frustrados. É preciso trazer esses estudantes de volta à escola (...)”. (MOLL et al., 2010, p. 135).

Muitas dessas dificuldades estão relacionadas com a insegurança que atinge esse segmento, como o medo de voltar a estudar e não ser aceito pelos colegas. Também de não conseguir acompanhar as matérias e novamente parar de estudar. Portanto, não se tem a certeza que esses homens e mulheres que já deixaram de ser estudante uma vez, não deixem novamente a escola.

4- A implementação dos Cursos do PROEJA, pelo IF Campus Rio Pomba, em dois momentos distintos.

4.1- Implementação na perspectiva de professores(as), pedagogos(as) e gestores(as).

Encontramos na manifestação dos entrevistados(as), o suporte para compreensão de qual maneira aconteceu a implementação dos cursos do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba.

Assim, para o Diretor Geral da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, PA, os alunos do PROEJA em Técnico de Informática, da cidade de Lima Duarte, tinham na sua maioria muito interesse pelo curso. Buscavam nessa oportunidade uma grande chance a ser aproveitada, entretanto, alguns não tiveram essa percepção e ficaram pelo caminho, desistiram do curso. Evidencia-se também, na declaração de PA, quando diz “dois cursos”, a separação do ensino médio, com o técnico, que ocorreu para esse Curso do PROEJA, que foi implementado na modalidade de concomitância.

“Os alunos demonstravam, na grande maioria, muito interesse por todas as disciplinas, viam naquela oportunidade a última para a conclusão do Ensino Médio. Quando tiveram a oportunidade de fazer, além do Ensino Médio um curso profissionalizante, foi uma grande euforia, mas muitos não tiveram a persistência necessária para a conclusão dos dois cursos”.

Podemos verificar na declaração do professor CIP, que atuava no Ensino Médio para o PROEJA, que nesse caso em função da concomitância, seria Ensino Médio da EJA, que a turma era bastante interessada, mas com um conhecimento limitado.

“Sim, estão extremamente dispostos a aprender, apesar das limitações”.

Essa dificuldade na aprendizagem foi comentada ainda pela professora WM, que do mesmo modo atuava no Ensino Médio do PROEJA.

“Era uma turma de alunos mais velha, apresentavam dificuldades com a matéria, mas estavam sempre interessados”.

Também o professor VO, que foi o único docente atuando nas disciplinas de formação profissional, no Curso do PROEJA em Técnico de Informática, faz referência as dificuldades de assimilação do conteúdo desses alunos(as).

"A disciplina que eles tiveram mais dificuldade foi algoritmo por ser bem complexa e trabalhar com o raciocínio lógico".

Essa dificuldade que muitas vezes se coloca como barreira para continuidade dos estudos, se apresentando como fator de desmotivação, pode ter indicadores na própria circunstância em que foi processado o Curso. Este fato se verifica com a disponibilidade de apenas um professor para as disciplinas de Educação Profissional, com 1.200 horas de aula, na falta de pesquisa para se levantar as demandas local e regional, que trouxe a escolha de um Curso não totalmente aceito, além de outras situações que somadas as dificuldades já existentes, pela própria história de vida desses alunos, precisam ser corrigidas.

Encontramos apoio em Moll (2010), para explicar a necessidade de se mudar a percepção à presença desses alunos(as) no ambiente escolar:

"da relação do ensino com o sucesso escolar e a garantia da aprendizagem: entrar, permanecer e aprender implicam uma mudança de fundo, uma mudança no olhar do professor na direção dos estudantes para superação da profecia que se "autorrealiza" e que reproduz no cotidiano da sala de aula olhares, falas e gestos que dão conta da descrença do professor em relação aos estudantes e a sua capacidade de aprender". (MOLL et al., 2010, p. 135).

Ainda podemos perceber nas palavras de VO, que apesar da interferência de fatores limitadores, existia por parte destes alunos(as) vontade de aprender, eles não queriam perder nem mais um instante:

"Essa vontade toda de estudar é por terem perdido muito tempo de suas vidas e com a oportunidade do PROEJA eles queriam aproveitar cada segundo".

Para o Curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, a Diretora de Desenvolvimento de Ensino, MF, trás a informação que os(as) alunos(as) vêem o curso como uma oportunidade boa:

"Por serem todos adultos, pais e mães de família encaram esta oportunidade com seriedade e muita satisfação".

Igualmente encontramos na fala da pedagoga MB, relatos dessa vontade de aprender que foi observada pelos(as) professores(as):

"Como coordenadora e diante do relato dos professores observamos que muitos alunos chegam interessados em aprender e a melhorar realmente".

Podemos analisar que o Curso do PROEJA de Agente Comunitário de Saúde, em virtude da maneira que aconteceu esse curso, de forma planejada, em que a escolha foi com base em pesquisa para se verificar a demanda, que foi realizada no município e nas regiões do entorno, muitos desses alunos(as), por essas razões, já estavam atuando na área de formação profissional do curso nas prefeituras de suas cidades. Outros(as) estão aguardando essa oportunidade de trabalho.

Assim, pelos motivos expostos, houve um grande interesse na aprendizagem das disciplinas do Curso. Inclusive tirando proveito desse conhecimento, de modo a entender melhor os filhos(as) adolescentes. Notadamente esse interesse dos(as) alunos(as) se verifica nas palavras da professora AA:

"Alguns deles já trabalhavam na área de saúde e tinham algumas dificuldades para lidar com esta faixa etária. Outros possuíam filhos em casa com as mesmas dificuldades e eles puderam conhecer o processo de mudanças que ocorre nesta etapa da vida e entender melhor as dificuldades dos adolescentes".

Nos relatos da professora PR, igualmente, encontramos o uso do conhecimento aprendido junto aos familiares.

"Valorizavam muito a disciplina e as aulas. (...) Queriam aprender mais para ensinar os filhos ou netos e também para continuar os estudos".

Também, percebemos a motivação desses alunos(as) em relação ao Curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, na manifestação da professora CP, e que ainda, o conhecimento aprendido tinha aplicação para além da atuação profissional, pôde ser aplicado na própria turma.

"Acredito que por ser uma turma fortemente heterogênea, já fora do ambiente escolar a mais tempo, de diferentes idades e realidades, esta disciplina atuou além dos conceitos para aplicação profissional, mas para uma aplicação na própria turma. O tema trabalhado na disciplina teve um papel conciliador, nivelador e fortalecedor de laços

entre colegas, fazendo sentirem-se valorizados e inseridos realmente no ambiente escolar."

Dessas informações, destacamos o fato de ser esta turma muito heterogênea. Podemos analisar, que o fator de inclusão foi contemplado, além de podermos identificar, ainda, a democratização do acesso à Instituição, para o público do PROEJA, com a presença de alunos(as) com diferentes idades. Em virtude dessa heterogenia, é possível que as relações inter-pessoais e intra-classe, possam às vezes se complicar. É preciso uma intervenção pontual, no sentido conciliador e fortalecedor dos laços de amizade entre os(as) alunos(as) do PROEJA. Tal gesto traz consigo implicações positivas, no sentido da permanência desses alunos(as) no Curso.

Com apoio nas informações prestadas pelos entrevistados(as), deste Trabalho de Pesquisa, foi analisada a implementação dos Cursos do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, em seus dois momentos, para o Técnico de Informática e para o Técnico de Agente Comunitário em Saúde.

Para o Curso do PROEJA em Técnico de Informática, na análise de PA, Diretor Geral da Escola Estadual aonde foi realizado o Curso, considera essa turma como uma das melhores que passaram pela Escola.

"(...) posso avaliar aquelas turmas de Educação de Jovens e Adultos, como as melhores que já passaram pela Escola, principalmente os alunos que participaram do PROEJA".

Podemos analisar para essa informação apresentada por PA, que a concomitância entre o Ensino Médio e o Técnico, que aconteceu no Curso do PROEJA em Técnico de Informática, fica evidenciado nas palavras "principalmente os alunos que participaram do PROEJA", ou seja, principalmente os alunos que continuaram fazendo os dois cursos, Ensino Médio na figura da EJA, mais o Técnico, nesse caso, se configurando no PROEJA. Isso fica ainda mais evidente, quando PA se refere ao número de alunos que começaram o PROEJA, e quantos terminaram.

"Inicialmente eram aproximadamente 60 (sessenta) alunos interessados e que iniciaram o curso profissionalizante, mas só concluíram uns 20 (vinte), estes sim foram alunos persistentes e com grandes possibilidades de prosseguirem no trabalho fazendo uso do que aprenderam (...).

Para essa declaração podemos considerar que como o curso foi em concomitância, muitos desses alunos que não terminaram a formação profissional, concluíram a EJA, o Ensino Médio. O que lhes deu o direito de receber a certificação de conclusão do Ensino Médio. Entretanto, se faz necessário a explicação de que para se formar em PROEJA, é necessário o conjunto dessas ações, a conclusão da EJA, mais a formação do Técnico.

Ainda comentando essa declaração de PA, mas para uma análise em relação ao numero alto de desistências, podemos explicar, que esse fato aconteceu devido à complexidade do Curso em Técnico de Informática, o qual foi implementado para essa turma do PROEJA. Também, como causa para esse acontecimento, podemos imputar responsabilidade ao modelo de concomitância que foi praticado para esse Curso. Isto se justifica na certeza dos(as) alunos(as), de que mesmo desistindo da formação profissional, ainda assim, receberiam a certificação da EJA. Fato esse, que ainda precisa ser comentado, pois, se a modalidade não fosse em concomitância, e sim, formação profissional integrada ao ensino médio, essa certificação separando médio de técnico não poderia ocorrer. O que ainda permite analisar, que a modalidade em concomitância atua como um fator de desestímulo a conclusão da formação profissional, visto que, ao sinal da primeira eventual dificuldade, o(a) aluno(a) tende a optar para formação EJA. Mesmo porque, o recebimento do diploma para a Formação Técnica, tem como condição indissociável a conclusão do técnico e a comprovação de terminalidade do Ensino Médio, a EJA.

Encontramos nas palavras do professor CIP, que lecionou disciplina do ensino médio, para o Curso do PROEJA em Técnico de Informática, comentários da necessidade de se dosar ensinamento, sem ultrapassar os limites desses alunos(as).

"Tentei fazer com que eles aprendessem o máximo possível sem ultrapassar os seus limites, idade, tempo para estudar, problemas familiares".

Nas declarações de VO, professor das matérias de formação profissional, do Curso do PROEJA em Técnico de Informática, percebemos revelações das peculiaridades desse público. Também é denotado o apoio da gestão, neste aspecto, suas informações têm como referencia a Direção da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, de Lima Duarte, que deu todo apoio para que os alunos(as) concluíssem o curso.

"(...) eles tinham muita vontade de aprender, estavam sempre atentos ao que o professor ensinava. O que atrapalhava um pouco é que 95% da turma trabalhavam o dia todo, e muitos deles chegavam cansados

para estudar e a idade de vários alunos era acima de 40 anos. (...) Quanto à gestão, fez de tudo para essa turma, do PROEJA, sempre atenta aos problemas da turma, sempre motivando os alunos a concluir o curso, dando total apoio e acompanhando de perto a turma”.

Esse apoio da gestão, acompanhando o desenvolvimento da turma, é ainda revelado nas palavras da pedagoga TC:

“Sempre fui parceira das turmas e buscava soluções para suas dificuldades, acompanhando, diariamente, os seus desenvolvimentos”.

Para o outro Curso do PROEJA do IF Campus Rio Pomba, Técnico em Agente Comunitário de Saúde, também foi realizada uma análise da implementação desse Curso, com apoio nas informações prestadas pelos(as) entrevistados(as) nessa dissertação.

Foi observado na declaração da pedagoga MB, informações que fazem alusão às peculiaridades do público PROEJA, e a necessidade de se adotar estratégias diferentes na condução dos trabalhos.

“Trabalhar com turma do PROEJA é diferente das turmas regulares, o público é de pessoas mais maduras, que trabalham e que na sua maioria chegam, mesmo cansados de um dia de trabalho, com muita vontade de aprender e recuperar o tempo perdido”.

O público atendido pelo PROEJA, até então sem precedentes na história das Instituições Federais de EPT, trouxe consigo a preocupação de se estar trabalhando com algo inédito, donde se pressupõe também a falta de experiência na implementação do Curso.

Nesse contexto, identificamos na fala da professora CP, justificativas as dificuldades em se trabalhar com uma situação incomum.

“Há o fator limitador do novo, que esta modalidade apresenta devido ao público que é direcionado”.

Também para professora IR, trabalhar como o PROEJA foi desafiador, essa modalidade de educação ainda era desconhecida:

“Foi um desafio muito grande assumir a turma de PROEJA, pois eu nunca havia ouvido falar dessa modalidade de ensino e eu precisava entender o objetivo do curso para poder moldar minhas aulas, (...) e praticamente todos os envolvidos possuíam pouco conhecimento a respeito dessa modalidade de ensino”.

Nesse aspecto, onde se discute as dificuldades encontradas quando se trabalha com o “novo”, encontramos na fala da professora AA, a satisfação em trabalhar com o público desse Programa:

"No início achei que teria um pouco de dificuldade por ser uma turma mista em faixa etária. Com o tempo pude ver o quanto era gratificante para todos, inclusive para o professor, devido às trocas de experiências que ocorreram".

Podemos analisar desse segundo momento do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, com o Técnico em Agente Comunitário de Saúde, que apesar de toda a preocupação com a implantação do Curso, em que a escolha para formação profissional aconteceu a partir de uma pesquisa para se verificar a demanda, e o grau de aceitação do curso, ainda assim, se percebeu a inexperiência inicial dos profissionais docentes, para se trabalhar com esse público. A experiência adquirida no primeiro momento do PROEJA em Lima Duarte, deu ao IF Campus Rio Pomba uma orientação, mas algumas limitações, entre elas a falta de profissionais qualificados, que foi um entrave para o primeiro Curso do PROEJA, no segundo momento, para o Curso do PROEJA em Técnico em Agente Comunitário de Saúde, ainda continuava ser uma preocupação. Tal fato pode ser explicado em função do Programa ser o mesmo, mas os Cursos eram diferentes. Donde subentende a necessidade de profissionais docentes com qualificação em outra área do conhecimento, que não aquela considerada para aquele curso do PROEJA em Técnico de Informática.

Mas o IF Campus Rio Pomba, procurava mudar essa realidade, buscando apoio na experiência de profissionais que pudessem contribuir com o Programa. Além também, de investir na capacitação dos profissionais que atuavam no PROEJA. Não obstante, ainda um grande apoio institucional, atitudes que fizeram toda a diferença.

Assim, as dificuldades em se trabalhar com o público do PROEJA, que se caracterizava como uma situação incomum, aos poucos deixou de ser. Isso fica muito nítido na declaração da Diretora de Desenvolvimento Educacional, professora MF, que confirma o empenho de todos os envolvidos para o sucesso do Programa, o que segundo a professora, se conseguiu alcançar para o PROEJA em Agente Comunitário de Saúde.

"Dedicava tempo para reunir com a equipe responsável pela implantação do PROEJA, ouvia idéias, críticas, comentários e principalmente sugestões, para melhor atingir os objetivos do projeto. (...) Mas, o esforço de toda uma equipe de profissionais envolvidos no projeto, altamente motivados, foi envolvendo e

contagiando a comunidade acadêmica. À medida que os problemas iam surgindo eram resolvidos com soluções conjuntas, num clima de vai dar certo. E isto a meu ver, foi o segredo do sucesso do nosso PROEJA”.

Buscando apoio nas entrevistas, que são as manifestações apresentadas pelos(as) entrevistados(as) desse Trabalho de Pesquisa, vamos fazer uma análise do envolvimento desses profissionais junto ao público PROEJA, no processo de implementação do Programa, onde serão contemplado os dois momentos distintos dos Cursos praticados pelo IF Campus Rio Pomba.

Desse modo, para o Curso do PROEJA em Técnico de Informática, verificamos na declaração da pedagoga TC, que seu envolvimento com os(as) alunos(as) do PROEJA de Lima Duarte foi em função da coincidência de horário, ela trabalhava no período noturno, horário em que o curso acontecia. E revela ainda sua dedicação com o curso:

“(...) trabalhei porque as turmas estudavam no meu turno, Mas me entreguei de corpo e alma porque gosto muito de lidar com educação de adultos e também por ser uma experiência diferente”.

Em relação à fala da professora WM, deixa transparecer que foi uma experiência prazerosa, assumiu a turma por um tempo e, por opção, ficou até o final do curso.

“(...) a professora que trabalhava com eles deixou a turma no final do 1º período e para não ter designação resolvi assumir a turma até o final do ano. Foi tão bom e gratificante trabalhar com essa turma que decidi acompanhar eles até o final do curso”.

Para o professor CIP, igualmente revela que também encontra satisfação em Trabalhar com o público PROEJA:

“Foi minha opção, trabalhar com adultos é muito proveitoso em todos os sentidos”.

Sobre essas considerações, podemos analisar que são de professores que atuaram nas disciplinas do ensino médio, do curso do PROEJA de Lima Duarte. São informações que retratam o comportamento desses alunos(as) do PROEJA, mas que estariam cursando essas disciplinas junto a EJA. O que se justifica em função da concomitância que aconteceu entre o Ensino Médio, EJA, com o Ensino Técnico. O ensino médio começou primeiro, um semestre antes. Essa separação das duas formações, médio e técnico, levou os alunos(as) a terem

sentimentos diferenciados por curso. O que também se explica em função da formação profissional técnica ter seguido por percursos complicados durante a implementação, com um único professor para todas as disciplinas, um currículo pedagógico complexo, longe da realidade do público do PROEJA. Assim, pelo que se pôde verificar, em relação ao Ensino Médio não existiram maiores problemas de execução. Entretanto, nas disciplinas de formação profissional do PROEJA em Técnico de Informática, a parte que coube ao IF Campus Rio Pomba e que ficou na incumbência de um único professor, não foi tão exultante.

Outro fato a ser considerado, é a falta de preparação prévia dos professores para atuar com o público do PROEJA. São alunos(as) possuidores(as) de características distintas, o que se subentende a necessidade de uma pré-qualificação dos docentes, ação que não aconteceu, e cuja escolha desse profissional para atuar junto ao curso, PROEJA em Técnico de Informática, foi com base exclusivamente na sua disponibilidade. Sobre esse acontecimento, o professor VO, comenta:

"Na verdade fui lecionar para o PROEJA porque um professor de informática tinha que trabalhar em Lima Duarte e com isso na época, a diretora de ensino, perguntou se eu poderia lecionar para essa turma por eu ser o único professor de informática solteiro, pois teria que passar a semana em Lima Duarte".

A ausência de qualificação no primeiro momento do PROEJA, Técnico de Informática, foi manifestada pela Coordenadora Geral de Ensino do IF Campus Rio Pomba, BE, reconhecendo que seria outra à realidade desse curso, em Lima Duarte, se isso tivesse acontecido.

"Por isso acho importante esta especialização do PROEJA que é oferecida hoje em Rio Pomba. Penso que a qualificação deveria ter vindo antes da implantação do projeto. Os resultados teriam sido melhores".

Em relação ao PROEJA em Agente Comunitário de Saúde, realizado no próprio Campus Rio Pomba, em relação à implementação, houve uma sensação de despreparo para atuar junto desses alunos(as). Acontecimentos esses corrigidos posteriormente com apoio da Coordenação do Curso, mas que pode ser identificado na declaração da professora IR:

"(...) confesso que fiquei um pouco desorientada no início das aulas, pois em minha graduação não houve preparação para lecionar para este tipo de público".

Para professora CP, observamos em suas palavras, que interagir com o público do PROEJA foi escolha sua, foi à aceitação de um convite que havia sido feito, e que estava ciente dos desafios a serem superados.

"Foi um convite da Coordenação do Curso que aceitei com total empenho e felicidade. Primeiro porque é um desafio devido às particularidades desta modalidade. Segundo pelo cunho social do programa e seu efeito se estende para além do profissional, aos núcleos familiares e sociais a que o aluno pertence (...)"

Nesse aspecto, reforça-se a evidência de uma mudança no modelo de trabalho em função das peculiaridades desse segmento, em que fatores ligados à experiência com esse e desse público devem ser valorizadas. Essa transformação na maneira de implementação do PROEJA em Agente Comunitário de Saúde, não demorou a acontecer, buscando apoio na experiência de quem já estava atuando com esse segmento. Essa revelações se confirmam nas palavras da Coordenadora Geral de Ensino, BE:

"Com relação aos gestores que deram continuidade aos trabalhos me substituindo (...), mas sei que (...) estava muito comprometida e depois a (...) pegou a coordenação, ela chegou de Januária com grande experiência em PROEJA".

Ainda sobre aspectos relacionados à implementação, se realizou uma abordagem do material didático-pedagógico que foi adotado pelo IF Campus Rio Pomba, para o PROEJA, nos Cursos em Técnico de Informática e para o Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Encontramos no primeiro momento do PROEJA, o Técnico de Informática, na declaração do Diretor Geral, PA, evidências de que o material didático-pedagógico adotado, não foi o que se queria para o curso, mas foi o que se pôde oferecer naquele momento.

"O material didático-pedagógico adotado foi o melhor possível para aquele momento (...)"

O que também se confirma nas palavras da pedagoga TC:

"Como era a primeira experiência nossa e do CEFET, adaptamos um pouco o material didático-pedagógico, mas ao final achamos que ninguém ficou prejudicado e que os objetivos propostos foram atingidos".

Novamente podemos notar o despreparo do IF Campus Rio Pomba, nesse primeiro momento do PROEJA. Mas também, verificamos que todos dedicavam empenho no sentido de superar as dificuldades que surgiam. Visto que o PROEJA é uma política educacional nova, sem precedentes para Instituições Federais de EPT, que compõe a Rede Federal de Educação, é compreensivo que tudo, inclusive o material didático-pedagógico não estivesse a contento nesse primeiro momento.

Neste aspecto, que deve ser considerado, sobre o fato do PROEJA ser uma política pública inovadora, encontramos apoio em Moll (2010).

“A prospecção de uma política pública inovadora como o PROEJA exigiu dos gestores mecanismos distintos dos usualmente utilizados na proposição de ações e programas no campo da educação”. (MOLL et al., 2010, p. 137).

Em relação ao ensino Profissional Técnico, percebemos uma liberdade no modo de agir, no concernente ao material didático-pedagógico. O IF Campus Rio Pomba, não padronizou essa ação, deixando que isso se desenvolvesse num campo bem democrático de atuação. Essa liberdade no modo de agir, se verifica no conteúdo da fala do professor VO:

“O material foi desenvolvido pelo professor de informática, no caso eu. Tentei desenvolver um material de fácil linguagem, facilitando o entendimento e tentei adaptar para realidade dos alunos do PROEJA”.

A Coordenadora Geral de Ensino, do IF Campus Rio Pomba, BE, também concorda que o material didático-pedagógico apresentado não estava satisfatório.

“No primeiro momento não, porque ninguém estava preparado. Fomos fazendo conforme tínhamos condições de fazer, mas para turma de Rio Pomba já foi diferente (...)”.

Assim, tendo como referência o segundo momento do Programa, para o Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, em que é notória a diferença nos conteúdos das declarações sobre o assunto “material didático-pedagógico”, em relação ao primeiro momento do PROEJA. Percebe-se essa mudança no nítido distanciamento das situações que envolviam improvisos e adaptações. Essa consistência nas atitudes pode ser observada nas palavras da pedagoga MB:

“O material usado é todo preparado pelos professores de acordo com as orientações recebidas do MEC, através do material de apoio do

PROEJA. Os professores preparam apostilas para facilitar o aprendizado, (...)”.

Que se confirma nos comentários da professora CP:

“A Instituição atendeu prontamente as necessidades, deu liberdade de trabalho em relação a conteúdo, metodologia e material didático”.

Portanto, nesse contexto, encontramos ainda na fala da professora AA, a confirmação da integração de esforços, empregada nesse segundo momento do PROEJA.

“Os gestores não mediram esforços para que o curso fosse dado da melhor maneira possível”.

Desviando o nosso olhar para outro ponto, em relação à implementação do PROEJA, mas com foco no consentimento dos gestores em relação à criação do Curso, e na execução do Programa por todos os envolvidos no projeto, entrevistados(as) dessa pesquisa, foi realizada uma análise das declarações prestadas, de modo a esclarecer essas questões.

Observou-se nas respostas dos(as) entrevistados(as) dessa pesquisa, relacionadas ao curso do PROEJA de Técnico em Informática, na fala do Diretor Geral, professor PA, um sentimento de gratidão com aqueles que promoveram e trabalharam para realização desse curso na cidade de Lima Duarte.

“(...) vou aproveitar mais esta oportunidade de falar bem e enaltecer a todos que contribuíram para esta belíssima iniciativa, ou seja, dar oportunidades iguais a que a vida deu caminhos diferentes”.

Também, acrescenta dizendo que qualquer oportunidade voltada para o público PROEJA é uma decisão acertada, mesmo que esta escolha de formação Profissional não seja das melhores para esses alunos.

“Qualquer curso profissionalizante oferecido a estudantes da Educação de Jovens e Adultos é sempre uma grande oportunidade para estas pessoas, (...)”.

Além disso, de maneira mais contundente o professor PA deixa transparecer que a escolha do Curso do PROEJA, em Técnico de Informática, era muito complexa para esses alunos(as), mas acertada em relação à oportunidade que se criou.

"Neste sentido o curso de Informática, embora muito pesado em meu entender, foi uma ótima experiência, pois ele qualifica e capacita os alunos para um mercado de trabalho muito amplo".

Complementando essas informações, ainda o professor PA, aponta as falhas dessa parceria entre a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque e o IF Campus Rio Pomba.

"(...) a falta de um planejamento mais detalhado, falta de uma proximidade maior das Instituições envolvidas, desinteresse de alguns alunos, falta de envolvimento da Comunidade, falta de equipamentos mais modernos, atualizados e a falta de pessoas capacitadas para conduzirem o projeto. (...) falta de estrutura das Escolas e demais Instituições parceiras, (...), falta de capacitação dos servidores para lidar com esta clientela, tão especial".

Analisando as declarações do Diretor Geral, o professor PA, observamos, que mesmo tendo conhecimento de toda falha na implantação e implementação do Curso do PROEJA, ainda assim, PA é um grande defensor do Programa. Reconhece os benefícios que o projeto trouxe a cidade de Lima Duarte, dando oportunidade a essas pessoas, o público do PROEJA. Esse reconhecimento se sintetiza na visão de "proporcionar oportunidades iguais a que a vida deu caminhos diferentes".

Também para outros envolvidos nesse Curso do PROEJA, na cidade de Lima Duarte, esse projeto trouxe novas oportunidades para o público do Programa. A pedagoga TC, apresenta em suas palavras uma percepção de um novo contexto de vida, que o curso proporcionou aos seus alunos(as).

"Com muita alegria, este curso veio acrescentar conhecimento à vida de todos os seus participantes. Vida esta que era muito limitada, com certeza. Seus horizontes se expandiram muito. Acho que tudo que soma para melhorar é sempre um grande avanço".

Em outro relato, a professora WM apresenta palavras de aprovação para o Curso, mas de angústia pela não continuidade do Programa. Essa frustração com o encerramento do convênio, que se deu juntamente com a conclusão do Curso, e que via de regra impossibilitou a continuidade do PROEJA em Lima Duarte, implicitamente deixa transparecer a importância desse Programa.

"Foi muito válido e acertado, mas infelizmente não deu continuidade".

Nas declarações do professor VO, também encontramos apoio ao Programa, considerando acertada a criação do curso, e igualmente, concorda com a abertura de outros cursos do PROEJA em Lima Duarte.

"Achei muito acertada a decisão. (...) Acho que deveriam ter mais convênios com Lima Duarte, (...) os alunos do PROEJA podem recuperar o tempo perdido, concluírem o segundo grau com um curso profissionalizante terão muito mais oportunidades no mercado de trabalho, (...)".

Durante o tempo em que o curso aconteceu na cidade de Lima Duarte, o professor VO, que foi enviado pelo IF Campus Rio Pomba, para lecionar as disciplinas do Técnico, para o Curso do PROEJA, permaneceu na cidade de Lima Duarte durante os dias letivos. Assim, em contato diário com os moradores da cidade, pôde conhecer mais de perto a realidade do município, e confirmar a importância desse curso do PROEJA para a comunidade.

Nesse contexto, percebemos o peso das palavras do professor VO, quando reforça a necessidade de se ampliar ou criar novos convênios desse Programa.

"(...) foram apenas 2 turmas formadas. Acho que teria de ter mais turmas do PROEJA no município de Lima Duarte. Os alunos além de concluírem 2 cursos, eles se sentem mais valorizados, tem mais perspectiva de uma vida melhor, de conseguir um emprego melhor (...)".

Para a Coordenadora Geral de Ensino, a professora BE, algumas falhas na condução do Programa afetaram a qualidade do Curso do PROEJA em Técnico de Informática. Situações essas causadas pelo pouco prazo, que foi determinado pela SETEC, e que foi um fator limitador para um planejamento melhor elaborado. Apesar desses percalços, para a professora BE, a decisão de criação do PROEJA, na cidade de Lima Duarte, foi acertada.

"Não tínhamos outra opção. Tínhamos uma ordem da SETEC para implantar o PROEJA. Gosto muito do programa só acho que ele deveria ter sido mais bem planejado pela SETEC para depois ser implantado, as escolas tinham que se preparar. Faltou qualificação dos profissionais e condições materiais para o primeiro momento. Mas, a intenção era boa e foi válido, é uma forma de promover inclusão social, melhora consideravelmente a auto-estima das pessoas. (...) O lado humano conta mais do que qualquer entrave que tivemos para implantá-lo".

Podemos analisar dessas informações vindas da professora BE, que a falta de qualificação dos profissionais foi um dos entraves para o primeiro momento do PROEJA do IF Campus Rio Pomba, além, também, da falta de condições materiais. Uma vez que o curso é voltado para um público com características peculiares, a SETEC deveria ter estruturado melhor as Instituições Federais de EPT, para o cumprimento do Decreto Presidencial, que institui a criação do PROEJA. Nesse aspecto, encontramos orientações no texto de Rua (1998), uma política para se obter sucesso precisa:

“(...) combinação necessária de recursos humanos, financeiros e materiais deve estar efetivamente disponível no momento adequado” (RUA, 1998, p.253).

No segundo momento do PROEJA, que está relacionado ao Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, notamos nas palavras da professora MF, Diretora de Desenvolvimento de Ensino, do IF Campus Rio Pomba, que a importância do Programa está na oportunidade que é oferecida a esse público, privilegiando essas pessoas carentes de possibilidades para formação profissional, de modo a oferecer novos caminhos, na expectativa da geração de emprego e renda.

“A princípio, fiquei um pouco insegura, porque se tratava de um curso totalmente fora dos padrões já trabalhados na Instituição. Com o passar do tempo, verifiquei que não só foi acertada, como também muito gratificante esta iniciativa, a considerar o entusiasmo dos alunos envolvidos. O que considero mais positivo neste Programa, foram às oportunidades propiciadas aqueles adultos que não tinham nenhuma perspectiva de qualificação e que passaram a ter, ao vislumbrar novas possibilidades, onde poderiam obter chances de emprego com salários melhores”.

Nas palavras da pedagoga MB, também encontramos informações que revelam a importância do Programa, incluindo o público PROEJA em espaços educacionais não imagináveis, antes do Programa, possibilitando a formação profissional técnica desses alunos(as), criando oportunidades na ocupação em postos de trabalho, com melhoria salarial.

“No início preocupada com o novo curso, era uma novidade na Instituição, acho que foi bom para a escola, assim participamos do programa de inclusão que tanto o Governo quer, pois o PROEJA é também uma forma de inclusão, é um programa para atender as pessoas carentes de informação e formação, fazendo assim com que

elas tenham uma formação técnica e uma profissão para que voltem ao mercado de trabalho bem mais preparado, (...)”.

Nessa perspectiva, igualmente atribuindo ao PROEJA características voltadas a inclusão social, a professora CP, revela que o Programa dá oportunidades a um segmento que necessitava desse apoio.

“(...) o fato do público atendido em sua maioria, tinha realmente a necessidade de ser incluído nesta política, pela questão social de inclusão e pela questão de oportunidade profissional”.

Ainda para professora CP, encontramos o reconhecimento de que esse público PROEJA é especial:

“O espaço da escola foi enriquecido com as experiências deste público”.

Outro apoio ao Programa, também pode ser verificado nas palavras da professora IR:

“Mas no decorrer das aulas e observando o curso, acredito que foi uma decisão acertada que beneficiará tanto o público atendido, os alunos, quanto à cidade, que ganhará com esses novos profissionais”.

Assim, podemos analisar que o PROEJA é um programa de cunho social de inclusão e de resgate à cidadania. Proporciona oportunidades a um público especial, em que a relação idade-ano escolar, se processa de maneira desarranjada. Desse modo, de forma abrangente o PROEJA atua na redução das desigualdades sociais.

A professora IR, lembra também, que além dessa oportunidade imperdível de retornar a escola e sair com uma formação profissional, capaz de conectar esses alunos(as) ao mundo do trabalho, ainda tem a ajuda de custo do Governo Federal, que esse público PROEJA recebe.

“Para os alunos que estão afastados a algum tempo da escola é uma oportunidade única de se ligarem ao mundo do trabalho, com uma qualificação digna e durante o período dos estudos ainda receber o auxílio”.

Esse auxílio que o Governo Federal repassa para os alunos(as), no valor de 100 (cem) reais/ mensais, para a professora MF, Diretora de Desenvolvimento de Ensino, se constitui

em um importante fator de apoio ao Programa. É um grande incentivo a esse público a permanecer no curso.

"Outro ponto positivo também, é a bolsa que os alunos recebem para estudar. Ajuda muito, eles têm despesas com transporte e complemento de material escolar".

Essa situação relacionada a esse auxílio, que é passado pelo Governo Federal aos alunos(as) do PROEJA, pode ser explicado no texto de Santos (2010):

"O PROEJA traz, para dentro da escola, trabalhadores concretos, com suas demandas concretas, e, com isso, a necessidade da bolsa de R\$ 100,00/mês, instituída para manter os alunos no curso, subsidiando, mesmo que precariamente, transporte e alimentação". (SANTOS et al., 2010, p. 126).

Algumas outras informações adicionais foram divulgadas pelos respondentes, que de forma livre se manifestaram, trazendo outros subsídios de significativa relevância para este trabalho de pesquisa, em relação à implementação do Curso do PROEJA, praticada pelo IF Campus Rio Pomba, na cidade de Lima Duarte.

Então, em relação ao Curso do PROEJA em Técnico de Informática, visualizamos nas palavras do Diretor Geral PA, indicativos de que o Programa é muito rico de possibilidades oferecidas. Proporciona formação regular e também formação técnica, no contexto do Curso de Lima Duarte, em concomitância entre o ensino médio e o curso de formação profissional, de modo a proporcionar a esse público amplas oportunidades.

"Além de oferecer o ensino regular, oferecer também um curso profissionalizante, PROEJA, é uma iniciativa riquíssima, pois garante a estes alunos e a estas alunas a oportunidade de se profissionalizarem garantindo a eles um leque de oportunidades muito maior".

Para pedagoga TC, ainda em relação a esse Curso do PROEJA, a opção de dois cursos diferentes, ao invés da oferta de duas turmas em Técnico de Informática, teria causado um maior estímulo a esses alunos, o que teria reduzido bastante à evasão escolar desse curso.

"Eu penso que como os alunos não tiveram outra opção para a escolha do curso, houve um número significativo de desistências. Observamos que isto aconteceu devido ao cansaço por inúmeras atividades acumuladas no dia-a-dia do aluno, (...) e ainda assumir trabalhos e responsabilidades de dois cursos. Outro fator foi à falta de perspectiva de trabalho que o curso poderia lhes dar".

Nesse contexto, podemos analisar que a concomitância entre os dois cursos, médio e técnico, trouxeram cansaço aos alunos(as), o que foi um fator desmotivador, devido ao acontecimento de ter que assumir trabalhos e responsabilidades de dois cursos. Pôde-se verificar também, que a implementação da proposta pedagógica para esse curso do PROEJA, obteve muita rejeição, que está relacionada a falta de perspectiva de trabalho, donde podemos averiguar, então, que a correlação dessas situações foram causas para evasão de um numero significativo de alunos(as).

4.2- Implementação na perspectiva dos(as) alunos(as)

No desenvolvimento da proposta pedagógica apresentada nos dois Cursos do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, em momentos distintos, alguns acontecimentos chamaram a atenção dos entrevistados, alunos(as) dessa pesquisa.

Então, inicialmente para o Curso do PROEJA em Técnico de Informática, através das informações apresentadas pelos alunos(as), vamos mostrar as explicações para essas questões suscitadas.

Observamos nas palavras do aluno DT, que no Curso, sua atenção é despertada para o ambiente escolar, em que os alunos são mais idosos, que estão ali para estudar. Também, para o fato do curso ser realizado em um menor tempo, e que a escolha ao Curso de Informática foi por falta de opção.

"O amadurecimento dos alunos, pois vão à aula para estudar, são mais idosos. (...). Escolhi fazer o PROEJA para adiantar os estudos, pois o tempo curricular é menor. Fiz informática por ser o único oferecido".

Igualmente para a aluna AM, o que chama a sua atenção ao Curso, é o menor tempo para conclusão do Ensino Médio.

"Escolhi o PROEJA porque era o curso de Ensino Médio mais rápido de se fazer".

Podemos perceber na declaração do aluno AO, que sua atenção se desperta para o fato do PROEJA ter surgido como uma oportunidade que não se podia perder. Antes desse Programa, na cidade de Lima Duarte, não havia outra opção a não ser o supletivo. Fato esse,

que também demonstra a carência de possibilidades educacionais para esse público, principalmente em se tratando de cidades pequenas do interior.

"(...) com pouco recurso financeiro e morador de uma cidade interiorana, com nenhuma opção a não ser o supletivo, abracei a primeira oportunidade viável".

Do mesmo modo, apresentamos esclarecimentos em relação aos motivos que chamam a atenção dos entrevistados, alunos(as) dessa pesquisa, para o Curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, do IF Campus Rio Pomba.

Assim, notamos nas palavras da aluna FO, que sua atenção para o Curso se desperta em relação às matérias, que o conhecimento é usado no dia-a-dia. Também chama a atenção, o menor tempo de conclusão do Ensino Médio e a possibilidade de profissionalização.

"Eu gosto das matérias que são ensinadas, que a gente acaba usando no dia-a-dia, (...). Escolhi o PROEJA, por estar concluindo o ensino médio em pouco tempo e me especializando numa nova área".

Encontramos na declaração do aluno GC, o fato que chama sua atenção é a possibilidade de concluir o Ensino Médio, através do PROEJA. O aluno tem consciência dessa oportunidade criada pelo Governo Federal, que é direcionada ao público que ele está incluído.

"Escolhi fazer o PROEJA, porque foi que o Governo nos ofereceu a oportunidade de concluir o 2º grau".

Para aluna GA, o que gosta no curso é a área de saúde. O que desperta sua atenção é a oportunidade de estar fazendo um curso técnico, e ainda concluir o ensino médio.

"(...) mas o que mais está me chamando à atenção é a parte da área de saúde. A escolha do curso foi porque além de ter um curso técnico, também vou estar concluindo o ensino médio".

Também para aluna LR, a escolha em relação ao PROEJA, e o que chama sua atenção para o curso, foi a oportunidade de concluir o Ensino Médio e a Formação Técnica.

"A escolha do PROEJA foi para conclusão do 2º grau e aperfeiçoamento e formação do Técnico de Agente Comunitário de Saúde".

Verificamos nas palavras da aluna PH, o que chama sua atenção para o Curso é a área da saúde, em que o conhecimento adquirido não é só profissional, é também um aprendizado pessoal. Além disso, escolheu o PROEJA, pela oportunidade de fazer um curso técnico.

"O que me desperta é a atenção à saúde principalmente trabalhar com a prevenção, não é um conhecimento só técnico, mas também pessoal. Escolhi porque o PROEJA dá oportunidade de fazer um curso técnico".

Nas informações da aluna SC, o que gosta no curso é as matérias da área de saúde, e o uso desse conhecimento no dia-a-dia. A aluna revela ainda, que exerce a atividade na área de conhecimento do curso, e que escolheu o PROEJA para adquirir a formação profissional técnica, melhorando o seu desempenho profissional.

"A forma dos professores relacionarem as matérias com a saúde. Praticidade essa que podemos aplicar no dia-a-dia, (...). Escolhi fazer o PROEJA para me profissionalizar em técnico de Agente Comunitário de Saúde e atuar melhor na minha área de trabalho".

Na declaração da aluna TA, encontramos a presença da dificuldade causada pelo "novo", e o quanto é assustador sair da rotina diária, voltar a estudar depois de tanto tempo fora de uma escola. Ainda, para a aluna, o que despertou sua atenção com o PROEJA, foi à oportunidade de concluir o Técnico e o Ensino Médio.

"Gosto de tudo, no início foi difícil porque o novo muitas vezes nos assusta, tanto tempo fora de uma escola, mas adoro fazer parte dessa turma. Eu interessei por esse curso porque é um curso profissionalizante e a conclusão do 2º grau".

Para a aluna TF, o que chama sua atenção, também são as matérias relacionadas à saúde. A aluna tem a percepção que o Programa proporcionou a oportunidade de voltar a estudar.

"Gosto mesmo das matérias relacionadas com a saúde, (...). O PROEJA que nos deu esta oportunidade de iniciar novamente os estudos".

Encontramos nas palavras da aluna VM, o que chama sua atenção é a possibilidade de aprimorar seus conhecimentos. Observamos também, que a aluna trabalhava na área relacionada à formação do curso. Essa qualificação adquirida com o Curso do PROEJA traz a esperança de uma nova chance, de retornar ao trabalho que exercia.

"Eu escolhi o PROEJA em Agente Comunitário de Saúde, para aprimorar meus conhecimentos na profissão que exercia".

No contexto dessas informações, podemos verificar que existe a percepção por parte dos entrevistados, alunos(as) dessa pesquisa, de que o PROEJA é um Programa de Políticas Públicas para Educação, e que se configura em uma oportunidade oferecida pelo Governo. Também, atua na elevação do nível de escolaridade, onde alguns entrevistados(as) viram no Programa, a chance para a conclusão do 2º grau. Não obstante, ainda, prepara para o exercício da profissão técnica, o que traz a oportunidade para os concluintes do Curso, de buscar uma melhor colocação no mercado de trabalho, até mesmo, de recolocação em postos de trabalho, proporcionando o retorno ao antigo emprego. Nesse contexto, então, verificamos que o PROEJA cumpre o seu papel social, levando a instrução e formação para esse público carente de oportunidades, e promovendo a inclusão social.

Para uma outra questão levantada, em relação às dificuldades encontradas para fazer o curso, buscamos apoio nas informações dos entrevistados, alunos(as) dessa pesquisa, de modo a identificar as dificuldades que apareceram no decorrer do Curso do PROEJA. São problemas que foram gerados por diversos motivos, nos dois momentos do Programa, do IF Campus Rio Pomba.

Assim, primeiramente vamos fazer uma análise das respostas, tendo como referência o Curso do PROEJA em Técnico de Informática.

Encontramos nas palavras do aluno DT, algumas dificuldades que surgiram durante a realização do curso. Entre os obstáculos que se apresentaram o aluno, descreve questões pessoais, a família e o trabalho. Em relação ao curso, as aulas eram muito teóricas e com poucas práticas, o que dificultou a visualização desse conhecimento no dia-a-dia. Afirma ainda, que foi pouco o material didático-pedagógico.

"Conciliar trabalho, família e estudo. Também as aulas eram muito teóricas e pouco práticas para conhecermos a realidade do dia-a-dia. (...) devido à carga do ensino, ensinam mais a teoria sem a prática (...). No nosso caso havia pouco material didático-pedagógico".

Podemos analisar que a escolha da formação profissional, que irá compor o PROEJA, não pode ser muito complexa, como é da natureza do curso de informática, e que também exigirá uma base de conhecimento para o entendimento e o acompanhamento do conteúdo das disciplinas. Entretanto, o público PROEJA, formado por adultos que estão afastados da sala

de aula há algum tempo, e cujos conhecimentos fundamentais para o prosseguimento de estudos, para muitos, já foram esquecidos. Tal fato tornaria inviável um curso com essas características.

Para o aluno AO, os obstáculos ao curso estão relacionados ao quantitativo de matéria e o pouco tempo para isso. Também faz críticas ao material didático, e o classifica de falho e desatualizado.

"Muito conteúdo para pouco tempo, (...). Achei o material didático falho, desatualizado e não compatível".

Na concepção da aluna VL, as dificuldades também têm relação com o pouco tempo, para muito conteúdo. Mas ainda apresenta a falta de equipamentos, como outro fator de entrave ao curso, afirmando que havia poucos computadores:

"Poucos computadores, tempo curto para aprender tanta coisa. (...) O material didático é bom".

Em outro momento do PROEJA do IF Campus Rio Pomba, para o Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, encontramos nas declarações da aluna FO, que as dificuldades ao curso estão relacionadas ao cansaço, e aos trabalhos para casa que equivalem às aulas de sábado. Quanto ao material didático, a aluna o considera ótimo.

"A dificuldade maior é o cansaço que acumula durante o dia. Para quem trabalha o dia inteiro é difícil ficar fazendo trabalho para casa, como as aulas de sábado que são como trabalho. (...) o material didático é ótimo e ajuda a compreender melhor a matéria".

Verificamos nas palavras do aluno GC, que a dificuldade que encontra no curso é também o cansaço, o horário que o curso encerra no período noturno. Sobre o material didático, disse não ter conhecimento, a ajuda que lembra é da bolsa-auxílio do Governo Federal.

"Ter que ficar até 10 horas e 20 minutos da noite e algumas matérias que não se encaixam no curso. (...) Sobre o material didático não tenho conhecimento, pois só temos a ajuda de 100 reais do Governo".

Fazendo uma análise dessa informação, na verdade, não há uma adoção por parte do IF Campus Rio Pomba de um material didático distribuído pela Instituição e de uso obrigatório. O que também poderá ser verificado nas falas posteriores. Cada professor elaborou o seu material, apostilas, para complementar o ensino. Esse material é livre, o

aluno(a) está desobrigado de ter que reproduzir esse material, que fica a disposição de quem queira na mecanografia. Esse material é pago pelo aluno. Daí a justificativa para a fala do aluno GC, que desconhece o material didático do PROEJA, e para os outros alunos(as) que prestaram informações sobre a existência desse material didático.

Nas palavras da aluna GS, verificamos que a maior dificuldade são os trabalhos marcados para casa, em uma demonstração que o Curso do PROEJA, executado no campus de Rio Pomba, requer muita dedicação. Em relação ao material didático, a aluna, traz a confirmação de que o material de apoio didático é de boa qualidade, mas é pago.

"A dificuldade maior é dar conta dos trabalhos e os dias de prova, pois o tempo é curto. (...) O material didático é de muito boa qualidade, mas temos que pagar".

Também encontramos na informação da aluna LR, esclarecimentos sobre o material de apoio pedagógico:

"O material didático é muito bom, mas temos que tirar xérox e pagar".

Verificamos nas palavras da aluna PH, que os problemas familiares constituem motivos de impedimento ao curso. Além disso, aponta como outro fator de dificuldades, os trabalhos que são marcados, o que justifica pela falta de tempo. Em relação ao material didático, acha difícil a aquisição pela quantidade de apostilas.

"A incompreensão do meu marido que não acredita na possibilidade de trabalho, (...). Eu menos gosto dos trabalhos para casa, meu tempo é pouco (...). O material didático fica um pouco difícil por serem muitas apostilas".

Podemos analisar dessa informação, que em relação ao material de apoio didático, o custo para aquisição de todas as apostilas é alto, e elas são pagas pelos(as) alunos(as).

Para a aluna SC, a dificuldade em relação ao curso, também são os trabalhos para casa. Igualmente, justifica essa dificuldade em função da falta de tempo, em que a dedicação à família absorve o tempo disponível.

"A dificuldade que encontro é os horários para fazer os trabalhos de sábado. Trabalho o dia todo, (...) e os finais de semana além de cuidar da casa, tenho que dar atenção aos filhos que não dou durante a semana".

Do mesmo modo, verificamos nas palavras da aluna TF, que a dificuldade ao curso é a falta de tempo e os trabalhos.

"As dificuldades é mesmo a falta de tempo para dedicar mais aos estudos. Para falar a verdade, o que menos gosto no curso é a quantidade de trabalho, pois falta tempo e para dar conta perdemos um pouco da noite e fico com sono".

Também, falta de tempo e os trabalhos marcados, são as dificuldades ao Curso, apontadas pela aluna TM.

"Minha maior dificuldade é a falta de tempo para dedicar mais aos estudos. (...) trabalho no comércio e acaba ficando muito difícil pela falta de tempo, para fazer todos os trabalhos".

Nesse contexto, analisando o conteúdo das informações que foram divulgadas, observamos que as respostas são mais contundentes para os trabalhos marcados para casa, e tendo como justificativa a falta de tempo. O fato do curso adotar como procedimento tarefas para casa, que complementam o aprendizado e substituem as aulas de sábado, fica evidente uma preocupação com a formação e a qualidade do curso. Tal prática exige dos(as) alunos(as) um maior comprometimento com os estudos. Mas é importante dosar essa exigência de dedicação extra-classe. Sinal de alerta esse, que apareceu nas respostas das entrevistas, apontando as tarefas para casa como fator de desgaste, físico, emocional e familiar. A Coordenação do curso precisa estar atenta para que o excesso de trabalhos, não sobrecarregue os(as) alunos(as), pois isso pode vir a ser fator de baixo rendimento e evasão.

A preocupação com a evasão tem sido tema de estudo e motivo de acompanhamento por parte da SETEC/ MEC. Essa apreensão com o abandono escolar, também é encontrado no texto de Santos (2010).

"O reconhecimento da condição de trabalhador do aluno, seu envolvimento como provedor de uma família, também ocorre pelo monitoramento da evasão instituído pela SETEC com o PROEJA. Tal monitoramento questiona os demais cursos da instituição que também têm problemas de evasão, desvelando os processos de evasão da educação profissional". (SANTOS et al., 2010, p. 127).

Em relação a uma outra questão que foi suscitada, sobre a expectativa de trabalho para os entrevistados, alunos(as) dessa pesquisa, após a conclusão do curso, buscamos esclarecimentos com base nas entrevistas, focando separadamente, alunos(as) do Curso do

PROEJA em Técnico de Informática, e alunos(as) do Curso do PROEJA em Agente Comunitário de Saúde.

Então, com base nessas declarações apresentadas, foi realizada a análise dessas informações tendo como referência, inicialmente, o Curso do PROEJA em Técnico de Informática.

Verificamos nas informações do aluno DT, que as suas expectativas em relação ao conhecimento adquirido no Curso, são para melhorar seu trabalho. Fato que nos remete a uma análise, em que o aluno já tem ocupação, e que encontrou no curso uma forma de aperfeiçoar seus conhecimentos em informática, para aplicá-lo em seu trabalho.

"Conhecimento para poder melhorar meu trabalho".

Para o aluno AO, as expectativas em relação ao pós-curso, são muito poucas. Revela que a capacitação recebida não foi boa.

"Poucas, muito poucas. Uma vez que não houve uma capacitação adequada e nem um apoio didático razoável".

Nesse aspecto, ainda encontramos nas palavras do aluno AO, uma colocação enigmática, em que comparativamente, e tendo como foco a realidade do curso de Informática, seria o mesmo que dizer: "de que adianta ter um diploma de Técnico em Informática, se eu não sei nem ligar um computador".

"(...) do que me adianta uma Carteira Nacional de Habilitação, se não sei nem abrir a porta de um fusca!"

Fazendo uma análise dessas informações, verificamos que a formação profissional do PROEJA, na cidade de Lima Duarte, deixou a desejar. Fato esse, que tem como causa uma escolha inadequada, para formação técnica do Curso do PROEJA. Tal acontecimento foi motivado no pouco tempo para implantação do PROEJA, que foi determinado pelo Decreto 5.840/06, em seu Art. 2º, que determinava a implantação do Programa, até o ano de 2007, em todas as Instituições Federais de EPT. Dessa forma, faltou planejamento adequado, e as demandas locais e regionais não foram consultadas.

Nesse contexto, de forma a trazer esclarecimentos a maneira em que se deu a escolha desse Curso, parafraseando a professora BE, uma das responsáveis pela implantação do PROEJA, na cidade de Lima Duarte, e cuja declaração faz parte desse Trabalho de Pesquisa.

"A escolha foi mais porque a informática é uma área procurada por todo mundo, do que pela escolha de uma área que de fato atendesse o público PROEJA". (Professora BE).

Com foco no Curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, em relação à expectativa de trabalho, para os(as) alunos(as) desse Curso, apresentamos as informações divulgadas nas entrevistas.

Encontramos nas palavras da aluna FO, que suas expectativas em relação ao pós-curso não são muito boas.

"As expectativas não são muito boas, pois um agente comunitário de saúde trabalha muito e ganha muito pouco".

Observamos na fala do aluno GC, uma identificação com o curso, e declara ter expectativa em trabalhar usando esse conhecimento.

"Como disse não estou trabalhando, se tiver oportunidade pretendo trabalhar na área de saúde como Agente Comunitário de Saúde (...)".

Para a aluna GS, as expectativas são para o surgimento de mais cursos como o PROEJA, donde se evidencia a sua satisfação com o Programa.

"Espero que o Governo abra mais cursos deste tipo".

Verificamos na fala de GA, que suas expectativas em relação ao conhecimento adquirido no Curso, são de melhorar a qualidade de seu trabalho, pois já atua como Agente de Saúde. E também, a exigência da formação Técnica, para trabalhar como Agente Comunitário de Saúde, além da abertura de concurso para efetivar esses profissionais. Podemos analisar que aluna já atua na área de conhecimento do curso, e que a Formação Técnica que está buscando, vem ao encontro as suas necessidades de qualificação profissional.

"De melhorar profissionalmente no meu trabalho, porque atualmente estou trabalhando como Agente de Saúde, (...). Para ser um Agente que seja obrigatório ter o curso, que os Agentes tenham um concurso para serem efetivados".

Também encontramos na declaração da aluna SC, que sua expectativa está relacionada ao uso do conhecimento adquirido, no curso, melhorando a qualidade do trabalho que realiza dando assistência à população. A aluna revela ainda, sua esperança de efetivação, através de concurso para Agente Comunitário de Saúde.

"Melhorar na minha área de trabalho, dando maior assistência à população de maneira correta, para que eles possam melhorar a qualidade de vida. No início quando comecei a trabalhar não tive nenhuma capacitação, (...). Também tenho expectativa de estabilidade e que efetive os Agentes Comunitários através de concurso, porque através deste curso temos base para trabalhar melhor em nosso município".

Igualmente encontramos para aluna LR, onde suas expectativas são, também, para efetivação da atividade que já exerce.

"A efetivação em meu trabalho se Deus quiser, (...)".

Podemos analisar, dessas informações, que para o Curso do PROEJA em Agente Comunitário de Saúde, o fato do Curso, apresentar alunos(as) que já atuam nessa atividade profissional, ocorre em consequência desse Curso ter sido escolhido em função da demanda já instalada, e identificada através de pesquisa no município e na região do entorno. Foi observado que na região crescia a oferta pelas prefeituras de empregos nessa área, e muitos Agentes que exerciam essa atividade, não tinham a formação mínima necessária.

Nas palavras da aluna PH, verificamos que sua expectativa está relacionada ao uso do conhecimento, que foi aprendido no curso. Além disso, tem esperança de exercer essa atividade através de concurso. Onde podemos analisar que, nessa declaração, está subentendido a visão da estabilidade proporcionada por concursos públicos.

"De fazer o concurso e ser contratada (...), vou fazer minha parte, e poder colocar em prática o que estou aprendendo no curso, mesmo que não consiga tudo, alguma coisa vai fazer a diferença".

Da mesma forma, a aluna TA, deposita suas esperanças na sua aprovação em concurso.

"Já pensou ter um concurso e eu passar? Vou ter a certeza que valeu a pena, valeu o esforço".

Também isso acontece para aluna TF, em que identificamos a expectativa em torno do concurso de Agente de Saúde.

"Se vier a ter o concurso de Agente de Saúde, vou fazer".

Ainda para aluna TM, que também declara sua esperança em função da aprovação em concurso, e que seja exigida a formação profissional de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, valorizando o curso.

"A minha expectativa ao terminar o curso é que apareçam concursos para que eu possa fazer, tanto na área de saúde ou em outras áreas, que o governo valorize nosso curso exigindo especialização na área e com salários dignos".

Igualmente encontramos para a aluna VM, em que declara sua expectativa em função da sua efetivação através de concurso público. Revela ainda, que o curso do PROEJA em Técnico em Agente Comunitário de Saúde, executado pelo IF Campus Rio Pomba, dá muita base para ser um excelente profissional.

"Tenho a expectativa que o Governo crie concurso público para efetivar os funcionários do Programa de Saúde da Família, e que seja obrigatório ter este curso, pois ele nos dá muita base para sermos excelentes profissionais (...)".

Com base nessas informações apresentadas, podemos analisar que o curso do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, trouxe a qualificação e a profissionalização técnica para Agentes de Saúde, que já atuavam, mas sem a formação específica. Outro fator de apreciação, também é a possibilidade da realização de concurso público para esses Técnicos, pelas Prefeituras da região, para efetivação desses profissionais. Possibilidade essa, agora viável em virtude desse Curso do PROEJA, pois antes do curso, havia uma carência desses profissionais.

Em relação ao pensamento dos entrevistados, alunos(as) dessa pesquisa, sobre os aspectos ligados a vontade de desistir do Curso do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, apresentamos esclarecimentos a essa questão suscitada, com apoio nas entrevistas dessa dissertação. Assim, inicialmente fizemos uma abordagem do Curso do PROEJA em Técnico de Informática e posteriormente, para o Curso do PROEJA em Agente Comunitário de Saúde.

Desse modo, verificamos nas palavras do aluno DT, que durante o curso não pensou em desistir. Fato esse que também pode ser comprovado, pois o aluno já concluiu o Curso. Ainda, em suas palavras, percebemos um sentimento de aprovação ao curso, pois informa que se houvesse outro curso do PROEJA, pensaria até em fazer.

“Não, pois já concluí, só não recebemos o diploma do curso profissionalizante. Se tiver outros cursos deste tipo, até pensarei em fazer”.

Podemos analisar desse fato, que o Curso do PROEJA em Técnico de Informática, realizado na cidade de Lima Duarte, já havia terminado, quando foram realizadas as entrevistas desse Trabalho de Pesquisa. Igualmente, também aconteceu com o convênio que dava legalidade a parceria entre o IF Campus Rio Pomba e a Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, para execução do Programa. Assim, se justifica, com esses esclarecimentos, a revelação do aluno DT, para a informação que já havia concluído o curso. Também, outro acontecimento a ser considerado, é o “aviso” para o não recebimento do diploma de conclusão do Curso Técnico, que se configura numa violação dos direitos do aluno.

Portanto, fazendo uma apreciação dessa declaração, num contexto de imparcialidade, e sem eximir o IF Campus Rio Pomba de suas obrigações legais, foi realizada uma abordagem dessa questão, referente ao diploma do Curso Profissionalizante.

Em função da proposta pedagógica definida para o Curso do PROEJA em Técnico de Informática, em concomitância, o Ensino Médio ficou na responsabilidade da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, e o ensino Técnico na incumbência do IF Campus Rio Pomba. Assim, da mesma forma, cada Instituição para o seu respectivo curso, ficou na obrigação da certificação do Ensino Médio, e a outra da diplomação do Curso Técnico.

Os alunos(as) que concluíram o Ensino Médio, já receberam a certificação, que foi entregue pela Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque. Entretanto, o IF Campus Rio Pomba, ainda não entregou aos alunos(as) que concluíram a formação profissional, o diploma em Técnico de Informática, ou seja, não outorgou título de conclusão do PROEJA, para nenhum desses estudantes.

Podemos justificar tais acontecimentos, parafraseando o Diretor Geral, da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, o professor PA.

“(...) diria que a falta de um planejamento mais detalhado, falta de uma proximidade maior das Instituições envolvidas, (...)”.

Também, parafraseando a pedagoga MB.

“A própria Instituição não estava preparada para este tipo de público e até hoje está se adaptando para atender as necessidades do curso e certificar os alunos”.

Nas palavras do aluno AO, verificamos que durante o curso do PROEJA em Técnico de Informática, já havia pensado em desistir do curso, onde inclusive declara que várias vezes. Na visão do aluno, estaria perdendo tempo, buscando um diploma que não lhe daria oportunidades.

"Sim, várias vezes. Por saber que estava perdendo o meu tempo correndo atrás de um diploma que não me levaria a lugar nenhum".

A aluna AM, declara não ter pensado em desistir do Curso.

"Não, fui até o final".

Do mesmo modo, a aluna VL, também não desistiu do Curso.

"Nunca desisto quando inicio alguma coisa, gosto de ir até o fim".

Em outro momento do Curso do PROEJA, do IF Campus Rio Pomba, para o Técnico em Agente Comunitário de Saúde, verificamos nas declarações apresentadas pela aluna FO, que já havia pensado em desistir do curso. Justifica essa atitude em função de interferências familiares.

"Sim, por problemas familiares, filhos".

Nas informações apresentadas pelo aluno GC, observamos que já pensou em desistir. Explica que em função do horário do curso, que é noturno, e tem noites que está cansado. Entretanto, a visão de que esse Curso foi uma oportunidade que aconteceu, fez o aluno mudar de opinião.

"Sim, tem noite que estamos cansados, mas parei e pensei por várias vezes a oportunidade bate na porta uma só vez".

Verificamos na declaração da aluna GS, que não pensou em desistir, mas revela um certo acanhamento em fazer o curso com a idade que tem.

"Não, porque eu quero ir até o fim mesmo com essa idade".

Podemos comentar em relação a essa declaração, que o curso do PROEJA é direcionado a esse público que é especial em suas peculiaridades. Muitos desses alunos(as) são pais e mães de família retomando os estudos. Portanto, não devem existir sentimentos de embaraço, como esse revelado pela aluna **"apesar da idade"**, por estar ocupando um lugar

em sala de aula. Os profissionais que atuam nessa modalidade de educação, precisam estar atentos e sempre que possível, trabalhar a motivação desses estudantes.

A necessidade de um olhar mais atento para esse público, se confirma no texto de Moll (2010), referenciando o escritor José Saramago.

“mais do que ver é preciso olhar e mais do que olhar é preciso reparar”.
(SARAMAGO, apud MOLL, 2010, p. 136).

Encontramos nas informações da aluna GA, que não pensou em desistir. Afirma que foi se interessando cada vez mais, o que sugere uma identificação com o curso, portanto uma aprovação da proposta pedagógica que foi implementada.

“Não, porque desde quando comecei o curso fui interessando cada vez mais”.

Para a aluna PH, em sua declaração, fica denotado que já pensou em desistir. Esse desânimo foi em virtude da dificuldade inicial, muito tempo sem estudar. Também revela problemas de ordem familiar, como um entrave aos estudos.

“Sim, pela dificuldade que encontrei no começo, pelo tempo que estava sem estudar. Também faltou um pouco de incentivo de meu marido. Mas graças a Deus já estou quase concluindo e mostrar para ele que valeu a pena”.

Nas informações vindas da aluna SC, notamos que não pensou em desistir. Essa motivação com o Curso, pode ser explicada pelo bom relacionamento que a aluna tem com os colegas de sala. Revela ainda, que o Curso é um momento de distração. Essa característica de comunicação e entrosamento, segundo a aluna SC, é condição inerente às atividades relacionadas ao Programa da Saúde da Família, donde podemos analisar, que é também para os futuros profissionais desse curso do PROEJA de Técnicos em Agente Comunitário de Saúde. Percebemos então, que a proposta pedagógica implementada nesse Curso, tem total apoio da aluna.

“Não, porque aqui aprendo, ensino, compartilho conhecimentos e vejo como um momento de distração. Conheci amigos e aprendi a trabalhar e conviver em grupo que é uma das realidades que faz o Programa da Saúde da Família funcionar”.

Para a aluna VM, encontramos em suas palavras que pensou em desistir. Verificamos que o desânimo não tem como causa o Curso. Aliás, em relação a esse está mais motivada, enxerga nele o caminho para recuperar o seu emprego, o que demonstra aprovação à proposta pedagógica implementada para o Curso. Essa vontade de deixar os estudos surgiu quando foi despedida do trabalho, atividade que fazia com paixão, de Agente de Saúde, ligado a uma Prefeitura da região. Entretanto, percebeu que o Curso poderia ser o caminho para superar esse momento, e atingir o seu objetivo mais adiante, depois de concluir o curso, voltando ao seu emprego e ainda na condição de efetiva.

"Sim, quando fui despedida do meu serviço, mas logo vi que ele me serviria mais tarde para alcançar meu objetivo, que é ser efetiva nessa profissão que tanto amo".

Na declaração da aluna TA, fica demonstrado que não pensou em desistir do Curso. Esse otimismo e persistência, qualidades vislumbradas, nessa dissertação, em muitos alunos(as) do PROEJA, e que também é condição para não se deixar abater pelo caminho, surge na informação da aluna, como síntese da força que conduz, estes homens e mulheres, mesmo diante das adversidades.

"Não, porque sou brasileira e não desisto nunca!"

A aluna revela ainda, que mesmo com a idade que tem, carrega esperança em relação ao curso.

"Mesmo tendo 48 anos tenho muita expectativa em relação ao curso".

5- A implantação e a implementação dos Cursos do PROEJA, pelo IF Campus Rio Pomba, na percepção dos(as) entrevistados(as), críticas e sugestões.

Através da percepção dos(as) entrevistados(as), em relação aos Cursos do PROEJA, implantado e implementado, pelo IF Campus Rio Pomba, identificamos as críticas no desenvolvimento da proposta, de maneira a sugerir elementos, a fim de promover o sucesso do PROEJA, no IF Campus Rio Pomba, e no âmbito das Políticas Públicas para a Educação.

Podemos justificar que para alcançar êxito, um Programa de Políticas Públicas em Educação, nesse caso o PROEJA, deverá em seu planejamento conter estratégias para a implantação e na implementação do Programa.

Para a implantação, subentende-se a necessidade de uma pré-organização, de modo a visualizar e suprir as necessidades para sua criação. Também, na escolha de uma proposta político-pedagógica deverá ser considerado o atendimento da demanda no município e na região do entorno.

Na implementação, a execução do Programa está atrelado a um acompanhamento da Coordenação do Curso, de modo a buscar soluções conjuntas às dificuldades que se apresentam no decorrer do projeto. Em que ainda está implícita, a finalização do Curso e a diplomação aos concluintes.

Assim, neste Trabalho de Pesquisa, com base nas entrevistas dos(as) alunos(as), professores(as), pedagogos(as) e gestores(as), apresentamos críticas e sugestões, na visão dos(as) entrevistados(as), de modo a trazer esclarecimento ao PROEJA do IF Campus Rio Pomba, e no contexto das Políticas Públicas para a Educação.

5.1- Críticas ao PROEJA na visão dos(as) alunos(as)

Em relação às informações dos(as) alunos(as), apresentamos críticas à condução do PROEJA, que são as manifestações dos(as) entrevistados(as) às situações vivenciadas no Curso. A identificação dessas dificuldades sentidas, na visão do seu público, durante o processo de implantação e implementação do Programa, permitiram ajustes e correções, de modo a se buscar o sucesso do projeto e a satisfação dos que frequentam, e daqueles que virão a frequentar as carteiras desse Curso.

Sobre o ensino, encontramos informações revelando falhas na implementação, em relação conteúdo e tempo, teoria e prática, e ao material didático. Essas declarações que se apresentaram, mostraram que as dificuldades em relação ao conteúdo seriam porque é muito para pouco tempo, e em função do ensino, por ser mais teoria sem a prática.

"Também as aulas eram muito teóricas e poucas práticas para se conhecer a realidade do dia-a-dia". (Aluno DT).

E também pode ser verificado nas palavras do aluno AO:

"Achei o material didático falho, desatualizado e não compatível".

Outro fator de controvérsia, encontramos nas reclamações por parte dos entrevistados(as), dizendo que o problema seria o cansaço que acumula durante o dia, como causa as dificuldades para se fazer as tarefas para casa.

"Eu menos gosto dos trabalhos para casa, porque o meu tempo é pouco". (Aluna PH).

Do mesmo modo, podemos verificar nas palavras da aluna SC:

"A dificuldade que encontro é os horários para fazer os trabalhos de sábado. Trabalho o dia todo, (...)".

E ainda na informação da aluna TF:

"Para falar a verdade, o que menos gosto no curso é a quantidade de trabalho, pois falta tempo (...)".

Algumas outras dificuldades foram apontadas, como a falta de computadores, equipamento fundamental e condição *sine qua non* para um curso com capacitação em informática. O que foi ressaltado e criticado pelos alunos(as), que disseram que os equipamentos eram poucos, e o tempo curto para aprender tanta coisa.

Também surgiram comentários entre os entrevistados(as) em relação à escolha do curso, que foi considerada inadequada por muitos, e que ficou evidenciada na revelação de se estar perdendo tempo correndo atrás de um diploma que não levaria a lugar nenhum.

Ainda sobre o curso, uma manifestação de crítica, mas ao mesmo tempo reivindicadora, foi em relação à certificação daqueles que já concluíram o curso, mas ainda não receberam o diploma do PROEJA, que inclusive, esse Curso já não acontece mais no

intermédio do IF Campus Rio Pomba. Comentário esse que é de direito, e que espera o cumprimento do dever da parte executora do Programa.

"Pois já concluí, só não recebemos o diploma do curso profissionalizante". (Aluno DT)

5.2- Sugestões ao PROEJA na visão dos(as) alunos(as)

Para atuação junto ao PROEJA, que essa equipe seja formada de docentes com experiência, preferencialmente em relação ao público adulto. Observou-se na visão dos entrevistados(as), que os profissionais que atuaram na docência desse curso, em relação ao Ensino Médio, nesse contexto a EJA, se saíram muito bem. Essa separação da EJA (Ensino Médio) e a Formação Técnica, mas atuando de forma concomitante, foi uma característica do PROEJA realizado na cidade de Lima Duarte. Assim, de forma discreta, elogiando os professores que atuaram nesse curso, fica sugerido que esses profissionais sejam qualificados para atuar no Programa.

"Os professores pelo menos para mim, foram bons e queridos, uma vez que são preparados para trabalhar com adultos, alguns com idade suficiente até para serem seus avós". (Aluno AO).

5.3- Críticas ao PROEJA na visão dos(as) professores(as), pedagogos(as) e gestores(as)

Em relação à fala dos(as) professores(as), pedagogos(as) e gestores(as), apresentamos críticas à implantação e a implementação do PROEJA, que são as manifestações dos entrevistados(as) as situações confrontadas, quer seja na execução do Programa, ou no cumprimento do Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006, em seu Art. 2º, que determinava a implantação do PROEJA, até o ano de 2007, nas Instituições Federais de Educação Profissional. As revelações dessas experiências vividas permitirão a correção das falhas de implantação e implementação, de modo a buscar o sucesso do Programa e conseqüentemente a satisfação do seu público.

Sobre a implantação do PROEJA, através das informações dos entrevistados (as), identificamos erros cometidos na condução do processo, em relação ao cumprimento do Decreto 5.840/06, Art. 2º, sobretudo, por se tratar de um Programa sem precedentes nas Instituições Federais de Educação. Para um melhor entendimento à situação que gerou as críticas, vamos analisar os comentários que revelam a falta de experiência dos envolvidos

nesse projeto. Foi verificada na entrevista, a eventualidade do Programa ter caído, “na mão” de quem estaria responsável pela implantação do PROEJA, e que o projeto estaria parado, mesmo com o prazo pré-determinado pela SETEC para executá-lo. Outro fator que trouxe barreiras foi ser a experiência para todos os envolvidos no Programa, um acontecimento novo, assim, a execução do PROEJA aconteceu conforme se tinha condições de fazer naquele momento. Também encontramos informações que a própria Instituição não estava preparada para este tipo de público, e até hoje está se adaptando para atender as necessidades do curso e certificar os alunos.

Outro obstáculo observado à implantação do PROEJA, foi à falta de qualificação e formação dos professores para lidar com esta clientela tão especial, era novidade para todos na Instituição. Também, não aconteceu uma preparação prévia dos envolvidos na implantação do Programa, que repercutiu na ausência de condições materiais para o primeiro momento. Neste contexto, podemos analisar que a qualificação deveria ter vindo antes da implantação do projeto, o Programa deveria ter sido mais bem planejado pela SETEC/MEC, para depois ser implantado, os resultados teriam sido melhores.

Nesse contexto, em relação à proposta pedagógica definida para o Curso do PROEJA em Técnico de Informática, faltou planejamento para uma escolha mais adequada as necessidades do município e da região do entorno. Isso aconteceu em função do fator limitador, que foi o tempo para implantação do Programa, determinado pelo Decreto 5.840/06.

Assim, foi verificado nos comentários dos(as) entrevistados(as) evidências dessa falta de planejamento, que levou a uma precipitação na definição do Curso do PROEJA, em que a escolha foi mais porque a informática é uma área procurada por todo mundo, do que pela escolha de uma área que de fato atendesse ao público PROEJA.

Entretanto, com o caminhar do projeto muitos alunos(as) não tiveram a persistência necessária, razão pela qual mais da metade desistiu, e os que permaneceram até o fim exigiram dos professores e da direção da Escola muita atenção e tempo para conseguirem vencer e chegar até o fim. A escolha da formação profissional técnica para o Curso do PROEJA, requer muito mais habilidade e estudo do que foi disponibilizado, mas como os alunos não tiveram outra opção para a escolha do curso, houve um número significativo de desistências para o PROEJA de Técnico em Informática.

Além disso, algumas outras dificuldades foram sentidas, conseqüência ainda à falta de planejamento, que permitiu que o Curso do PROEJA de Técnico em Informática fosse criado com base em uma estrutura mínima, em meio a computadores obsoletos e em quantidade insuficiente. Situação essa, que foi criticada pelos informantes, pois um Curso de Informática requer infra-estrutura, física e humana, adequada e preparada, o que não aconteceu. Os equipamentos não eram suficientes, em todos os sentidos, para atender ao curso proposto. Fato este verificado na fala do Diretor PA, da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque.

"Se tivéssemos mais tempo e um equipamento melhor, certamente teríamos alcançado mais sucesso, (...)".

5.4- Sugestões ao PROEJA na visão dos(as) professores(as), pedagogos(as) e gestores(as).

Nas manifestações dos(as) professores(as), pedagogos(as) e gestores(as), foram analisadas sugestões à implantação e implementação do PROEJA, de modo a contribuir com a criação de novos Cursos, e ainda, para construção de novos Programas de Políticas Públicas para a Educação.

Sugestionando sobre a implantação do PROEJA, fica evidenciado a necessidade de uma análise mais detalhada, que subentende planejamento e organização, na escolha do curso a ser implantado, bem como o apoio de uma equipe experiente em relação ao Programa a ser criado. Não obstante, existe a necessidade de uma pré-qualificação para todos os envolvidos, de modo a permitir uma maior inteiração da dinâmica do projeto a ser implantado.

"(...) não só este programa bem como qualquer outro programa a ser implantado, deve ser bem planejado para que alcance o sucesso desejado". (Professora BE).

Depois da implantação, começa o dia-a-dia do Curso. Por mais planejamento que se faça, eventualmente surgirão falhas na condução do Programa. Principalmente quando se está trabalhando com o "novo", onde a falta de experiência se torna também, um obstáculo à implementação. Em relação à proposta do PROEJA, analisando os comentários dos entrevistados (as), que por experiências vividas *in loco*, revelam a necessidade do apoio de uma equipe comprometida com o Programa, em que a Coordenação do Curso tem uma função essencial, o acompanhamento permanente dos trabalhos. Assim, com ações democráticas, mantendo o diálogo permanente com docentes e discentes, a Coordenação dará suporte ao Curso, de modo a conseguir manter a normalidade pedagógica. Também, a gestão da

Instituição precisa estar engajada no projeto, atenta aos problemas da turma, trabalhando a motivação desses alunos e apoiando aqueles que estão à frente na condução do Curso. Desse modo, através da integração de esforços os problemas à implementação serão resolvidos em equipe, que segundo a Diretora de Desenvolvimento de Ensino, professora MF, uma das responsáveis pela implantação do PROEJA no IF Campus Rio Pomba:

"(...) num clima de vai dar certo, e isto foi o segredo do sucesso do nosso PROEJA".

Sobre a proposta pedagógica definida para o PROEJA, encontramos manifestações nas entrevistas que revelam a necessidade de buscar um planejamento mais efetivo para escolha do Curso do PROEJA. Podemos analisar que essa definição do Curso, aconteça com base em uma pesquisa para se verificar a demanda junto ao município e a região do entorno. Para a turma do PROEJA de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, realizado no próprio campus de Rio Pomba, esses critérios foram considerados. Foi uma escolha realizada dentro dos princípios democráticos, discutida entre todos os envolvidos no projeto.

A opção para este Curso, veio ao encontro à alta demanda já instalada, e identificada através de pesquisa, onde se observou que na região crescia a oferta pelas prefeituras de empregos nessa área, e muitos profissionais que já exerciam essa atividade, não tinham a formação mínima necessária.

Foi um projeto digno e que veio atender as reais demandas do público, fundamental para a implantação e o sucesso do PROEJA em Rio Pomba.

Além dessas, outras considerações foram feitas, como o comentário em apoio a “bolsa”, que consiste na ajuda de custo oferecida pelo Governo Federal, no valor de 100 (cem) reais/ mês, com a finalidade de cobrir despesas básicas do estudante do PROEJA, relacionadas ao Curso. A visão que essa bolsa assistência foi uma conquista importante para o Programa, foi manifestada na declaração da professora MF:

"Outro ponto positivo também, é a bolsa que os alunos recebem para estudar".

Não menos importante, foi à proposta ao acompanhamento de egressos dos Cursos do PROEJA. Este estudo permitirá um levantamento da situação em que se encontram os alunos oriundos do PROEJA, o que tornará claro os resultados e benefícios em relação a esta política.

Considerações Finais

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, instituído pelo Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006, revela a decisão governamental de gerar oportunidades a um público de escolaridade interrompida, em sua trajetória denominada de “regular”, com a oferta da formação profissional técnica de nível médio com a educação básica, de modo a proporcionar a jovens e adultos maiores chances de inserção na vida social e no mundo do trabalho.

Entretanto, a forma como foi implantado o Programa, através de Decreto Presidencial, em que denota no seu Art. 2º, a obrigatoriedade das Instituições Federais de EPT de implantarem cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007, ocasionou uma correria destas instituições para o cumprimento do Decreto. Assim, em consequência a esses acontecimentos, o PROEJA ao ser implementado não dispunha de uma estrutura organizacional necessária ao atendimento desse público, possuidores de características peculiares, nas Instituições Federais.

Esta realidade não foi diferente no IF Campus Rio Pomba, que para compensar a falta de profissionais docentes, e a ausência de condições materiais, naquele momento, encontrou na parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, uma maneira de cumprir as determinações do Decreto Presidencial, no tempo previsto com a estrutura que dispunha.

Nessa perspectiva, fica evidenciado, que se não fosse por decreto o PROEJA possivelmente não teria acontecido nas Instituições Federais. Contudo, não pode deixar de ser considerado, a grande diversidade das Instituições que compõe a Rede Federal de Educação, e que executarão essa política pública. O que também, nos permite uma maior compreensão em relação ao Decreto e a forma que se impõe. Demonstra intransigência, quando apresenta tempo limite para implantação do Programa, e de outro lado, flexível com a forma de implementação. Mas podemos perceber de tudo isso, que não poderia ser diferente, se levarmos em consideração as disparidades presentes entre as Instituições Federais de EPT, para as quais podemos encontrar diferenças geográficas, de dependência administrativa, de infra-estrutura física e de recursos humanos, entre outras particularidades. Assim, o Decreto 5.840/06, se mostra coerente com o projeto de criação do PROEJA, quando a realidade assim

o exigir, admite a possibilidade de articulação deste Programa com outras instâncias da educação pública, tal como a estadual e municipal.

Esta concessão de se buscar parcerias, através de convênios, para implementação do PROEJA, também pode ser notado no texto de Santos (2010).

“A construção de convênios entre as unidades da rede federal de educação profissional e escolas da rede municipal e estadual ocorre na perspectiva do regime de colaboração. O papel da rede federal é ofertar educação profissional e das redes municipal e estadual, a formação geral, consolidando itinerários formativos dos trabalhadores do PROEJA fundamental para o PROEJA médio”. (SANTOS et al., 2010, p. 121).

Outra dificuldade advinda, conseqüência ainda do pouco tempo para implantação do PROEJA, foi à ausência de um estudo mais aprofundado para se definir a proposta político-pedagógica, que realmente atendesse as necessidades dos envolvidos. Esta necessidade de se buscar um levantamento da demanda local e na região do entorno, está contemplada no Decreto 5.840/06, em seu Art. 5º, Parágrafo único:

“As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural”. (BRASIL, 2006).

Um Programa de Políticas Públicas, com vista à redução das desigualdades sociais, neste contexto, voltado à Educação de Jovens e Adultos, necessita de uma proposta político-pedagógica que atenda as reais necessidades deste público. Para isso, se faz necessário à articulação local e regional, com o propósito de se buscar um campo de atuação profissional que melhor atenda as necessidades e as realidades deste público, em relação ao mundo do trabalho, e também para a vida.

Além disso, e não menos importante, o PROEJA por se configurar em uma nova modalidade de educação, traz consigo a exigência de uma sólida formação dos docentes, em um processo contínuo de aprendizado. O professor precisa compreender o universo que compõem a realidade desse público, e a partir desse entendimento, oferecer ensinamentos de maneira a respeitar e reconhecer as diferenças e os iguais, pautar a aprendizagem as expectativas desse público, de forma a permitir o caminhar escolar desses alunos(as).

Assim, com ações voltadas à orientação de se ter profissionais com a correspondente formação para atuar nessa modalidade de ensino, o projeto do PROEJA trouxe informações alertando as Instituições Federais da necessidade da capacitação dos docentes.

“Finalmente, por ser um campo específico de conhecimento, exige a correspondente formação de professores para atuar nessa esfera. Isso não significa que um professor que atue na educação básica ou profissional não possa trabalhar com a modalidade EJA. Todos os professores podem e devem, mas, para isso, precisam mergulhar no universo de questões que compõem a realidade desse público, investigando seus modos de aprender de forma geral, para que possam compreender e favorecer essas lógicas de aprendizagem no ambiente escolar”. (BRASIL, 2007, p. 36).

Deste modo, buscando a estruturação do PROEJA, e a correção das falhas que foram observadas durante o processo de implantação e implementação, as quais são decorrências naturais ocasionadas pela inovação, pela inexperience por se estar fazendo pela primeira vez, as Instituições da Rede Federal, idealizando a consolidação desta Política de Educação, passou a desenvolver programa de formação de professores, que atuam nesta modalidade de ensino, a partir da coordenação do MEC. Então, por intermédio destas Instituições, está sendo ofertado curso de pós-graduação *latu-sensu*, voltado aos profissionais dos sistemas públicos federal, estaduais e municipais.

“Esse curso tem o objetivo de formar profissionais com capacidades para atuar na elaboração de estratégias, no estabelecimento de formas criativas das atividades de aprendizagem e de prever pro-ativamente as condições necessárias e as alternativas possíveis para o desenvolvimento adequado da educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos, considerando as peculiaridades, as circunstâncias particulares e as situações contextuais concretas em que programas e projetos deste campo são implementados”. (BRASIL, 2006, p. 20).

Apesar dos problemas enfrentados pelo PROEJA, no período de sua implementação, este trouxe também acertos e oportunidades. É um Programa de nítidas potencialidades, com propostas arrojadas, trazendo consigo a efetivação de ações voltadas à inclusão social, redução das desigualdades, crescimento com geração de emprego e renda, desenvolvimento da cidadania e à democratização do ensino. Sendo que neste ultimo, tem relação direta com essa oportunidade ofertada, a esses homens e mulheres, público alvo do PROEJA, que retornam as salas de aula depois de muito tempo. Contudo, no desenvolvimento desse

Programa desafios foram revelados, e as barreiras que surgiram no caminho foram rompidas. Este fato pode ser atribuído à coragem dos dirigentes, dos Institutos Federais de EPT, de Escolas Estaduais conveniadas, que mesmo diante das adversidades do fator pouco tempo para implantação do Programa, de uma infra-estrutura, física e humana deficiente, ainda assim, aceitaram o desafio de implantar e implementar um Programa com essa gama de variáveis que é o PROEJA.

A importância dessa chance que é oferecida a esse público do PROEJA, tem sua nitidez estampada nas palavras do Diretor da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, que fez parte das entrevistas desta dissertação, e que dada a importância iremos parafrasear.

“Vou aproveitar mais esta oportunidade de falar bem e elogiar a todos que contribuíram para esta belíssima iniciativa. Qualquer curso profissionalizante oferecido a estudantes da Educação de Jovens e Adultos é sempre uma grande oportunidade para estas pessoas.” (Professor PA, 2009).

Todos esses aspectos apresentados, em relação à implantação e a implementação do PROEJA, são lições aprendidas, que vem contribuir com um Programa “novo”. As informações que surgem, se somam com outras experiências e o conjunto desse aprendizado é que possibilitará a correção das distorções, de maneira a se conseguir alcançar o êxito do Programa.

Nessa perspectiva, mediante o fato do PROEJA se constituir em uma política nova, com características inéditas às Instituições Federais de Educação Profissional, segundo Moll et al. (2010, p. 136), o desafio está em ampliar a oferta da educação profissionalizante de nível médio, com foco no público EJA, e ainda manter a histórica qualidade de sua formação, a qual é referência no contexto da educação brasileira.

Em outro aspecto, ainda em relação ao público que o Programa se destina, muitas das suas dificuldades, têm causa na realidade de se estar fazendo parte de algo novo, com o rompimento de padrões habituais de comportamento, voltar a estudar depois de tanto tempo fora de uma escola, é um momento incomum proporcionado pelo PROEJA, mas é assustador para esses alunos(as) no primeiro olhar. Por esses motivos, não se tem a certeza que esses Jovens e Adultos que tiveram suas expectativas frustradas, sonhos interrompidos, e que já deixaram de ser estudante uma vez, não deixem novamente a escola.

Para Moll et al. (2010, p. 137), a desigualdade de acesso, e permanência e aprendizado no sistema de ensino é consequência do processo histórico excludente, uma “escola tardia e

pobre para os pobres”, contribuindo com a manutenção da desigualdade social, aumento dos índices de analfabetismo entre jovens e adultos que ainda persistem no país, aprofundando a assincronia idade-ano escolar.

A autora revela ainda, que não se tem garantia que aqueles que ousaram voltar ao ambiente escolar, venham permanecer.

“(…) não há como imaginar que o acesso garantirá permanência, por isso há que se prever estratégias para manutenção da continuidade da trajetória escolar: bolsas de estudo, alimentação, material didático, e um conjunto de elementos que estimulem a permanência e garantam condições para acompanhar o processo escolar”. (MOLL et al., 2010, p. 135).

Para o enfrentamento desses desafios, se faz necessário a combinação de atitudes, a partir da vontade de professores(as) e gestores(as), como parte de uma realidade emergente, na construção e efetivação do PROEJA, como pedagogia e como política.

Não obstante, se faz também necessário, um olhar mais atento ao público do PROEJA, de modo a se enxergar esses alunos(as) como parte integrante do cotidiano escolar. Os profissionais educadores que estão envolvidos com o Programa precisam se libertar de preconceitos, superar as descrenças incutidas em relação a esses Jovens e Adultos que retornam ao ambiente escolar. Dessa forma, é fundamental uma correspondente formação e preparação desses educadores, que subentende um processo de se aprender por toda a vida.

Para Frigotto et al. (2010, p. 37), não basta a democratização do acesso, e do ensino, há necessidade de qualificar as condições objetivas de vida das famílias e das pessoas e aparelhar o sistema educacional com infra-estrutura de laboratórios, professores qualificados e com salários adequados, para que esses profissionais possam se dedicar dignamente, e com afinco, ao trabalho em uma única escola.

A proposta de uma educação que tenha relação entre conhecimentos gerais e formação profissional, voltada para o público EJA, numa concepção de integração e universalização da educação, que subentende democratização do ensino, se constitui em um grande desafio para o Governo Federal.

Dados recentes da PNAD/ IBGE e apresentado por Simões et al. (2010), revelam que:

“Recentemente no Brasil cerca de 17,7 milhões de brasileiros, em um universo de 182 milhões, tinham entre 15 e 19 anos (PNAD/ IBGE-2004), faixa etária que corresponde à idade considerada adequada para cursar o

ensino médio. No entanto, apenas 6,8 milhões (38%), nesta faixa etária, estavam matriculados nesse nível de ensino (Censo Escolar 2005)". (SIMÕES, 2010, p. 97).

Também, em Simões et al. (2010, p. 98), são mostrados, ainda, outros dados (Censo Escolar 2006), relativas às matrículas do ensino médio e à educação técnica no Brasil. Aparece o registro de 8.906.820 matrículas no ensino médio, e de 747 mil matrículas na educação técnica de nível médio. Os alunos na faixa etária entre 15 a 19 anos correspondem, no ensino médio, 75% das matrículas, enquanto que, na educação técnica, a 32% das matrículas.

Outro dado importante foi apresentado por Frigotto et al. (2010), em que o Censo Escolar de 2006 indica:

“(...) uma diminuição de 94 mil matrículas no ensino médio regular em relação a 2005, e um aumento de 114 mil no mesmo nível na educação de jovens e adultos (antigo ensino supletivo). A hipótese é que a grande parte desses 94 mil tenha migrado para o nível médio supletivo. Esse é também um resultado da visão de aumentar as estatísticas pelo atalho”. (FRIGOTTO et al., 2010, p. 33).

Esses dados revelados podem vir a ser uma preocupação eminente, visto que pode representar uma tendência ao aligeiramento dos estudos, com foco simplesmente na certificação, em detrimento de uma educação de saberes contemporâneos, que atravessam o cotidiano, com oferta de um ensino gratuito e com a qualidade necessária a se permitir a busca por espaço no mundo do trabalho.

Percebe-se então, que o PROEJA é uma política pública extremamente importante, oportunizando educação geral juntamente com a formação técnica, o que se subentendem maiores oportunidades no mundo do trabalho, e que é direcionada a uma população que por diferentes motivos não tiveram acesso a ela na idade dita “regular”. Por se tratar de um Programa “novo”, corrigida as devidas distorções, as quais foram identificadas nesta pesquisa como a ausência de planejamento mais detalhado na implantação de Programas de Políticas Públicas, em especial, no contexto desta dissertação o PROEJA; falta de qualificação dos profissionais da educação para trabalhar com esses jovens e adultos; ausência de pesquisa para se levantar a demanda local e regional, que trouxe implicações na escolha inadequada da proposta pedagógica; falta de recursos materiais e humanos no momento da implantação do Programa; falhas na aprendizagem, em relação ao conteúdo e tempo, teoria e prática; além de

outras que tem analogia com o fato de se estar trabalhando com uma prática pedagógica nova; o Programa se consagrará entre outras políticas públicas, como uma possibilidade real na redução das desigualdades sociais, e com implicações na geração de emprego e renda.

Referências Bibliográficas

- ANDRÉ, M; et al. **Metodologia da Pesquisa em Educação do Campo**. Vitória: UFES, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009. p. 65-74. Disponível em:
<<http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/metodologia.pdf>> Acesso em: 10-01-2010.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004. 203 p.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Usos e Abusos dos Estudos de Caso**. Rio de Janeiro. Universidade Estácio de Sá. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006. Disponível em:
<www.unemat-net.br/prof/foto_p_downloads/usos_e_abusos_dos_estudos_de_caso.pdf>. Acesso em: 23.11.2009.
- ANDRADE, Elizete Oliveira de. **Escolarização de Jovens e Adultos Trabalhadores no Município de Carangola/ MG**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 2005. p.90-93.
- ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **A Reforma da Educação Profissional Sob a Ótica da Noção de Competências**. In: SENAC. São Paulo, v. 28, n. 3, 2002.
- ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **A Regulação da Educação Profissional no Brasil Hoje: conciliação de interesses ou espaço para a mobilização?** Originalmente elaborado para apresentação no II Simpósio sobre Trabalho e Educação do NETE/FAE/UFMG, na Mesa Redonda “A regulação da educação profissional no Brasil hoje”, nov. 2004, p. 1-21.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: De 05 de dezembro de 1988. Disponível em:
<www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/22/Consti.htm>. Acesso em: 12.01.2009.
- _____. Congresso Nacional. **Emenda Constitucional nº 14**. Brasília: De 12 de setembro de 1996. Disponível em: < www.educacaoaovicente.sp.gov.br/legislacao/e1496.pdf>. Acesso em: 12.01.2009.
- _____. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: De 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 23.10.2008.

_____. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.424/96**. De 24 de dezembro de 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9424.htm> Acesso em: 23.10.2008.

_____. Congresso Nacional. **Decreto Federal nº 2.208**. Brasília: Presidência da República. De 17 de abril de 1997. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm> Acesso em: 23.10.2008.

_____. Congresso Nacional. **Decreto Federal nº 5.154**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. De 23 de julho de 2004. Disponível em: <www.sinasefe.org.br/Presid%C3%A2ncia%20da%20Rep%C3%ABlica%20dercreto%205154.doc>. Acesso em: 12.01.2009.

_____. Congresso Nacional. **Decreto Federal nº 5.478**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. De 24 de junho de 2005. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm> Acesso em: 23.10.2008.

_____. Congresso Nacional. **Decreto Federal nº 5.840**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. De 13 de julho de 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm> Acesso em: 23.10.2008.

_____. MEC/SEED. **PROEJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio**. TV Escola Salto/Para o Futuro. Rio de Janeiro: MEC/SEED, setembro de 2006.

_____. MEC/SETEC. **Educação Superior em Debate – Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Inep/MEC, v. 8, 2008, p. 11-13.

_____. MEC/SETEC. **EJA - Educação de Jovens e Adultos: legislação**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, agosto 2005.

_____. MEC/SETEC. **PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Documento Base. Brasília: MEC/SETEC, agosto de 2007. 71 p. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 23.10.08

_____. MEC/SETEC. **Proposta em Discussão “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”**. Documento-base. Brasília: MEC/SETEC, abril de 2004. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf >. Acesso em: 23.10.2008.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora, 1994. p. 19-75.

BUTCHEVITZ, Lisa. **O QUE EU APRENDI FOI NA PRÁTICA, SALA DE AULA, NO DIA-A-DIA: QUE SABERES SÃO ESSES?** Brusque: Revista Eletrônica da Unifebe, ed. 14, 2009. Disponível em: <www.unifebe.edu.br/revistaeletronica/2009/artigo014.pdf>. Acesso em: 23.11.2009.

CÊA, G. S. S. **A Reforma da Educação Profissional e o Ensino Médio Integrado: tendências e riscos**. GT: Trabalho e Educação/ n. 09. Anais da 29ª Reunião Anual da ANPED, 2006. Disponível em:

<<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/gt09-2565--int.pdf>>. Acesso em: 12.01.09

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RIO POMBA. **Curso de Educação Profissional de Nível Médio Técnico em Informática, Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: PROEJA**. Rio Pomba: IF Campus Rio Pomba, abril 2006.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RIO POMBA. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde – PROEJA**. Rio Pomba: IF Campus Rio Pomba, junho 2008.

DI PIERRO, Maria Clara. **As Políticas Públicas de Educação Básica de Jovens e Adultos no Brasil no Período de 1985-1999**. 2000. 314f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FRIGOTTO, Gaudêncio; et al. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25-41.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um Percorso Histórico Controvertido**. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 92, Especial - out. 2005, p. 1087-1113.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação, n.14, maio/ago. 2000, p.108-130. Disponível em: <www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_08_SERGIO_HADDAD_E_MARIA_CLARA_DI_PIERRO.pdf>. Acesso em: 17-01-2009

KIPNIS, Bernardo. **Elementos de Pesquisa e a Prática do Professor**. Brasília: Editora UnB, 2005. 86 p.

KUENZER, Acacia Zeneida. **A Educação Profissional nos Anos 2000: A Dimensão Subordinada das Políticas de Inclusão.** Educação & Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 96, Especial - out. 2006, p. 877-910. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a12v2796.pdf>. Acesso em: 17.01.2009.

KUENZER, Acacia Zeneida. **ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL: as políticas do Estado neoliberal.** 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (Questões da nossa época, v. 63).

KUENZER, Acacia Zeneida. **O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito.** Educação & Sociedade, Campinas, vol.21, n.70, abr. 2000. p. 15-62. Disponível em: <www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2SF/AnaDantas/13.pdf >. Acesso em: 17.01.2009.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Educação Profissional: Categorias para uma Nova Pedagogia do Trabalho.** 16 p.

Disponível em: <www.biblioteca.senac.br/informativo/BTS/252/boltec252b.htm> Acessado em: 13/06/2008.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.** Disponível em:

<www.diaadia.pr.gov.br/det/arquivos/File/SEMANAPEDAGOGICA/13_Exclusao-Incluyente-Acacia_Kuenzer.pdf> Acesso em: 16.01.2009.

KUENZER, Acacia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. **Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho.** Florianópolis: Perspectiva, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan/jun. 2006. Disponível em:

<www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10762/10269>. Acesso em: 12.01.2009.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA: UMA EDUCAÇÃO POSSÍVEL OU MERA UTOPIA?** Disponível em:

<www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em: 02.12.2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 1986. 99 p.

MARTUCCI, E. M. **Estudo de Caso Etnográfico.** Brasília: Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 25, nº 2, 2001. 10 p. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.tempusactas.unb.br/index.php/RBB/article/viewFile/608/606>> Acesso em: 23-11-2009.

- MOLL, Jaqueline; & Cols. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312 p.
- MOLL, Jaqueline. **Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 205 p.
- MOURA, Dante Henrique. MEC/SEED. **PROEJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio**. TV Escola Salto/Para o Futuro. Rio de Janeiro: MEC/SEED, setembro de 2006. p. 19-23.
- MUNIZ, J. A.; ABREU, A. R. **Técnicas de Amostragem**. Lavras: Gráfica Universitária, UFLA/FAEPE, 1999. 102 p.
- OLIVEIRA, C. L. **Um Apanhado Teórico-Conceitual Sobre a Pesquisa Qualitativa: Tipos, Técnicas e Características**. Unioeste: Editora Gráfica Universitária, Revista Travessia, ed. 04, 2009. Disponível em: <www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_004/artigos/educacao/pdfs/U%20APANHADO%20TE%20D3RICO-CONCEITUAL.pdf> Acesso em: 23.11.2009.
- OLIVEIRA, Ramon de. **A Influência do Empresariado Industrial e das Agências Multilaterais na Educação Profissional Brasileira**. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, nº 05, p. 121-130, jan/abr. 2008. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/S%C3%ADsifo%205%20-%2014%20-%20Ramon%20de%20Oliveira.pdf>> Acesso em: 23.11.2009
- OLIVEIRA, Ramon de. **O Ensino Médio em Questão: A Análise de uma História Recente**. Boletim Técnico do SENAC. Revista Educação Profissional, v. 34, n.1. Rio de Janeiro, jan./abr. 2008. Disponível em: <www.senac.br/BTS/341/artigo-4.pdf>. Acesso em: 17.01.2009.
- PENA, Gerada Aparecida de Carvalho. **O PROEJA no Contexto das Políticas Públicas Atuais: a busca pelo direito dos jovens e adultos à educação profissional técnica de nível médio**. Disponível em: <www.alb.com.br/anais16/sem01pdf/sm01ss03_03.pdf>. Acesso em: 16.09.2008.
- PERES, R. S.; SANTOS, M. A. **Considerações Gerais e Orientações Práticas Acerca do Emprego de Estudos de Caso na Pesquisa Científica em Psicologia**. Interações, vol X, nº 20, jul-dez 2005, p. 109-126.
- RIBEIRO, V. M.; VÓVIO, C. L.; MOURA, M. P. **Letramento no Brasil: alguns resultados do indicador nacional de alfabetismo funcional**. Educação & Sociedade. v. 23, n. 81, p. 49-

70, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12.01.09.

RODRIGUES, José. **Quarenta Anos Adiante: breves anotações a respeito do novo decreto de Educação Profissional**. Revista Eletrônica “trabalhonecessário”, ano 3, n. 3, 2005, p. 01-09. Disponível em:

<www.uff.br/trabalhonecessario/TN3%20RODRIGUES,%20J..pdf> Acesso em: 17.01.2009.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. 1998, cap.11, p.231-260.

RUMMERT, Sonia Maria. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil Atual: do simulacro à emancipação**. Florianópolis: PERSPECTIVA, UFSC, v. 26, n. 1, p. 175-208, jan./jun. 2008.

Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10302/9570>. Acesso em: 17.01.2009.

RUMMERT, Sonia Maria. **A Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores Brasileiros no Século XXI. O “novo” que Reitera Antiga Destituição de Direitos**. Sísifo – Revista de Ciências da Educação, n.2, p. 35-50, jan./abr. 2007.

SANTOS, Simone Valdete dos. **Possibilidades para a EJA, Possibilidades para a Educação Profissional: o PROEJA**. GT-18: Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Trabalho vinculado ao projeto de pesquisa: Experiências da Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação de Jovens e Adultos no Estado do Rio Grande do Sul, conforme o edital PROEJA CAPES/SETEC, mar. 2006, 13 p. Disponível em:

<<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT18-4024--Int.pdf>> Acesso em: 03.04.09

SANTOS, Simone Valdete dos; et al. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 120-130.

SIMÕES, Carlos Artexes; et al. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 96-119.

TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. **A PRODUÇÃO CAPITALISTA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM BALANÇO DA DISCUSSÃO NOS ANOS 1980 E 1990**. p.97-116. In: A Formação do Cidadão Produtivo – A Cultura de Mercado no Ensino Médio Técnico. Brasília: Inep, 2006. p. 1-372.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil.** Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

VÓVIO, Cláudia Lemos. **O Desafio da Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil.** Patto Revista Pedagógica, nº 29. Porto Alegre, 2004, p. 23-25.

Apêndices

Apêndice 1

Explicações prestadas ao respondente: As informações obtidas têm como única finalidade a dissertação de mestrado. Os dados coletados são de caráter confidencial e a partir das respostas obtidas, teremos o instrumento necessário para analisar todo o processo, bem como, contribuir para uma maior eficácia no ensino do PROEJA. Será assegurado(a) o completo sigilo do(a) informante, sendo este(a), mencionado(a) pelas iniciais de seu nome ou por nome fictício (a sua escolha) na dissertação deste trabalho de pesquisa.

I- Identificação do(a) respondente:

- 1- Nome do aluno(a):
- 2- Prefere ser identificado (mencionado), neste trabalho de pesquisa, pelas INICIAIS do NOME ou através de um NOME FICTÍCIO, qual a escolha a ser considerada:
- 3- Sexo:
- 4- Idade:
- 5- Endereço Eletrônico (e-mail):
- 6- Endereço (Rua/Av.)/ Bairro:
- 7- CEP/ Cidade:
- 8- Telefones com DDD (fixo, celular, de contato):

II – Perguntas formuladas:

1- POSSUI atualmente “ocupação remunerada” (trabalho), qual é a ocupação e há quanto tempo exerce esta atividade?

- Se NÃO ESTÁ trabalhando:
- Há quanto tempo está sem “ocupação remunerada” (trabalho)?
- Que ocupação você exercia e há quanto tempo trabalhou nesta atividade?
- SE ESTÁ trabalhando ou se NÃO ESTÁ trabalhando - existe uma OUTRA ocupação que você gostaria de exercer? Qual seria e por quê?

2- Por que parou de estudar e há quanto tempo parou (ano que parou)?

- Qual foi a última série que cursou antes deste curso (PROEJA) e em qual escola?
- Qual era o turno que estudava (manhã, tarde ou noite)?

3- Por que escolheu esta Escola?

- Por que voltou a estudar?

4- O que mais gosta/ o que desperta a sua atenção neste curso?

- Por que escolheu fazer este curso (PROEJA)?

5- Que dificuldade você encontra(ou) para fazer este curso?

- O que menos gosta no curso?
- Quanto aos professores do curso, o que acha deles e do modo que ensinam?
- Sobre o material didático-pedagógico utilizado pela Escola, qual é a sua opinião?

6- Que expectativa você tem em relação ao trabalho após a conclusão do curso?

- O que você gostaria de fazer após o curso?

7- Você já pensou em desistir deste curso? Por quê?

Apêndice 2

Explicações prestadas ao respondente: As informações obtidas têm como única finalidade a dissertação de mestrado. Os dados coletados são de caráter confidencial e a partir das respostas obtidas, teremos o instrumento necessário para analisar todo o processo, bem como, contribuir para uma maior eficácia no ensino do PROEJA. Será assegurado(a) o completo sigilo do(a) informante, sendo este(a), mencionado(a) pelas iniciais de seu nome ou por nome fictício (a sua escolha) na dissertação deste trabalho de pesquisa.

I- Identificação do(a) respondente:

1- Nome do Professor(a) e/ou Gestor(a):

2- Prefere ser identificado (mencionado), neste trabalho de pesquisa, pelas INICIAIS do NOME ou através de um NOME FICTÍCIO, qual a escolha a ser considerada:

3- Sexo:

4- Idade:

5- Endereço Eletrônico (e-mail):

6- Endereço (Rua/Av.)/ Bairro:

7- CEP/ Cidade:

8- Telefones com DDD (fixo, celular, do trabalho, de contato):

II – Perguntas formuladas:

1- Qual é o nome da Instituição de Ensino que trabalha e quanto tempo exerce a atividade de Professor na Instituição? E na função de gestor?

- Exerce algum cargo de confiança ou de direção (gestão), qual?

- Qual o cargo de gestão que ocupa ou que ocupou, tendo como parâmetro as turmas do PROEJA?

- Qual a disciplina que você leciona(ou) para a turma do PROEJA?

2- Os alunos demonstram interesse pela disciplina que leciona(ou)?

- Os alunos demonstravam respeito pela autoridade (professor, cargo de gestão) que exercia?

3- Faça uma auto-avaliação sobre as suas aulas para a turma do PROEJA.

- Faça uma auto-avaliação sobre a sua gestão em relação à turma do PROEJA.

4- Foi opção sua lecionar para este público? E/ou por que escolheu estar em contato com este público?

5- Você aprova o material didático-pedagógico adotado pela Instituição?

- Aprova a conduta empreendida pelos Gestores em relação à turma de PROEJA?

6- Você considera adequada a Formação Profissional de Nível Técnica que foi escolhida para esta turma?

- Você teve participação nesta escolha?

- Foi consultado?

- Sabe como foi feita esta escolha?

- Quais os critérios que levaram a esta escolha?

7- Como você reagiu à criação do curso de PROEJA em sua Instituição (Escola)? Considera(ou) acertada esta decisão?

- Quais os pontos que considera positivo em relação à turma de PROEJA, e em relação ao Programa de Políticas Públicas.

- Quais os pontos que considera negativo em relação à turma de PROEJA, e em relação ao Programa de Políticas Públicas.

8- Outras informações (observações) que julgar serem necessárias dizer.

- Tem algo mais a dizer?

Anexos

Anexo 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Departamento de Políticas e Articulação Institucional - DPAI
Esplanada dos Ministérios, Bloco L – Anexo II – Sala 100-B
Telefones: (61) 2104-8777
Fax: (61) 2104-9633

Ofício Circular nº 43 2007 /SETEC/MEC

Brasília, 09 de maio de 2007.

A Suas Senhorias
Senhores(as)
Diretores(as) Gerais de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Assunto: Início da oferta de turmas do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Prezados(as) senhores(as),

A Orientação Estratégica do Governo Federal constante no Plano Plurianual 2004-2007 tem como ponto de partida a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo composta de três grandes objetivos que refletem o seu conjunto:

1. **Inclusão social e redução das desigualdades sociais;**
2. Crescimento com geração de emprego e renda ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais e
3. **Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.**

Visando alcançar tais objetivos, o Relatório de 2004 do Tribunal de Contas da União – TCU, relativo ao acompanhamento da gestão das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, dá foco à necessidade de maior atuação dessas instituições em programas de inclusão social. Essa solicitação do TCU está na origem da Portaria MEC nº 2.080, de 13 de junho de 2005, que estabelecia, “no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade de jovens e adultos – EJA”.

Diversos fatores, entre eles a motivação do Ministério da Educação, assumida pela Presidência da República, em transformar essa ação inicial em uma atuação mais efetiva da Rede Federal dentro da orientação estratégica de inclusão social, levaram a promulgação do Decreto Presidencial nº 5.478, de 24 de junho de 2005, instituindo o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação Jovens e Adultos – PROEJA.

Por esse instrumento, as instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica passavam a ter obrigatoriedade de oferta de cursos e programas no âmbito do PROEJA. Posteriormente, esse Decreto foi substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, passando, entre outras alterações, a denominação para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O objetivo central do PROEJA é implementar uma política educacional que proporcione, ao público de EJA, acesso gratuito e de qualidade à educação profissional integrada à educação básica, promovendo inclusão social e desenvolvimento da cidadania, por meio da reinserção desse público no sistema de ensino e de sua qualificação para atuação no mundo do trabalho. Segundo o Art. 2º do Decreto 5.840:

Art. 2º As instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007.

§ 1º As instituições referidas no **caput** disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

§ 2º A ampliação da oferta de que trata o § 1º deverá estar incluída no plano de desenvolvimento institucional da instituição federal de ensino

Tais assertivas implicam dizer que as instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica que ainda não iniciaram a oferta têm até o segundo semestre de 2007 para a **implantação** de cursos no âmbito do PROEJA; que a **oferta de vagas** deverá ser **superior a dez por cento da quantidade de matrículas do ano de 2005** e que essas instituições deverão **inserir em seus PDI a previsão da ampliação da oferta** de vagas para tais cursos.

Ressalta-se que os órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo se pautam pelo princípio do Direito Público de que o gestor público deve agir, rigorosamente, em conformidade com a Lei. Nos últimos anos, tais órgãos têm adotado, para além do controle orçamentário, estratégias de controle da administração pública que reconhecem a eficiência dos meios e a eficácia dos resultados, na perspectiva da melhoria da qualidade da

gestão e atendimento da missão institucional. Isso corresponde, no caso específico da implantação do PROEJA, à orientação para o cumprimento da determinação da Presidência da República, objetivando o alcance das metas propostas para as instituições da Rede Federal de EPT considerando as estratégias orientadoras do Governo Federal.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Eliezer Pacheco', is written over the typed name. The signature is fluid and cursive, with a large loop at the end.

Eliezer Pacheco

Secretário

Anexo 2



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PARECER Nº 43/2006

Belo Horizonte, 06 de julho de 2006

ASSUNTO

Análise de projeto de Curso de Educação Profissional de nível médio, Técnico em informática – PROEJA, na modalidade de jovens e adultos, de autoria do CEFET de Rio Pomba/MG.

HISTÓRICO

A Diretoria da Educação de Jovens e Adultos – DEJA, da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE/MG, recebeu no dia 23 de junho de 2006 o Projeto “PROEJA - Curso de Educação Profissional de nível médio, Técnico em informática, na modalidade de jovens e adultos”, para análise e parecer.

MÉRITO

Ao procedermos a análise técnico-pedagógica do documento supra citado observamos que o mesmo apresenta uma estrutura coerente e bem elaborada nos aspectos relativos à organização pedagógica e curricular. Seus objetivos, metas e ações estão bem especificados, além de conter uma proposta clara e coerente de avaliação e acompanhamento do processo de formação a ser desenvolvido.

O curso objetiva a formação técnico-profissional dos participantes, sendo toda a sua proposta fundamentada teórica e metodologicamente na perspectiva da Educação Profissional. Destaca-se que em vários momentos se faz presente na proposta uma preocupação com a formação educacional na perspectiva humanística e social, associando o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais à formação para a cidadania e participação no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária.

13/07/06
11.06.06
B. L.

SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
GABINETE - PROT. Nº	1121
EXPEDIENTE RECEBIDO POR	SECRETARIA
DESTINO	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No entanto, entendemos que a proposta carece de maior detalhamento dos aspectos relativos à educação de jovens e adultos, o que se comprova, por exemplo, através do tratamento dado às Diretrizes Curriculares específicos dessa modalidade. Além disso, um aspecto de extrema relevância para a EJA que é o aproveitamento de conhecimentos e experiências desenvolvidos pelos alunos, somente é previsto para fins de certificação técnico-profissional.

No que tange à matriz curricular apresentada para o curso presencial na modalidade de educação de jovens e adultos, constatamos sua adequabilidade à legislação que regulamenta a referida modalidade. Ressaltamos apenas a necessidade de ser observada a Lei Federal nº 10793/2003, que altera dispositivos das Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), determinando a inclusão da educação física como componente curricular obrigatório da educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O " PROEJA - Curso de Educação Profissional de nível médio, Técnico em informática, na modalidade de jovens e adultos" é uma iniciativa meritória e elogiável tendo em vista a crescente demanda que atualmente se configura para essa modalidade, e a importância que a formação profissionalizante apresenta para o público da EJA no que se refere à ampliação das possibilidades de sua inserção no mercado de trabalho.

Considerando a especificidade imanente ao público da EJA, sugerimos que um projeto de tamanha importância e abrangência apresente também um embasamento na perspectiva da educação de jovens e adultos, contemplando especialmente as Diretrizes Curriculares para a EJA, a Resolução CNE/CEB nº01/2000, e a Proposta Curricular para a EJA, elaborada pelo MEC.

Portanto, esta Diretoria é favorável a sua implementação, sendo apenas necessário realizar as devidas complementações acima sugeridas.

Edir Petruceli Carayon Xavier

Diretora da Diretoria da Educação de Jovens e Adultos

Anexo 3

ESCOLA ESTADUAL ADALGISA DE PAULA DUQUE P035C3
LEI DE CRIAÇÃO 1º GRAU - 1.335 DE 14/02/55 - LEI DE CRIAÇÃO 2º GRAU - 4.014 DE 28/12/65
CURSOS - ENSINO FUNDAMENTAL - 5ª A 8ª SÉRIE - ENSINO MÉDIO
RUA JOSÉ VIRGÍLIO, 458 - TELEFAX: (32) 3281-2000 - CEP: 36.140-000 LIMA DUARTE-MG.

Ofício nº 10/2007

Data: 14/02/2007

De: Paulo Afonso Vieira

Diretor da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque

Para: Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães

Diretora II da S.R.E. de Juiz de Fora

Caríssima Superintendente

Em atenção ao ofício nº 66/2007 desta Superintendência Regional de Ensino, encaminhando o ofício SD nº 83/07 da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação, prestamos as seguintes informações:

- O Curso Profissionalizante de Informática (PROEJA) não é um curso regular. O mesmo destina a estudantes da Educação de Jovens e Adultos, ou seja, a pessoas que não puderam frequentar o Ensino Médio Regular na idade adequada.
- Com relação à pesquisa de comprovação de demanda de mercado de trabalho, entendemos que a mesma não é necessária, visto o caráter especial do curso. Como vivemos em uma época que conhecimentos de informática são exigidos no dia-a-dia, não é justo impedir que os estudantes que já iniciaram o PROEJA tenham frustrados seus anseios, apenas pela falta de uma pesquisa, a qual se realizada comprovará o que é evidente em todo o mundo.
- De 64 alunos matriculados no Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos em 2006, aproximadamente 50 estão frequentando o Curso de Informática, índice próximo de 80%, o que demonstra o interesse e valorização desta oportunidade justificando a assinatura do referido e justo convênio e em 2007 já temos 30 alunos matriculados para frequentar o PROEJA.
- Com relação aos custos operacionais, fazemos os seguintes esclarecimentos:
 - A Escola já funciona no turno noturno atendendo os alunos na modalidade de ensino EJA.
 - O CEFET Rio Pomba contratou o professor de Informática para ministrar as aulas profissionalizantes.
 - As despesas de manutenção dos equipamentos da Central de Informática são pagas pela Escola com recursos próprios e pelo CEFET Rio Pomba que dispõe de mão de obra especializada.
 - Os demais materiais de uso do PROEJA são pagos por esta Escola e pelo CEFET Rio Pomba.

- > A Prefeitura Municipal de Lima Duarte participa do presente convênio custeando a estadia do professor de Informática neste município
- > Os custos operacionais para o Estado de Minas resumem ao consumo de energia, pois a água e o telefone são pagos pela escola com recursos próprios
- A proposta de curso já foi aprovada pela Diretora da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos.
- Com base na citada proposta o curso foi iniciado em agosto de 2006
- O CEFET Rio Pomba já foi orientado a fazer sua inscrição no Cadastro Geral de Convênios do Estado – CAGEC – para a celebração do referido convênio
- O CEFET Rio Pomba encaminhará proposta de convênio a ser assinado entre a Instituição, a Secretaria de Estado da Educação com apoio da Prefeitura Municipal de Lima Duarte.
- Esta Escola e o CEFET almejam desta Secretaria autorização para uso das instalações físicas e da Central de Informática, com o objetivo de oferecer aos alunos a qualificação indispensável em nossos dias e assim facilitar a inclusão dos mesmos no mercado de trabalho que sempre prioriza a contratação de pessoas qualificadas para o desempenho de atividades laborais
- Segue anexo declarações de várias empresas e entidades comprovando a importância do curso para o município

Desta forma, solicitamos a encaminhamento das informações à Diretora da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação para providências cabíveis. Aproveitamos o momento para reiterar nossos votos de estima e consideração


 Paulo Ricardo Vieira
 Diretor - DCC - Moss 371794-9
 Pub. MG 25/04/2004 Pág. 07 Col. 2ª

Eli Setti

FROM : E. E. PEDREGALSA DE PAULA DUQUE PHONE NO. : 032 281 1230
 Feb. 14 2007 03:37PM BR

Anexo 4



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E TEMÁTICAS ESPECIAIS DE ENSINO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Belo Horizonte, 11 de julho de 2007.

Ofício n.º 927/2007

Assunto: convênio CEFET/SEEMG.

Para: CEFET de Rio Pomba.

Senhor Diretor,

Comunicamos a Vossa Senhoria, a celebração do TERMO DE CONVÊNIO N.º 62.1.3.1533/2007, assinado pela Sr.ª Secretária de Estado de Educação, Vanessa Guimarães Pinto.

Segue anexo um TERMO DE CONVÊNIO original, pertinente ao Centro Federal de Educação Tecnológica Rio Pomba.

Esta Diretoria continua à disposição durante toda a execução do PROEJA.

Atenciosamente,

Edir Petruceli Carayon Xavier

Diretora da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos

Il.mo Sr.
Mário Sérgio Costa Vieira
Diretor Geral do CEFET RIO POMBA
Av. Dr. José Sebastião da Paixão, S/N
Rio Pomba - MG
CEP. 36.180-000

Av. Amazonas, 5.855 – Bloco C – Ala D Salas 5, 6, 7 – Telefones: (31)3379-8341/8570 – Bairro Gameleira.
Belo Horizonte – MG – CEP. 30.510-000 – sed.deja@educacao.mg.gov.br



N.º 62.1.3. 15.33/2007

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI ESTABELECEM O
ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DE SUA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E O CENTRO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RIO POMBA.

O Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Secretaria de Educação, aqui apenas SECRETARIA, CNPJ n.º 18.715.599/0001-05, neste ato representada por sua Secretária, **VANESSA GUIMARÃES PINTO**, nos termos da Publicação no "Minas Gerais" de 02.01.2007, residente e domiciliada na Rua Bambuí, n.º 721, apartamento 502, Bairro Anchieta, Belo Horizonte – MG, Carteira de Identidade n.º M-1.525.873 – SSP/MG, CPF n.º 007.085.186-72, e o CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RIO POMBA, doravante apenas CEFET DE RIO POMBA, CNPJ n.º 73.920.524/0001-11, implantado pelo Decreto de 13.11.2002, mediante transformação e mudança de denominação da Autarquia Escola Agrotécnica de Rio Pomba, conforme publicação no DOU n.º 221, fl. 17, de 14.11.2002, com atestado de funcionamento regular, datado de 02.02.2007, situado na Av. Dr. José Sebastião da Paixão, s/n.º - Bairro Lindo Vale, Rio Pomba – MG, representado pelo Diretor Geral, Sr. **MÁRIO SÉRGIO COSTA VIEIRA**, conforme cópia do Termo de Posse que integra o processo, residente e domiciliado na Av. Palmeira Imperial, n.º 160, Bairro Belvedere, Rio Pomba – MG, CI/MG n.º 32.825/D, expedida pelo CRE/MG, CPF n.º 281.488.196-53, com base na Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.1993, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394, de 20.12.1996, nos Decretos Federais n.ºs 5.154, de 23.07.2004, 5.840, de 13 de julho de 2006, 2.208, de 17.04.1997, no Decreto Estadual n.º 43.635, de 20.10.2003, bem como nas demais legislações que regem a matéria, acordam celebrar o presente convênio, a reger-se por cláusulas previamente entendidas, expressamente aceitas e pelas quais se obrigam, a saber:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Objetiva o presente convênio, mediante a integração de esforços dos participantes, viabilizar o desenvolvimento do Programa Nacional de Integração da Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, mediante a oferta do Curso Técnico em Informática, integrado ao ensino médio, junto à E.E. "Adalgisa de Paula Duque, do município de Lima Duarte, mediante o cumprimento de obrigações específicas acordadas, conforme Plano de Trabalho anexo.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A meta ora proposta, além de assegurar a educação profissional integrada à educação básica na localidade, possibilitará ao educando o exercício pleno da cidadania e a capacidade de competir no mercado globalizado de trabalho, além de contribuir com o desenvolvimento local e regional.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA – À SECRETARIA compete:



IO/MG

IAK14CV-CEFET-RIO POMBA

Mod. 10 - 08
Pag. 1



- a) disponibilizar à E.E. "Adalgisa de Paula Duque", de Lima Duarte, para a implantação e implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Básica – PROEJA – na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – curso integrado ao Ensino Médio – Técnico em Informática;
- b) manter o quadro de professores necessários ao desenvolvimento do currículo de formação geral, a saber:
 - professores para Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia e História;
- c) planejar, através da Escola Estadual envolvida, juntamente com o CEFET de Rio Pomba, o desenvolvimento do curso técnico durante o ano letivo, assegurando a qualidade do ensino e a formação técnica dos alunos matriculados;
- d) orientar, avaliar, supervisionar, acompanhar e inspecionar a implantação, desenvolvimento e conclusão do Projeto PROEJA;
- e) conservar a autoridade normativa sobre o curso, podendo assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação da parceria ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das ações;
- f) dar ciência dos termos deste convênio à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, através de seu setor gerenciador, em conformidade com o parágrafo 2º, artigo 116 da Lei Federal n.º 8.666/1993, após assinatura do mesmo.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Fica assegurado ao ESTADO/SECRETARIA o acesso dos servidores de seu sistema de controle interno estadual, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este convênio, quando em missão de fiscalização ou auditoria, nos termos do artigo 12, inciso XIX, do Decreto Estadual n.º 43.635, de 20.10.2003.

CLÁUSULA TERCEIRA – Ao CEFET de Rio Pomba compete:

- a) responsabilizar-se, nos termos do Plano de Trabalho anexo, pela oferta e manutenção de 02 (dois) professores, necessários ao cumprimento das funções profissionais de todas as disciplinas da parte profissionalizante do currículo do curso, sendo este constituído de 12 (doze) disciplinas;
- b) responsabilizar-se pela oferta de material pedagógico constituído de 01 (uma) apostila para cada disciplina da parte profissionalizante;
- c) responsabilizar-se pela oferta de material de consumo, a saber:
 - cartucho de tinta para computador, disquetes e discos compactos – CD-ROM;
- d) responsabilizar-se pela assistência técnica relativa ao equipamento do Centro de Informática da E.E. "Adalgisa de Paula Duque", de Lima Duarte;
- e) dar à E.E. beneficiada, no que se refere à formação profissional, apoio institucional e pedagógico, durante a execução do curso.

CLÁUSULA QUARTA – É vedada a realização de despesas com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos executores deste convênio, no exercício de suas funções.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA QUINTA – Os gastos do CEFET de Rio Pomba estão estimados em R\$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) e correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: 3.3.90.30, 3.3.90.39 e 3.1.90.04.





ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA – Deixa-se de mencionar classificações orçamentárias, por não ter o ESTADO/SECRETARIA qualquer despesa decorrente da execução deste convênio, além das despesas já previstas no orçamento do tesouro para a manutenção de unidades escolares.

DO SETOR GERENCIADOR

CLÁUSULA SÉTIMA – Serão de responsabilidade da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica/Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino/Diretoria de Educação de Jovens e Adultos-DEJA, com a participação da Superintendência Regional de Ensino da circunscrição, o gerenciamento, acompanhamento e fiscalização da execução deste convênio, bem como a obrigatoriedade de prestar informações sobre o mesmo, sempre que solicitadas por órgãos internos ou externos à SECRETARIA.

DA VIGÊNCIA E DA IRRETROATIVIDADE

CLÁUSULA OITAVA – Este convênio vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de sua assinatura e registro, com idêntico prazo de execução, podendo ser prorrogado, por mútuo consentimento entre os partícipes, dentro de sua vigência, nos termos do inciso V do artigo 12 do Decreto Estadual n.º 43.635/2003.

CLÁUSULA NONA – É vedada a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros anteriores ou posteriores ao prazo de execução estipulado neste convênio, conforme previsto nos incisos V e VI do art. 15 e no parágrafo único do art. 17 do Decreto Estadual n.º 43.635/2003, sob pena de responsabilidade dos agentes públicos e de quem tenha contribuído, por ação ou omissão, para a prática dos atos ora vedados.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA – Por acordo entre os partícipes, este convênio poderá sofrer alterações em quaisquer de suas cláusulas, exceto a do objeto, mediante a celebração de termos aditivos, desde que devidamente justificadas, coerentes com o Plano de Trabalho e solicitadas no mínimo 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, nos termos do art. 16 do Decreto Estadual n.º 43.635/2003.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Este termo poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer um dos partícipes, por descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, desde que comunicado por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, resguardada a conclusão de ações já iniciadas e respeitado o previsto no art. 12, inciso XI, e art. 33 do Decreto Estadual n.º 43.635/2003.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Para eficácia deste ato, a SECRETARIA providenciará a publicação do seu extrato no "Minas Gerais", de



10/MG

DIARTCV-CEPET-RIO POMBA

Mod. 10 - 08
Pag. 3



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

conformidade com os artigos 37 caput, da Constituição Federal, 61, parágrafo único da Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.1993, parágrafo 1º da Lei Estadual n.º 9.507, de 29.12.87 e art. 22 do Decreto Estadual n.º 43.635, de 20.10.2003.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O Foro da Comarca de Belo Horizonte é o eleito para dirimir demandas por acaso decorrentes deste convênio.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Aplicam-se a este convênio toda legislação e normas vigentes sobre a matéria.

E, por estarem acordes, firmam as partes, perante 02 (duas) testemunhas, o presente ato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos jurídicos.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em Belo Horizonte, aos 10 de julho de 2007.

VANESSA GUIMARÃES PINTO
Secretária de Estado de Educação
pelo Estado de Minas Gerais

MÁRIO SÉRGIO COSTA VIEIRA
Diretor Geral
pelo CEFET DE RIO POMBA
Mário Sérgio Costa Vieira
DIRETOR GERAL
PORT. N.º 3794-DOU 18/11/2004

TESTEMUNHAS:

1) Nome: *Riviana Almeida*
CPF.: *24967377662*

2) Nome: *Cláudio Cristiano Aguiar*
CPF.: *078.10.000.53*
Secretaria de Estado de Educação-MG



Anexo 5

MATRIZ CURRICULAR – CURSO PRESENCIAL – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2006

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RIO POMBA/MG

ENSINO MÉDIO	DISCIPLINAS	CHD	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		3º SEMESTRE		4º SEMESTRE	
			AS	CHS	AS	CHS	AS	CHS	AS	CHS
BASE NACIONAL COMUM	Língua Portuguesa	240	3	60	3	60	3	60	3	60
	Arte	40				2	40			
	Biologia	120	2	40	1	20	1	20	2	40
	Matemática	240	3	60	3	60	3	60	3	60
	Física	120	2	40	1	20	1	20	2	40
	Química	120	1	20	2	40	1	20	2	40
	Geografia	120	2	40	1	20	1	20	2	40
	História	120	1	20	2	40	2	40	1	20
	Inglês	80	1	20	2	40	1	20		
	TOTAL			15	300	15	300	15	300	15

Legenda: AS – Aulas Semanais CH – Carga Horária Semestral CHD – Carga Horária da Disciplina no Curso

Indicadores Fixos	
Hora / aula	60min.
Semanas letivas / semestre	20 semanas
Dias letivos / semestre	100 dias
Carga Horária / curso	1200h.
Nº de dias semanais	05 dias
Nº de semanas letivas por semestre	20 dias
Intervalo	10min.
Carga Horária Diária	3 horas
Horário do Turno	18h às 21h10min.

Anexo 6

MATRIZ CURRICULAR – CURSO PRESENCIAL – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
 ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2006
 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RIO POMBA/ MG - PROFISSIONALIZANTE

DISCIPLINAS	CHD	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		3º SEMESTRE		4º SEMESTRE	
		AS	CHS	AS	CHS	AS	CHS	AS	CHS
Informática Básica	120	3	120						
Sistemas operacionais	120	3	120						
Banco de Dados	60	1	60						
Algoritmos e Est. de dados	120			3	120				
Banco de Dados II	60			1	60				
Informática Básica II	120			3	120				
Linguagem e Prog. Web I	120					3	120		
Ling. Técnicas de Prog. I	120					3	120		
Banco de Dados III	60					1	60		
Segurança e Rede	120							3	120
Ling. e Técnicas de Prog. II	120							3	120
Desenv. De Projetos	60							1	60
TOTAL	1200h	7	300h	7	300h	7	300h	7	300h

Legenda: AS – Aulas Semanais CH – Carga Horária Semestral CHD – Carga Horária da Disciplina no Curso

Indicadores Fixos	
Hora / aula	60 min.
Semanas letivas / semestre	20 semanas
Dias letivos / semestre	100 dias
Carga Horária / curso	1200 h
Nº de dias semanais	08 dias
Nº de semanas letivas por semestre	20 semanas
Intervalo	10 min.
Carga Horária Diária	1h/ 5h
Horário do Turno noturno	18h às 22h10min.
Horário do turno matutino (sábado)	7h às 12h10min

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do CEFET Rio Pomba em 13 de junho de 2008.

Às quatorze horas do dia treze de junho de 2008 (dois mil e oitenta), reuniram-se no prédio Central os seguintes Conselheiros: Leliane Ma, Chaves Magiste de Almeida, Fabrício Fernandes Costa Caiapa, Francisco Rodrigues Inácio, Maurício Moraes Souza, Severino Costa Vieira, Gilmar Alves de Lima, Jefferson dos Santos Silva e substituída a reunião pelo Senhor Ronaldo Campos de Faria, presidente substituto. O presidente substituto iniciou a reunião com a leitura do documento "Despacho de Homologação" encaminhado pela presidente do Conselho Eleitoral a senhora Frauleia da Conceição Coutinho Lopes que apresenta os resultados obtidos na eleição para Diretor Geral do CEFET Rio Pomba - Gestão 2008/2012. Os Conselheiros ratificaram a Homologação apresentada que indica os candidatos eleitos com 67,28% (sessenta e sete vírgula vinte e oito por cento) os servidores Mário Sérgio Costa Vieira - Diretor Geral e Arnaldo Prata - Neiva Júnior - vice-diretor. Eu, Nilva Celestina do Carmo, Secretária "ad hoc", lavrei a presente ata, que segue assinada por todos os presentes. Rio Pomba, 13 de junho de 2008.

~~Assinatura~~ Leliane Almeida, Faria, Jefferson dos Santos Silva, Arnaldo Prata
Mário F. Cláudio

Ata da reunião extraordinária do Conselho Diretor do CEFET - Rio Pomba em 11 de agosto de 2008.

Às onze horas do mês de agosto de 2008 às 9 (nove) horas reuniram-se no Centro de Incentivos Tarbas Furtado os seguintes Conselheiros: Leliane Chaves Magiste de Almeida, Gilmar Alves Lima, Fabrício Fernandes Costa Caiapa, Severino Costa Vieira, Roselir Riburo da Silva, Maurício Moraes Souza e Jefferson dos Santos Silva para deliberarem sobre a seguinte pauta: Renovação do credenciamento da Fundação de Apoio ao Ensino Tecnológico e Profissionalizante do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Pomba (FUNDEP-RP) junto ao MEC e o MCT; Aprovação

do Estatuto da FUNDEP-RP. Apreciação da criação do PROEJA e, Assuntos Diversos. Participaram desta reunião as Professoras Wandúcia de Paula Lima, Maria de Fátima Furtado Lima e Mônica Comtempo Reis Soares. O Presidente Substituto Ronaldo Campos de Faria inicia a reunião solicitando a leitura da ata anterior. Terminada a leitura é iniciada a inversão da ordem da pauta discutindo-se inicialmente, a solicitação de aprovação do Projeto de Curso Técnico na modalidade PROEJA. A Diretora do Departamento Educacional Maria de Fátima Furtado Lima e a Técnica em Assuntos Educacionais Mônica Comtempo Reis Soares, informam aos Conselheiros que tal projeto atende à Política da Rede Federal de Ensino, digo Educação de Melhoria Permanente e orienta que 10% das vagas no ensino médio anual destinem-se a esta modalidade. E, por causa da grande evasão nos cursos oferecidos nesta modalidade o MEC está motivando a permanência dos alunos oferecendo bolsa de estudos, no valor, hoje de R\$ 100,00 (cem reais) mensais. A Instituição ofertar no segundo semestre do ano de 2006, em parceria com o Estado o curso Técnico em Informática, nesta modalidade, na cidade de Lima. Diante, porém, em função de dificuldades operacionais enfrentadas o curso foi encerrado passando esta atividade a ser executada no próprio campus do BEFET-RP e para não conflitar com o Curso Técnico de Informática que já é ofertado, optou-se pela oferta do curso Técnico em Agente Comunitário em Saúde por ser uma área carente de qualificação técnica. Para sua estruturação e por orientação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), procurou-se, pessoalmente, as Prefeituras e Secretarias de Educação buscando parceria. O contato pessoal da Técnica em Assuntos Educacionais Mônica Comtempo Reis Soares e da Coordenadora Geral de Ensino Professora Elizete de Oliveira Reis foi realizado nos municípios de Tabuleiro, Tocantins, Silverânia, Piratuba, Uba, Merêis e Rio Bonito, sendo que somente a Prefeitura de Silverânia manifestou interesse pelo projeto. Apesar do projeto ter sido protocolado na Prefeitura de Rio Bonito nenhuma manifestação a seu respeito foi documentada. A Conselheira Leiliane Chaves Magute de Almeida questiona qual a exigência do MEC em relação à seleção de alunos. A Técnica em Assuntos Educacionais Mônica Comtempo Reis Soares informa que o órgão exige que o candidato seja maior de 18 anos e tenha completado o ensino

contratados com carteira assinada. Em relação ao Programa Especial de Formação Pedagógica a FUNDEP-RP recebeu o pagamento das inscrições e mensalidades e efetuou o pagamento das diversas despesas do Programa repassando o saldo restante das receitas para o CEFET-RP fazendo as devidas prestações de contas. Por tais serviços prestados a FUNDEP-RP recebeu o valor de R\$ 9.622,00 (nove mil seiscentos e vinte e dois reais) referente ao contrato 0016/2007 e R\$ 10.678,00 (dez mil seiscentos e setenta e oito reais) referente ao contrato 0012/2007 como serviços prestados de suporte administrativo aos cursos. Reforça a orientação da Portaria Interministerial de, em todos os projetos, envolver 2/3 dos profissionais da Instituição ofertante. Esclarece que a escolha dos profissionais é de acordo com o perfil necessário aos projetos. Explica que por exigência da portaria as demonstrações contábeis devem passar por auditoria independente. Esta foi realizada pela Bauer Auditores Associados que apresentou parecer apontando os erros e equívocos no lançamento das contas. O parecer será encaminhado ao contador da Fundação para apreciação e aceite nas demonstrações posteriores. Sem mais a questionar este Conselho reafirma o Estatuto da FUNDEP-RP, aprova as demonstrações contábeis acompanhadas pelo Parecer da Auditoria Independente e o relatório anual de gestão 2007 e manifesta o apoio para a renovação do registro e credenciamento da FUNDEP-RP junto ao MEC e MCT. O Presidente substituído Ronaldo Campos de Faria encerra a reunião agradecendo a presença de todos. Em tempo, acrescenta-se como pauta desta reunião a apresentação do relatório anual de gestão, demonstrações contábeis do exercício 2007 da FUNDEP-RP nas relatadas no início desta ata. Eu, Cristina Thielmann Martins, secretária "ad hoc" lavrei esta ata que segue assinada por mim e pelos conselheiros que se seguem e testemunhas. Cristina Thielmann Martins, Presidente, Dani Fabiano Cláudio Ferraz, Mônica Neves Jorgensen, Antônio Silva, sucessores, Kátia Maria Romão.

Rio Pomba, 11 de agosto de 2008.

Em tempo, onde lê-se (5) alunos, lê-se 5 aulas; onde lê-se o contato pessoal da... Mercês e Rio Pomba, exceto Mercês por não estar presente.

Ata da reunião extraordinária do Conselho Diretor do CEFET Rio Pomba em 21 de agosto de 2008.

Às quatorze horas do dia vinte e um de agosto de 2008 reuniram-se os seguintes membros do Conselho Diretor: Mário Sérgio Costa Vieira, Gilmar Alves Lima, Severino Costa Vieira, Lúcia de Fátima Magalhães de Almeida, Roseli Ribeiro da Silva, Jefferson dos Santos Silva, e Lúcia Thelma Martins (suplente) para deliberar sobre a apresentação dos documentos, do curso Técnico de Agente Comunitário em Saúde, na modalidade PROEJA, encaminhados aos municípios de Tabuleiro, Tocantim, Silvânia, Paraíba, Uba e Rio Pomba, apresentadas do ofício encaminhado ao Sr. Franciano Benvenuto Castro, referente a verificação do patrimônio listado no PDI e apresentada em reunião extraordinária em 29 de fevereiro de 2008, juntamente com o ofício resposta e documento apresentado pelo referido técnico administrativo. Participaram desta reunião Maria de Fátima Furtado, Bráulira Elisete Reis de Oliveira e Maurício Henrique Louzada Silva. Este último, apresentando os critérios de seleção dos servidores para o Programa de Capacitação, DINTER 2008, solicitando a aprovação do Conselho. O Presidente Mário Sérgio Costa Vieira solicita a apresentação deste último tópico, o que é concedido por todos os Conselheiros presentes, passando a palavra para o Dir. Maurício Henrique Louzada Silva, que apresenta o documento destacando sua importância no processo de capacitação dos servidores e as condições para candidatura dos interessados. O documento foi aprovado por todos os presentes. O Presidente deste Conselho solicita a leitura da ata anterior, passando a palavra para a Coordenadora Geral de Ensino, Professora Bráulira Elisete Reis de Oliveira que apresenta ao Conselho as cartas apresentadas, digo, encaminhadas às Secretarias de Educação dos municípios de Tocantim, Paraíba, Tabuleiro, Rio Pomba, Silvânia, os documentos que tratam do Acordo de Parceria e Convênio e as cartas resposta da Prefeitura de Silvânia e o registro de protocolo da Prefeitura de Rio Pomba. O Conselheiro Gilmar Alves Lima questiona as razões pelas quais estes documentos não foram apresentados ao Conselho, juntamente

